

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E VINTE:

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte, pelas oito horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Centro Cívico Justino Portal, na freguesia de Cesar, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de Helena Maria Dinis dos Santos, secretariada por Manuel José Tavares Soares - Primeiro Secretário e Maria Isabel Santos Barbosa - Segunda Secretária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Primeiro Período de Intervenção do Público;
2. Informações Gerais;
3. Período de Antes da Ordem do Dia;
4. Ordem do Dia;
5. 2º Período de intervenção do Público.

Pontos da Ordem do Dia:

Ponto um - Ata n.º 16 - Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 22 de novembro de 2019; - Ata n.º 17 - Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis de 22 de novembro de 2019, realizada em 02 de dezembro de 2019 - Aprovação;

Ponto dois - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação;

Ponto três - Relatório Anual de Avaliação da Atividade da CPCJ/OAZ - Relativo ao Ano de 2019 - Conhecimento / Apreciação;

Ponto quatro - Comissão de Toponímia - Análise / Tomada de posição;

Ponto cinco - Constituição do Grupo de trabalho - Caminhos públicos / Caminhos privados;

Ponto seis - Nomeação de um/a membro da assembleia municipal, bem como de um/a Presidente da Junta/União de Freguesia(s) para integrarem a Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL);

===== **Ponto sete** - *Compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida - Subsídios (I/14667/2020) - Conhecimento, autorização, convalidação e ratificação;* =====

===== **Ponto oito** - *Revisão do Código de Boa Conduta, Ética e Cidadania do Município de Oliveira de Azeméis (I/15299/2020) - Aprovação;* =====

===== **Ponto nove** - *Regulamento do exercício de funções dos titulares de cargos Políticos e altos cargos Públicos - Registo de interesses (I/20431/2020) - Aprovação;* =====

===== **Ponto dez** - *Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Oliveira de Azeméis (I/634/2020) - Aprovação;* =====

===== **Ponto onze** - *Regulamento Municipal de Incentivos ao Empreendedorismo e Investimento no Município de Oliveira de Azeméis (I/20729/2020) - Aprovação;* =====

===== **Ponto doze** - *Regulamento dos Serviços da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais no Município de Oliveira de Azeméis (I/13307/2020) - Aprovação;* =====

===== **Ponto treze** - *Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais do Município de Oliveira de Azeméis (I/6621/2020) - Autorização;* =====

===== **Ponto catorze** - *Minuta de Protocolo de colaboração tendo em vista a celebração de contrato interadministrativo para as novas instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Cesar (I/81494/2019) - Autorização;* =====

===== **Ponto quinze** - *Minuta de Protocolo a celebrar com TIP - Transportes Intermodais do Porto-ACE (Produtos Andante) (I/81022/2019) - Autorização/ Ratificação;* =====

===== **Ponto dezasseis** - *Aquisição de serviços de seguros (proc. nº133/19) - Compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico (I/18197/2020) - Aprovação;* =====

===== **Ponto dezassete** - *Aquisição de combustíveis rodoviários a granel - Gasóleo Simples e Gasolina 95 (Proc. n.º 3/20) - Compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico (I/21043/2020) - Aprovação;* =====

===== **Ponto dezoito** - Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Pinheiro da Bemposta e do respetivo projeto de Operação de Reabilitação Urbana, através de instrumento próprio, que contém a Estratégia de Reabilitação Urbana, para uma Operação de Reabilitação Urbana Simples (I/76094/2019) - Aprovação; =====

===== **Ponto dezanove** - Reconhecimento de interesse municipal para os efeitos previstos na alínea e), do n.º 2, do art.º 40.º do PDM Projetos de Investimento da empresa “Quinta de Carcavelos - Empreendimentos Turísticos, SA” (I/1410/2020) - Aprovação; =====

===== **Ponto vinte** - Reconhecimento de interesse municipal para projeto de investimento (empreendimento turístico) (I/18717/2020) - Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e um** - Pedido de colocação de sinais de trânsito na Rua do Tornadouro - Freguesia de Macieira de Sarnes (I/81517/2019) - Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e dois** - Pedido de colocação de sinalização de lugar para cargas e descargas - Rua Professor Veiga Simão - Freguesia de Fajões (I/4809/2020) - Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e três** - Pedido de colocação de sinalização vertical para a Rua Vítor Ferreira Santos - Vila de Cucujães (I/4747/2020) - Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e quatro** - Pedido de colocação de sinalização de lugar de estacionamento para deficientes motores na Rua da Lousada junto à Igreja, em Pindelo - União e Freguesias Nogueira do Cravo e Pindelo - (I/9117/2020) - Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e cinco** - Pedido de colocação de sinalização de lugar de estacionamento para deficientes motores e alteração à postura de trânsito na freguesia de Cesar (I/15003/2020) - Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e seis** - Pedido de colocação de sinalização de alteração do sentido de trânsito em parte da rua da Igreja Matriz - Oliveira de Azeméis (I/17381/2020) - Aprovação. =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Socialista (PS):** Bruno Armando Aragão Henriques, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, Bruno Miguel da Silva Costa, José Manuel Marques Ribeiro, Raquel Marília Tavares Faria, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Pedro Luís Paiva Dias, Cristina Maria Valente de Pinho, Carla Sofia da Silva Brandão, Nuno Miguel Soares de Jesus,

José Ramos da Silva, Ana Susana Pinto Fonseca, Bernardo Amaro Moreira Simões, António Marques Silva, Óscar José Santos Teixeira e Manuel Alberto Marques Dias Pereira. =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira, Albino Valente Martins, Helga Alexandra Freire Correia, António Luis da Fonseca e Grifo, Domingos Baltar Ferreira de Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, José Filipe da Silva Carvalho, António Ilídio Martins Godinho, Bruno Moreira Rodrigues, Carla Preciosa Paiva Freitas, José da Silva Queirós, José Rodrigues Santos, Florbela Neves da Silva e Manuel Rebelo da Costa.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *Jorge Paulo de Melo Pereira, Maria Helena da Silva Moreira e Susana Clara Mortágua Gomes.* =====

===== **Independente:** *Augusto Moreira da Silva.* =====

===== *A Senhora Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: Cristina Maria Valente de Pinho que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido, João Pedro Santos Costa; António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira que marcou presença nesta Assembleia para substituir para substituir o seu colega de Partido, Carlos Manuel Costa Gomes; Carla Preciosa Paiva Freitas que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido, Liliana Marisa Silva Pinto; e Ana Susana Pinto Fonseca que marcou presença nesta Assembleia para substituir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Cucujães - Simão da Costa Godinho em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.* =====

===== **Ausência de Membros:** =====

===== *A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início à Sessão declarando:* =====

===== *Muito bom dia, a todos. Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores deputados da Assembleia Municipal, comunicação social, público aqui presente, Senhores funcionários da Câmara que apoiam esta Assembleia. Muito bom dia a todos nesta hora cedo que incomoda muitas pessoas, mas é para rentabilizar o nosso trabalho que vamos ter um dia longo, já que à tarde iremos ter também uma sessão temática. Vamos então dar início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de fevereiro de 2020.* =

== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ==

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Serafim Vaz. =

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Serafim Vaz**, residente em Nogueira do Cravo. =====

===== Bom dia, a todos. Vou ler um papel que reflete o sentimento (de mim como pai) dos pais da Escola EB Maria Godinho Nogueira do Cravo. Começo por cumprimentar todos os presentes, na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia e do Senhor Presidente da Câmara. A razão da minha intervenção nesta Assembleia tem a ver com a Escola EB Maria Godinho em Nogueira do Cravo. Sou pai de uma aluna desta Escola e creio que neste momento posso falar por todos os pais dos alunos da mesma. Penso que a maioria dos presentes não deve estar ao corrente das condições em que está o ATL da Maria Godinho, mete água por todo o lado, está com o piso de madeira todo levantado, à custa das infiltrações, o teto falso está todo degradado, devido às mesmas infiltrações, não tem eletricidade devido à água, pois a instalação elétrica também está assim por causa desta situação da água. Vai fazer no dia 8 de março um ano que nós pais estivemos numa reunião com o Senhor Vereador Rui Luzes Cabral, onde nos foi dito que as obras seriam realizadas nos próximos meses e que em setembro, início do ano letivo, as mesmas estariam concluídas. A verdade é que as mesmas ainda se encontram por fazer. Apesar de, no dia 11 de outubro de 2019, a Câmara ter publicado uma notícia no site com a assinatura do auto de consignação para a melhoria das coberturas da EBI Picoto, EB Maria Godinho, Jardim de Infância do Cruzeiro, Centro Escolar de Azagães e Jardim de Infância EBI de Pindelo. Nesta notícia é informado que o prazo de execução das obras é de 4 meses. (As quais já passaram desde o dia 11/02/2020). Neste último ano tivemos várias informações que iam começa as obras. Depois, já não começavam. Inclusive, no início deste ano, houve uma reunião de urgência para ver um local alternativo para os alunos terem aulas enquanto as obras estivessem a ser feitas. Mas, mais uma vez, ficou tudo parado. Foi da chuva. Foi do tempo. Foi de tudo. Mas obras, nem vê-las. O mais grave desta situação é que o edifício do ATL não tem condições de funcionamento, o prolongamento e os almoços têm que ser feitos noutros locais. Ou seja, temos uma biblioteca que é uma sala de aulas e prolongamento e uma sala de aulas que fica transformada em refeitório para 49 miúdos. Agora, eu peço que imaginem como é que é ter 49 miúdos a almoçar numa sala que dá para pouco mais de 25 alunos. Isto, realmente dá que pensar. Isto não pode ser possível numa Escola que está referenciada pela Câmara Municipal e pelo Agrupamento de Escolas como prioritária. Agora falemos das obras que estão previstas, mas na realidade não sabemos quando. A empreitada contempla apenas coberturas do ATL e da Escola. Mas a pergunta que fazemos, nós pais, é a seguinte: No final destas obras (nas coberturas) o edifício do ATL vai ficar exatamente como está? Pois, se não vai ter obras nas infiltrações, nos interiores, se não vão arranjar o piso, o teto, nem a parte elétrica - pergunto: onde vão ter de continuar os alunos a almoçar e a ter prolongamento? A resposta é simples: - Não continuar com as mesmas condições,

o que não deve nem pode ser admissível na educação do século XXI. Posto isto, aqui ficam as perguntas sobre as quais gostaríamos (eu e o Bruno, que estamos aqui como pais da Maria Godinho) de levar uma resposta para a nossa Escola, inclusive para os pais: para quando efetivamente as obras na Maria Godinho? Porque, primeiro, foi a questão do tempo, que esteve muita chuva. Neste momento, para todos os efeitos, os 4 meses já passaram. Neste momento vem um tempo razoável, até diria, bom. A verdade é que as obras não começaram. Mais uma vez houve promessas de que as obras iam começar. Mas não começam. Veio outra vez a chuva. Se calhar vai ser novamente a chuva o problema. A outra questão: Como é que efetivamente vai ser resolvida a questão do edifício do ATL? Porque nós já vimos que as obras que estão programadas para o ano não resolvem o problema de fundo do edifício do ATL. Ou seja, os miúdos vão ter de continuar ter de comer numa sala de aulas. Eu vou repetir que é para as pessoas perceberem: Nós temos 49 miúdos na Maria Godinho que têm de almoçar numa sala de aulas com 25 lugares. Isso é inadmissível. Numa sala de aulas. Eu não sei se as pessoas faziam ideia disto ou não? Mas, eu acho que isso é muito grave. Estas eram as perguntas que eu gostava de levar uma resposta para os pais da Maria Godinho. Os pais da EB Maria Godinho têm sido muito pacientes ao longo deste tempo mas, a verdade é que, neste momento estão desesperados. Daqui a algum tempo acaba mais uma vez o ano letivo e parece que tudo vai ficar na mesma. Os pais da EB Maria Godinho estão a ficar chateados com toda esta situação. E já começamos a arranjar formas de protesto, como foi o nosso desfile de carnaval. Não sei se toda a gente viu? Mas o nosso desfile de carnaval tinha um camião transformado em grua e tinha pelo menos 49 trabalhadores, que eram os alunos da escola, que iam lá fardadinhos, para ver se ajudam nas obras, onde os miúdos se vestiram a rigor para lutar pela nossa Escola. Os pais dos alunos da Maria Godinho não vão desistir desta Escola. Pelo que não estão excluídas novas formas de luta. Eu agora só vou recitar uma quadra relativa ao tempo - é só um aparte - isto foi escrito pela mãe de um aluno da EB Maria Godinho: “Ó São Pedro, São Pedrinho, manda um sol de rachar, estamos fartos de desculpas, queremos ver as obras começar.” Tenho dito. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

===== Muito bom dia, a todos e a todas. Cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia e os seus Secretários; cumprimentar os meus colegas de Executivo; cumprimentar os Senhores deputados, os Senhores Presidentes de Junta; um cumprimento muito especial para o Senhor Presidente de Junta de Cesar, que nos recebe hoje - é a freguesia anfitriã, dizer-lhe que: é com muito gosto que estamos nesta laboriosa freguesia, uma freguesia muito dinâmica de gente muito empreendedora e é para nós um gosto termos a oportunidade de termos esta reunião da assembleia municipal numa freguesia que é uma referência para o nosso Concelho em termos industriais, mas também uma referência em termos culturais e em termos sociais. Cumprimentar

também os senhores e senhoras colaboradores da Autarquia; cumprimentar a comunicação social, minhas Senhoras e meus Senhores. De forma muito breve, para responder à intervenção do Senhor Serafim Vaz, para dizer o seguinte: Efetivamente as obras têm um prazo de 4 meses, mas é após, enfim, o início das obras. Portanto, não conta a partir do momento em que nós assinamos o auto de consignação, conta a partir do momento em que as obras são iniciadas. Efetivamente, as obras não foram ainda iniciadas, porque as condições atmosféricas não o permitem e, porque, como sabe, as obras têm essencialmente a ver com as coberturas. Portanto, estamos a falar da substituição ou reparação do telhado, estamos a falar da substituição de telas de asfálticas na sala do ATL ou do CAF. E, portanto, essa intervenção é uma intervenção que só poderá ser feita se as condições climatéricas o permitirem. Eu estive muito recentemente, há pouco mais de um mês, com o Senhor Presidente de Junta de Freguesia na Escola a avaliarmos, não só as intervenções a esse nível mas as intervenções no conjunto do edificado que existe. Porque não são apenas essas as necessidades da Escola. A Escola tem necessidades ao nível das intervenções nas instalações sanitárias, ao nível de espaços exteriores, enfim, e num conjunto de apontamentos que é importante que sejam melhorados. E, portanto, essa intervenção é uma intervenção, e é essa a resposta que o senhor vai levar, que vai acontecer. Até porque já está adjudicada. Tivemos quatro lotes que foram a concurso para reabilitação das nossas escolas. Estamos a falar naturalmente das nossas EB. E dois dos lotes ficaram desertos. A Escola Maria Godinho é uma das escolas mais contemplada no conjunto desses quatro lotes. Aquilo que nós esperamos e aquilo que nós estamos a fazer é para aqueles lotes que ficaram desertos, e tem a ver com as especialidades, com a pichelaria, com a eletricidade, com os arranjos interiores e também com as serralharias que encontremos soluções. É isso que estamos a fazer na Escola Fonte Joana. Estamos a fazer uma intervenção profunda na Escola Fonte Joana. A seguir à Escola Fonte Joana, será a Escola de Selores que também precisa de uma intervenção profunda, como o Senhor Presidente de Junta sabe, porque está a meter água pelo telhado. E, portanto, logo que haja condições naturalmente que o empreiteiro (concorrente que ganhou esta empreitada) entrará em obra e executará as obras nas coberturas que lhe estão adjudicadas. É evidente que as obras não se vão resumir à substituição das coberturas. É evidente que, quem conhece o espaço sabe que em resultado destas infiltrações de anos, faltou-lhe referir que isto acontece há vários anos, o que acontece é que, não só, os tetos como os pisos, também como a própria instalação elétrica, tudo terá que ser revisto. E, portanto, as instalações terão que ficar com todas condições para que as nossas crianças as possam utilizar plenamente. E, portanto, aquilo que vai acontecer é que as obras não se resumirão apenas à intervenção nas coberturas mas serão também feitas as intervenções no interior que forem necessárias. E portanto aquilo que nós esperamos é que, nos próximos meses, logo que o tempo o permita, o empreiteiro possa dar início às obras que lhe foram adjudicadas, essas cinco intervenções, na Maria Godinho, na Escola do Picoto, em Cesar, no Jardim de Infância, no Cruzeiro, no Centro Escolar de Azagães e também no Jardim de Infância EB1 de Pindelo, possa fazer essas cinco intervenções - estamos a falar de qualquer coisa

como 115 mil euros - e portanto concluir essas cinco necessidades que nós temos nessas escolas. E, portanto, fica essa garantia de que a obra está adjudicada. Agora, logo que as condições o permitam, a obra vai ser naturalmente iniciada e concluída. =====

===== **INFORMAÇÕES GERAIS** =====

===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:=====

===== Antes de passar às informações gerais, queria dirigir um cumprimento especial ao Senhor Presidente da Junta de Cesar, que eu precipitei-me logo a iniciar a ordem de trabalhos, pretendia fazê-lo logo no início. Agradecer-lhe então a sua receção, nesta sala com ótimas condições e muito confortável, e também dar-lhe a palavra porque sei que quer dirigir-nos algumas palavras. =====

===== Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, Senhores deputados municipais, Senhores presidentes de Junta de Freguesia, caros colegas do executivo da Junta de Freguesia de Cesar, caros cesarenses, oliveirenses, funcionários municipais, comunicação social, a quem nos vê e ouve através da Azeméis TV, bom dia todos e sejam bem-vindos a Cesar. Falar de Cesar é falar de uma Freguesia de gente empreendedora que ao longo dos tempos tem feito história contribuindo ativamente para que Cesar e Oliveira de Azeméis se tornassem na realidade que são hoje. Nós cesarenses temos memória e estamos agradecidos a todos aqueles que contribuíram de forma ativa para a atual realidade. Permitam-me, hoje, aproveitar esta oportunidade para falar de dois ilustres cesarenses que deram o seu precioso contributo para que Cesar e Oliveira de Azeméis fossem melhores. Ambos têm em comum terem emigrado para o Brasil ainda muito novos, enveredando um pelos negócios e outro pelas ciências, falo de Justino Francisco Portal e do dr. José Francisco da Silva Lima. Justino Francisco Portal nasceu em 1855, em Cesar, no lugar de Trazeiros. Emigrou para o Brasil ainda criança, crê-se que com 8 anos de idade, para ir ter com o seu tio em Belém do Pará. Nessa data, tal como seu pai, já sabia ler e escrever. Mais tarde mudou-se para Manaus, onde fez fortuna na cidade da borracha com o comércio por grosso de produtos alimentares, ali fundou a Padaria Universal e Américas acumulando fortuna trocando alimentos por borracha. Homem sempre interessado sobre o dia-a-dia da sua terra natal, visitando-a com regularidade. Enviava regularmente verbas assinaláveis para distribuir pelos mais necessitados. Por volta de 1889 regressa definitivamente a Cesar, onde foi grande benemérito de importantes obras para a freguesia, algumas das obras: restauro da Igreja Matriz; construção da capela de Nossa Senhora da Graça; reconstrução da Estrada Nacional 327 (da Gândara à Pedra Má); construção da Escola 5 de Outubro, atual Centro Cívico onde nos encontramos, doada à freguesia de Cesar e inaugurada a 5 de outubro de 1915. Instituiu na época

prêmios para os melhores alunos de ambos os sexos. José Francisco de Silva Lima nasceu em Cesar a 15 de janeiro de 1826, lugar de Vilarinho, foi um médico integrante da chamada Escola Tropicalista Baiana e foi considerado um dos pioneiros da medicina tropical no Brasil. Emigrou também para o Brasil com 14 anos e fixou-se na cidade de Salvador da Bahia. Inicialmente trabalhou no comércio, mas depois realizou os cursos preparatórios e ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, onde obteve o grau de doutor em 1851, com a “Dissertação philosophica e critica a cerca da força medicatriz da natureza”. Juntamente com Otto Edward Henry e John Paterson, organizou a chamada Escola Tropicalista Baiana (posteriormente denominada Escola Parasitológica e Tropicalista da Bahia), formada por um grupo de médicos organizados em torno da Gazeta Médica da Bahia e que se dedicou, a partir da década de 1860, à pesquisa da etiologia das doenças tropicais, que acometiam principalmente as populações pobres do país. Os fundadores da Escola Tropicalista Baiana são considerados predecessores da medicina experimental no Brasil. Silva Lima realizou viagens à Europa, em várias ocasiões (1853, 1858, 1870, 1875 e 1881), para aperfeiçoamento de seus estudos médicos. Casou-se com a filha de Manuel Victorino Pereira, médico e vice-presidente da República Brasileira no mandato de Prudente de Morais. Foi agraciado com a Comenda da Ordem de Cristo de Portugal. Faleceu aos 84 anos, na cidade de Salvador, em 1910. São dois vultos importantes de Cesar e de Oliveira de Azeméis que, não devemos esquecer, dedicaram, cada um na sua área, grande parte da sua vida ao próximo dando-lhe esperança de um futuro melhor. Muito obrigado. =====

*===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== Quería começar por informar que esta Sessão tem, como habitualmente, no início e no final música e nesta Sessão a música é da Sociedade Filarmónica Cucujanense a quem desde já endereço os meus agradecimento por permitir a transmissão destas faixas musicais. De seguida quero dar uma informação que me chegou do Senhor Presidente para comunicar à Assembleia Municipal e que passo a ler: “Como é do conhecimento geral, desde que este executivo camarário tomou posse fomos confrontados com uma panóplia de processos judiciais que levaram a que desde outubro de 2017, até hoje, a Câmara Municipal já tenha pago cerca de 2.000.000,00€ em condenações / acordos judiciais. Ainda no passado mês de novembro a Câmara Municipal foi condenada ao pagamento de cerca de 397.000,00€ relativos a terrenos da Via do Nordeste, um processo com 10 anos. Estão, ainda, muitos outros processos para decidir judicialmente e que poderão resultar em condenações de centenas de milhares de euros. E quando estamos a falar de condenações relevantes, estamos a falar em valores que podem chegar aos 4.000.000,00€. Foi amplamente publicitado, nomeadamente pelos órgãos de comunicação social, corre termos um processo-crime no qual são, entre outros, arguidos vários membros dos anteriores executivos camarários e muitos outros envolvidos. E no qual, na defesa dos interesses dos Oliveirenses, e por imposição legal, a Câmara Municipal apresentou um Pedido de Indemnização Civil, de forma

a fazer reverter para o erário público, o que foi - de acordo com o que consta do referido processo - indevidamente locupletado. De facto, o Município viu-se obrigado, por imposição legal, a deduzir um pedido de indemnização civil, no valor de 2.800.000,00€, contra os anteriores membros dos executivos camarários acusados nos autos, mas também, contra alguns dos outros acusados, e ainda contra outras entidades envolvidas nos factos sob investigação e escrutínio no referido processo. Entre as entidades envolvidas estão: Clube Desportivo de Cucujães; Futebol Clube Cesarense; Juventude Desportiva Carregosense; União Desportiva Oliveirense; Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB 2 e 3, Ferreira da Silva (Cucujães); Empresas do ramo da Construção Civil que realizaram empreitadas no nosso concelho. Não é objetivo da Câmara Municipal especular e esgrimir considerações sobre o que está vertido na acusação, nem nunca o faremos. À Justiça e aos Tribunais o que é da Justiça e dos Tribunais, pois é a estes que cabe julgar e decidir. Apesar de tudo o que possa vir a resultar do referido processo, as entidades que estão envolvidas (direta e/ou indiretamente) no mesmo, continuarão a merecer todo o nosso respeito, consideração, lealdade e transparência, porque são parceiros estratégicos na implementação de políticas públicas de desenvolvimento, que contribuem de forma indelével para a qualidade de vida dos oliveirenses. Para que dúvidas não subsistam, esclarece-se, uma vez mais, que a intervenção por parte do Município no âmbito do referido processo judicial resulta do cumprimento de uma obrigação legal. Quanto aos posteriores desenvolvimentos do referido processo, a Câmara Municipal, sem prejuízo de promover as diligências que, legalmente, lhe são devidas na defesa do interesse público, aguarda que os Tribunais cumpram a sua função. Fazer justiça em defesa do Estado de Direito. Face ao exposto, deixamos a garantia aos oliveirenses que não alimentaremos qualquer tipo de especulação, nem permitiremos que outros o façam, tendo como única preocupação que se afirme a verdade e que se faça justiça. Continuaremos a trabalhar para tornar Oliveira de Azeméis num dos melhores concelhos para viver, estudar, investir e trabalhar.” Oliveira de Azeméis, 21 de fevereiro de 2020. Joaquim Jorge Ferreira.-----

De seguida, vou dar outra informação que me chegou da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl - de um voto de repúdio para dar conhecimento, quer ao Executivo, quer à Assembleia: “Em Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, realizada a 18 de dezembro de 2019, foi apresentado pela Bancada do Partido Socialista um Voto de Repúdio, o qual foi aprovado por maioria e que junto se anexa, assim como o abaixo-assinado nele mencionado. O mesmo, tem como objetivo dar conhecimento ao organismo que V. Ex.ª preside e, solicitar as devidas diligências no sentido de ajudar a resolver o tão grave problema que afeta não só a freguesia de Macinhata da Seixa, mas também as freguesias vizinhas. Com os melhores cumprimentos a presidente da Assembleia, Maria de Fátima de Oliveira Ferreira.” Voto de Repúdio: “A Bancada do Partido Socialista com assento nesta Assembleia de Freguesia propõe um Voto de Repúdio pela situação que todos conhecemos e com a qual Travanca, Macinhata da

Seixa e UI têm sido vitimas sistematicamente. O nosso protesto/repúdio é para com o que se passa na Exploração Agropecuária Petiz & Maia Lda. Em Macinhata da Seixa há já alguns anos que existe esta suinicultura, no entanto de há três anos a esta parte o número de animais aumentou exponencialmente com implicações imediatas em todas as redondezas com os cheiros nauseabundos e esgotos a derramarem pelas linhas de água até ao rio. Aumentaram a quantidade de moscas e mosquitos que se encarregam de espalhar pela população as doenças inerentes. As queixas são constantes, muitas pessoas equacionam mudarem-se de terra e muitas só não o fazem por manifesta falta de meios financeiros. Outras não mudam porque estão enraizadas às terras que as viram nascer e porque acreditam que este problema se irá resolver. Os Pais já não colocam os seus filhos na Escola desta Freguesia por este motivo, levando a um constante desertificar da mesma. Acresce que a mais-valia para esta região não é nenhuma pois não emprega uma única pessoa deste Concelho. É assim uma unidade que apenas prejudica tudo e todos. Por acreditarmos que estamos perante um grave problema de Saúde Pública e por sabermos que já foi feito um Abaixo-Assinado, que não foi suficiente e como tal não surtiu efeitos desejados, tomamos nesta assembleia a iniciativa de lavrarmos este Voto de Repúdio que esperamos reforçado por todas as bancadas, o qual faremos chegar a todas as Instâncias que acharmos convenientes. Achamos que esta Exploração incorre no incumprimento das normas exigidas pela Direção de Agricultura e Pecuária. Assim sendo, solicitamos o fecho imediato da respetiva Exploração. Deste Voto de Repúdio deve a Mesa da Assembleia dar conhecimento, fazendo-o chegar a todas as Instancias que possam ajudar às pretensões das Populações.” Macinhata da Seixa, 18 de dezembro de 2019, Assinado pela Mesa da Assembleia. =====

===== PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 19º DO REGIMENTO) =====

*===== A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”. =====*

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Albino Martins, Helga Correia, Carla Brandão, Ilídio Godinho, Fernando Pais, Bruno Aragão, Pedro Paiva, José Queirós, Manuel Rebelo, José Santos, Florbela Silva, Jorge Melo Pereira e Isabel Barbosa. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====*

===== Muito bom dia. Na pessoa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da laboriosa e progressiva vila de Cesar que hoje nos recebe queria saudar a todos e desejar que possamos aqui desenvolver uma intensa e profícua jornada de trabalho ao longo deste dia. Senhora Presidente da Assembleia, Antes da minha intervenção neste período de Antes da Ordem do Dia

queria dirigir-me a Vossa Excelência para lhe transmitir o descontentamento generalizado do Grupo Municipal do PSD pela realização sistemática das sessões da Assembleia Municipal ao sábado. Creio até, pelas faltas registadas nas próprias bancadas do PS, que os impedimentos que se colocam ao sábado não são só dos eleitos do PSD. É certo que no início do mandato, em conferência de líderes, a maioria concordou com a opção proposta e ao nosso líder, com voto de vencido, foi dito que estaria presente quando pudesse, sendo substituído nos seus impedimentos. Infelizmente, pelos seus afazeres profissionais, são mais as vezes que falta do que as sessões em que está presente. E o seu afastamento não é sua vontade nem dos seus colegas de bancada porque não foi para isso que se candidatou. Senhora Presidente, esta minha abordagem não pretende lançar aqui qualquer discussão, apenas apelar a que reabra o assunto com os líderes e que estes, auscultando os colegas de grupo, possam encontrar com a Senhora Presidente uma solução preferencialmente consensual. Senhor Presidente da Câmara, há poucas semanas, numa ação que aplaudimos, vimos os colaboradores municipais intervirem na Quinta da Lage na realização de mais uma limpeza aos silvados que, em poucos meses, se haviam desenvolvido de novo. A Quinta da Lage, vulgo Quinta dos Borges, foi adquirida pela Câmara Municipal em finais de 2018 para vir a ser o parque urbano da cidade. Aquando da aprovação da decisão nesta Assembleia, em 14 de Setembro de 2018, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata manifestou - e passo a citar as palavras então proferidas: "a sua total concordância pela edificação de um parque urbano de grandes dimensões que seja uma mais-valia para a qualidade de vida da nossa população". No entanto, questionou a oportunidade do investimento e a dimensão reduzida dos terrenos adquiridos para o efeito, cerca de um quinto de outros parques urbanos de concelhos próximos. Por essas duas razões os representantes do PSD nessa Assembleia optaram pela abstenção. Recordo também que, na altura, o Senhor Presidente da Câmara contestou as nossas objeções quanto à oportunidade do investimento dizendo que (cito) "não será uma quinta que vamos comprar para ficar a criar silvas". E, mais adiante, "...o investimento é oportuno porque temos todos os dias muitos Oliveirenses que vivenciam esses parques que existem em concelhos vizinhos". Quanto à questão da dimensão afirmou então - e volto a citar: "Aquilo que nós estamos a fazer é a iniciar um processo, e o caminho faz-se caminhando. Neste momento estamos a comprar 50.000m², existe a possibilidade de alargar a área do parque no futuro...". Senhor Presidente, Passou cerca de um ano e meio e como nada sabemos do processo além de vermos crescer a vegetação natural ao ritmo acelerado dos incentivos climatéricos, ocorre-nos hoje perguntar: - Já existe algum estudo ou projeto elaborado que possa clarificar as finalidades a dar à Quinta? - Já é possível perspetivar o investimento necessário para começar a fazer algum uso dos terrenos adquiridos? Acerca da possibilidade de alargamento do futuro parque, tal como preconizou na Assembleia da aprovação da compra, soubemos que um terreno confinante com a Quinta esteve à venda e foi adquirido recentemente. Certamente o Senhor Presidente teve conhecimento porque na venda de terrenos é de lei consultar os confinantes para poderem acionar a opção de compra. Se assim foi, gostaríamos de saber por que razão o Município não mostrou

interesse nessa aquisição. Para que a Quinta da Lage não seja simplesmente o cumprimento de uma promessa eleitoral e possa cumprir os desígnios propalados da educação ambiental, das atividades lúdicas e de lazer que os oliveirenses procuram noutros concelhos é preciso dar continuidade à prioridade que se lhe deu na aquisição. E para que se possa contar com um parque urbano a sério, em vez de um simples canteiro, importa manter a ambição inicial da promessa. Eu, para concretizar aquilo que disse, ia pedir aos serviços que ligassem uma pequena apresentação muito simples, apenas para vermos o enquadramento da Quinta e aquilo que acabei de dizer. [Projeção de slides em PowerPoint: Como percebem, esta é a Quinta do futuro parque da cidade; entrada Sul; Rua António Bernardo; Antiga Nacional 1; Aqui podemos ver o espaço de 50.000m² adquiridos da Quinta, aquilo que é propriedade do município neste momento. A cor amarela: vemos a parte que foi adquirida por outra entidade que não o município e que se enquadraria no parque; Finalmente, podemos ver assinalado todo o espaço que era promessa eleitoral do Partido Socialista em 2017, mais de 20 hectares. Podemos comparar nesta pequena planta exatamente a dimensão que deveria, no nosso entender, ter o parque urbano e que seria uma mais-valia para a cidade.] Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Muito bom dia a todos. Cumprimentar, a Senhora Presidente da Mesa, Senhora e Senhor Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, restante equipa de Vereação, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, serviços aqui presentes, comunicação social, todos aqueles que nos estão a ver e ouvir em suas casas, Permita-me Senhora Presidente que, em primeiro lugar, dirija uma palavra ao Senhor Presidente da Junta de Cesar que hoje nos recebe na sua freguesia. Estivemos cá em junho de 2015 e regressamos a Cesar para mais uma assembleia descentralizada, no dia em que vem o pedido de autorização da minuta de protocolo de colaboração tendo em vista a celebração do contrato interadministrativo para as novas instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Cesar. Relativamente, a este ponto falarei mais à frente, durante a ordem do dia. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, na Assembleia Municipal de 22 de novembro abordei a questão da sinistralidade do IC2 em Oliveira de Azeméis. Aproveito a presente assembleia para solicitar à Senhora Presidente que faça distribuir a resposta da tutela pelos vários grupos municipais e pelos presidentes de junta. Senhoras e Senhores Deputados, Infelizmente, a sinistralidade no IC2, Oliveira de Azeméis, continua a acontecer e nas últimas semanas ocorreram vários sinistros, o último dos quais com uma morte no local e com uma morte posterior no hospital. Esta é uma matéria que nos preocupa a todos, a todos os membros da assembleia municipal e que nos convoca também a todos. Nesse sentido, o Grupo Municipal do PSD vem apresentar uma recomendação a esta Assembleia Municipal, que passo a ler: “Recomendação: “Garantir a realização de obras urgentes no IC2 -

Oliveira de Azeméis que resolvam definitivamente a sinistralidade daquela via estruturante para o concelho de Oliveira de Azeméis”. O itinerário complementar IC2, veio substituir a antiga Estrada Nacional N1 que atravessava o centro de inúmeras cidades e freguesias, entre elas a cidade de Oliveira de Azeméis. Este novo itinerário complementar IC2 veio permitir uma ligação muito mais eficiente, rápida e direta aos vários concelhos vizinhos, nomeadamente aos concelhos de Santa Maria da Feira, Albergaria e São João da Madeira. O troço que liga o concelho de Oliveira de Azeméis a outros concelhos, nomeadamente o troço a sul de São João da Madeira, que passa por Oliveira de Azeméis e liga o concelho a Albergaria-a-Velha, passando pelas freguesias de Travanca e Pinheiro da Bemposta, e que faz também ligação às autoestradas A32 e A1, é uma peça fundamental para o desenvolvimento desta região. Contudo, depois de elencadas as mais-valias deste troço temos de observar e analisar também os seus constrangimentos. A sinistralidade nos últimos anos é um desses constrangimentos, nomeadamente o aumento da sinistralidade grave e com mortes. Oliveira de Azeméis é um concelho empreendedor e fortemente industrializado, pelo que as suas vias de comunicação são diariamente utilizadas para o transporte rodoviário de pessoas e de mercadorias. Em 2016, foram efetuadas algumas intervenções e algum investimento no IC2, no troço de Oliveira de Azeméis. Contudo, a remarcação da sinalização horizontal, a antecipação do final da via de lentos existente no sentido sul/norte, a passagem de duas faixas para uma faixa no sentido sul/norte à saída de Oliveira de Azeméis não têm sido suficientes para minimizar o número de acidentes, nos vários pontos críticos do IC2. São vários os pontos críticos a necessitar de solução urgente. O aumento da sinistralidade no itinerário complementar IC2, em particular o agravamento das ocorrências nos últimos meses e nas últimas semanas, preocupa os deputados municipais. Em face desta inequívoca realidade, o Grupo Municipal do PSD vem propor que a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, recomende a seguinte deliberação: 1 - Requerer ao Ministro das Infraestruturas e Habitação e ao Governo que inicie de imediato a empreitada, prevista no Plano de Proximidade da IP e denominada “IC2 - reabilitação entre os Km 262+700 e Km 271+100” cujo lançamento da obra está previsto para 2022 e onde o governo pretende efetuar uma intervenção mais extensa no IC2. 2 - Se estude a possibilidade de eliminação dos sinais luminosos no IC2 na freguesia do Pinheiro da Bemposta e em alternativa sejam colocadas rotundas, que permitam uma maior fluidez rodoviária e resolvam o problema das avarias frequentes dos sinais luminosos. 3 - Que a referida empreitada IC2, referenciada no ponto 1, contemple já a possibilidade de eliminação dos semáforos, ou sinais luminosos no IC2, na Freguesia do Pinheiro da Bemposta. 4 - Que esta recomendação, uma vez aprovada, seja enviada aos órgãos municipais do distrito de Aveiro que são atravessados pelo itinerário complementar - IC2, a todos os Grupos Parlamentares na Assembleia da República, ao ministro da tutela e ao Senhor Primeiro Ministro. Oliveira de Azeméis, 29 de fevereiro de 2020.” Muito obrigada. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Carla Brandão**, do PS. =====

===== Bom dia. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia, dr^a Helena. A competitividade de um território, é hoje mais do que a sua capacidade económica, é, em muito, a capacidade de atrair e fixar pessoas e as suas famílias, por isso mesmo, viver e investir e trabalhar é uma tríade indissociável da perspetiva de sustentabilidade e desenvolvimento que pensamos para o nosso território. O Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis procura desde 2008 sinalizar as autarquias que vão implementando políticas integradas de apoio à família com o objetivo de sensibilizar e promover a intervenção dos municípios na vida das famílias, através da implementação de políticas que as apoiem. Desde então, todos os anos são reconhecidos os municípios que praticam ativamente medidas que respondam a este objetivo. Foram 77 as autarquias distinguidas em 2019 por esta instituição. E pelo segundo ano consecutivo Oliveira de Azeméis fez parte desta distinção. Sem desvalorizar esta honra, mas também sem achar que ela é mais do que uma fotografia da realidade e por isso uma perspetiva possível, este prémio é um estímulo do caminho e o início de um longo percurso com o objetivo de tornar este Concelho um melhor concelho para viver. O caminho que esta distinção torna evidente é reflexo de medidas concretas, mas ainda não de medidas mais estruturais que o município vem implementando. Um exemplo claro é o início da redução da taxa de IMI - um compromisso que o Partido Socialista assumiu, um compromisso que mantem e que reforçará ainda mais indicadores como este. Estamos ainda longe do concelho que queremos. Mas o caminho fica cada vez mais claro. Obrigada. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Ilídio Godinho**, do PSD. =====

===== Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal e na pessoa de Vossa Excelência sintam-se todos cumprimentados nesta sala. Senhor Presidente vimos congratular-nos com o empenho da Câmara Municipal, pelo serviço de pavimentação em algumas das artérias das nossas ruas. Porém, algumas das nossas freguesias reivindicam uma igualdade de oportunidade do mesmo modo nas suas ruas, como por exemplo: a Rua das Matas, aqui em Cesar. No entanto, verifica-se que algumas dessas pavimentações tiveram esta semana marcação rodoviária no pavimento, o que já não era sem tempo, mas continua a faltar em muitas outras. E, mesmo assim, a falta de sinalização vertical continua a ser um perigo para a circulação rodoviária. Entre muitas situações, por exemplo: a rua que sobe de Cucujães pela estação até ao Alto Sol, tem onze travessias de peões (passadeiras) e só cinco têm sinalização vertical (sinal H7). Sabendo-se que a falta desta sinalização pode implicar sérios prejuízos e responsabilidade civil e criminal para a autarquia em caso de acidente. Eu sei que haverá seguro para estes fins. Mas as

vidas humanas são muito mais valiosas do que qualquer seguro. E, por falar em seguro e segurança dos utentes da via, veículos, pessoas e animais, a Ponte de Cavaleiros e o perigo que representava para todos utentes finalmente foi reparada esta semana mas, mais uma vez, muito tardiamente solucionada. Outra situação que nos ocorre, e são preocupação de todos, os buracos que ficam das tampas de saneamento e outros aquando da reposição de piso novo nas estradas. É certo que não é um problema só de agora. Mas penso que será altura de se retificar esta situação. O zig zag que os veículos fazem para se desviar desses buracos são um perigo constante para a segurança rodoviária. Pedia a Vossa Excelência que quando fossem feitas estas obras, por parte da Câmara ou por empreiteiros, ficasse determinado que o levantamento das tampas para o nível aceitável da via fosse executado num prazo de x tempo, ou seja, o mais rápido possível conforme ficasse descrito no caderno de encargos. Outra situação que também quero levantar aqui: Provavelmente o Senhor Presidente não saberá responder neste momento porque é do foro da Indáqua, mas Vossa Excelência irá inteirar-se do assunto e saber qual o motivo por que em Bustelo, nos mesmos locais, a água já rebentou por várias vezes, repito: nos mesmos locais, e parece não haver solução para o caso. O trânsito é desviado para artérias secundárias, como a rua do Pocinho, a rua da Lomba e outras cujo movimento essencialmente de pesados fica caótico. Para quando a resolução definitiva deste problema? Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Saudar a Senhora Presidente da Mesa, os Secretários, o Senhor Presidente da Câmara, O Executivo Camarário, os meus Colegas membros da Assembleia Municipal e as demais pessoas aqui presentes. Uma saudação especial a todos os cesarenses, na pessoa do Senhor Presidente da Junta. Como vocês sabem, eu sou de Fajões, habituei-me também sempre, de alguma forma, a admirar o empreendedorismo de Cesar. E hoje considero que Fajões e Cesar são freguesias amigas e colaborantes. E quero endereçar a todos os cesarenses um cumprimento especial, na pessoa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Senhor Presidente, Executivo camarário, traz-me aqui duas situações que eu queria levantar e queria interpelar este Executivo camarário, nomeadamente na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, relativamente a duas situações: Primeira situação: - É uma situação até que gerou já algum burburinho e alguns mal entendidos, e alguma discordância eventualmente, que é a chamada constituição do Conselho Consultivo Municipal. Todos sabemos que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no âmbito das suas competências, procedeu à constituição do Conselho Consultivo Municipal. Um órgão informal composto por, alegadamente, um conjunto de cidadãos oliveirenses interessados em analisar, refletir e dar ideias para o futuro do Concelho. Segundo o Senhor Presidente da Câmara, e nas suas próprias palavras, “o grupo agora formado será uma estrutura aglutinadora dos interesses dos vários agentes responsáveis pelo desenvolvimento e competitividade do município

de Oliveira de Azeméis”, sustentando que “o concelho possui empresas, associações socioeconómicas, escolas de qualidade o que, por si só, justifica a sua criação. O Conselho quer contribuir para a concretização de algumas ideias para o concelho das quais sobressai a elaboração de uma “Agenda para a Inovação” e a criação de um dos melhores clusters automóveis da Europa suportado no conhecimento e na indústria oliveirense e com suporte científico da Escola Superior Aveiro Norte da Universidade de Aveiro. Este órgão informal assume-se - ainda nas palavras do Senhor Presidente - como um espaço de diálogo e reflexão associado a contributos e projetos que promovam o desenvolvimento do concelho e a qualidade de vida dos oliveirenses. Nos seus objetivos está, também, alegadamente, a criação de projetos inovadores e o reforço da identidade dos oliveirenses bem como o seu compromisso de cidadania, a aposta em ações de networking (troca de informações e conhecimentos com uma rede de contactos) e a afirmação do papel do território oliveirense no desenvolvimento do país e da Europa.” Evidentemente que qualquer um de nós concordará exatamente e integralmente com estes objetivos que são de facto chavões, mas que, no nosso entendimento, poderão ser devidamente concretizados. O que é que nós entendemos sobre esta matéria e sobre esta constituição e sobre isto? Entendemos que, quer o órgão executivo da autarquia, quer o órgão deliberativo podem e devem tomar posição sobre a composição, instalação, competências e funcionamento deste Conselho Municipal. Estes órgãos consultivos existem já, fiz alguma busca, em muitos concelhos do País e são criados, como qualquer Conselho que nós aqui temos, Conselho Municipal, várias comissões são criadas com regulamentos devidamente aprovados na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal. Os seus membros são previamente conhecidos, designados, reúnem com uma agenda de trabalhos, têm atas, e a sua atividade é mais ou menos conhecida. Em traços gerais: o Conselho Municipal é, como o próprio nome indica, um órgão consultivo de carácter estratégico com uma representatividade e participação da escala municipal, de composição variável em função dos setores considerados estruturantes para o desenvolvimento do Concelho. Eu queria também fazer alguma reflexão aqui com todos nós, dizendo que: nada nos move a criação deste Conselho; queremos apenas que este Conselho deverá ser devidamente regulamentado, quer pela Câmara, quer pela Assembleia, quer através de um regulamento, quer através de um regimento, e o processo da escolha das pessoas deve também ser sufragado por estes Órgãos. Eu lembro, Senhor Presidente, que aquando da campanha eleitoral - e não veja nisto nenhum aspeto negativo, porque eu acho que as pessoas podem, eventualmente, mudar de opinião - mas aquando da campanha eleitoral uma das propostas do partido Socialista era evidentemente criar um Conselho Municipal, aliás, também como o Provedor do Município. E eu vou ler aqui aquilo que o PS propunha, que era: “Criar um Conselho Consultivo Municipal composto por oliveirenses de reconhecido mérito, independência e competência em várias áreas de formação e atividade que reunirá anualmente com o executivo camarário para a avaliação do trabalho realizado, definição de medidas corretivas e de estratégias de desenvolvimento nas diferentes áreas da governação.” Acho que a concretização deste ponto estaria, no nosso

entendimento, mais de acordo com a criação do Conselho, o que aproximaria até os seus colegas de executivo das tomadas de posição e eventualmente de alguma “preocupação” (entre aspas) com os desígnios municipais. Soubemos que houve uma primeira reunião. Eu vi que o Senhor Presidente da Câmara, sem dizer que envolveu de alguma forma algum secretismo nisto. Mas, depois dessa primeira reunião em que, parece que o Senhor Presidente, pelo menos do executivo camarário só o Senhor Presidente esteve presente. E mesmo depois dessa primeira reunião e na primeira reunião e câmara municipal, não comunicou, pelo menos formalmente nessa reunião de câmara, quais foram os temas abordados, o que é que foi feito, quais foram as pessoas que estiveram presentes. Pelo menos do que eu vi - posso estar errado - pela transmissão da Azeméis TV. Portanto a nossa proposta, Senhor Presidente, era: saudamos a criação do Conselho Municipal. Entendemos que esse Conselho Municipal deve ter regras, como todos os Conselhos Municipais devem ter regras. E a sua designação deve também ser sufragada, pelo menos ao nível do executivo camarário, e depois validada pela assembleia municipal. O segundo ponto queria abordar, Senhor Presidente, era sobre a Cerciaz: E vou fazê-lo por uma ordem de razão, por dois grandes motivos: Primeiro: porque agora, no dia 13 de fevereiro foram empossados uns novos órgãos sociais e, em março a Cerciaz completará 40 anos de existência. É uma data que merece o nosso aplauso. Eu vou-me aqui dispensar de dizer tudo aquilo que da Cerciaz dissemos. Já dissemos amplamente todo o património que a Cerciaz tem, não só, social, educacional, desportivo, ao nível da prática do desporto, ao nível da integração dos jovens deficientes. E isto de facto é uma matéria que é querida a todos nós e todos nós temos razões de cidadania inerentes. Aquilo que eu quero fazer é um apelo ao Senhor Presidente - e vou fazer uma breve análise, não queria estar a demorar, nem a fazer perder a paciência a Vossa Excelência: Queria recordar que uma das primeiras iniciativas da Câmara Municipal, como todos nós sabemos, foi a revogação de vários protocolos existentes na Cerciaz. Aquando da tomada de posse deste executivo e numa das suas primeiras iniciativas este procedeu, alegando razões de legalidade e de interesse público, à denúncia de vários protocolos. E um dos protocolos que suscitou mais alguma controvérsia foi de facto aquele relativo à manutenção dos espaços verdes, que já vinha protocolado anteriormente desde 2007. Na altura, pelo Senhor Presidente da Câmara foi referido que juntamente com a Cerciaz num quadro de responsabilidade, seriedade e do compromisso institucional, iriam encontrar uma solução para continuar a apoiar uma instituição que nos merece - no entendimento do Senhor Presidente da Câmara - todo o respeito e consideração, ainda para mais com um público tão particular como é o público em apreço. Refere também o Senhor Presidente de Câmara, que informaram o senhor presidente da direção que iríamos - estou a citar- que iríamos fazer uma revisão daquele protocolo e conforme já lhe disse foi promovido uma reunião entre a câmara municipal e a direção da instituição no sentido de encontrar uma solução para o problema. Agora, a solução que vamos encontrar, e isto é absolutamente claro, é uma solução no estrito cumprimento da lei, esta situação vai ser encontrada e não só no estrito caso da Cerciaz, mas como em qualquer instituição que neste momento tem protocolos com a Câmara Municipal,

e posso dizer-lhe que são muitos: - e estou a citar. [projeção de slide] - Nós aqui fazemos uma comparação, Senhor Presidente, relativamente aos apoios. Sem qualquer intuito de politizar a questão, vou fazer aqui uma comparação com os apoios que a Cerciaz tinha exatamente antes da entrada em funções deste executivo e no anterior. A primeira descrição que está aqui é, de facto, o apoio à atividade Boccia. A atividade Boccia tem este apoio, que está concedido, portanto foi concedido todos os anos 2017, 2018, 2019 e 2020. É um apoio constante e é um apoio que é concedido pela Federação. Ou seja, a Câmara surge como um veículo, todas as despesas são entregues à Câmara Municipal que as endereçará para a Federação e logo que receba o subsídio correspondente o entregará à Associação. Portanto, este apoio é um apoio concedido pela Federação, via Câmara Municipal. Em segundo lugar temos o fornecimento de água: Fornecimento de água que existia, que era de facto relevante, que existia antes, todos executivos tinham feito esse fornecimento de água e o fornecimento de água também foi cortado. Creio, creio aqui que foi uma situação também transversal a todas as associações. Ponto três: E o ponto três vou passar a explicar, para que não fique aqui nenhuma dúvida quanto a esta questão: É a questão da atribuição anteriormente do edifício da escola do Pinheiro da Bemposta. Que era uma concessão, em que haveria um projeto anterior que era um Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), em que a Cerciaz tomava posse da referida escola e aí desenvolvia um Centro de Atividades Ocupacionais com alunos devidamente sinalizados, (na altura, aí uns 30), e que permitiria que a Cerciaz aí desenvolvesse a sua atividade junto dos miúdos carenciados e que receberia da Segurança Social um financiamento, que no ano de 2017 seria, caso viesse a ser concretizado, - e digo que já estaria protocolado, quer a cedência das instalações, quer tudo - estaríamos a falar de uma concessão da Segurança Social de um subsídio de 183.423,60€. Eu tenho aqui que fazer uma pequena observação: Este subsídio era para a Cerciaz desenvolver toda a sua atividade. O que implicaria que isto não seria “net”, ou seja, não seria líquido. Teria que se contratar, o processo já estaria avançado, cerca de 11 funcionários. O que equivaleria à criação de 11 empregos e teria também os custos de funcionamento inerentes à própria escola. Era também uma forma de a Cerciaz alargar o seu objeto e também responder a carências que nós consideramos básicas e muito importantes. Esse protocolo foi de facto, por este executivo, cancelado. E ao que eu tenho conhecimento, o projeto não avançou porque, de facto, foi objeto de cancelamento essa concessão, esse protocolo de utilização da escola foi cancelado. O mesmo se diz, Senhor Presidente, relativamente à loja junto ao Mercado. Esta loja junto ao Mercado é uma loja que na altura estava devoluta, serviria para espaço de divulgação e promoção da atividade da Cerciaz. Essa questão também foi devidamente revogada e também entregue a chave. Havia aqui outras situações, nomeadamente a recuperação de espaços internos. Ou seja, a Câmara Municipal, na altura, tinha uma ligação muito forte com a Cerciaz e, de alguma forma, quando era necessário fazer obras de readaptação, obras de requalificação, etc...; a Câmara Municipal, embora não dando apoio financeiro direto, disponibilizava a mão-de-obra existente na câmara no sentido de promover essa ajuda. Portanto, Senhor Presidente, conforme todos nós

temos ocasião, já passaram dois anos e meio e há aqui de facto algum (entre aspas) “abandono”. Se calhar não é a expressão mais correta mas, abandono, distração, porque Cerciaz merece, todos nós temos a certeza, um tratamento, não privilegiado, mas um tratamento de facto adequado a todas as atividades que a Cerciaz tem. (Eu depois queria também fazer aqui uma outra observação num quadro que tem em baixo.) Fiz isto para nós termos uma ideia daquilo que a Cerciaz tinha e deixou de ter. Evidentemente que quero deixar aqui expressamente claro que os apoios, nomeadamente quanto à escola do Pinheiro da Bemposta era um apoio concedido pela Segurança Social, para o Centro Ocupacional. Mas, evidentemente que, isso teria adjacente todos os custos operacionais e de manutenção, etc... Portanto, aquilo que eu apelo ao Senhor Presidente é que reúna com a direção da Cerciaz, no sentido de lhes abrir a porta, de lhes possibilitar outro tipo de ajuda para que esta instituição tão nobre e que tem uma valia intrínseca e um aspeto de cidadania importante que possa desenvolver a sua atividade em termos adequados. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi colocada à admissão a recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “Garantir a realização de obras urgentes no IC2 - Oliveira de Azeméis que resolvam definitivamente a sinistralidade daquela via estruturante para o concelho de Oliveira de Azeméis”. A qual foi admitida por unanimidade e entregue um exemplar a cada líder dos Grupos Municipais. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Muito obrigado. Senhora Presidente aproveito para cumprimentar todos na sua pessoa e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar. É sempre um gosto estar aqui e continuar a cumprir, de facto, este nosso compromisso, neste mandato, de chegarmos a todas as freguesias em assembleias descentralizadas e verdadeiramente participadas. Senhora Presidente, nada a obstar, relativamente a esta recomendação. Evidentemente tudo o que é bom e favorável para Oliveira de Azeméis contará sempre com o apoio do Partido Socialista. E dizer que, relativamente a esta matéria e a várias das que já foram hoje, aqui, abordadas algumas das quais teremos naturalmente oportunidade de ao longo da assembleia discutir e dirimir de forma mais acurada: Dizer a todos e aqueles que chegaram agora - Bem-vindos. Bem-vindos aos problemas de Oliveira de Azeméis. Senhora deputada, agradecemos naturalmente também este seu trabalho. E sobretudo o facto de ter sido necessário o Partido Socialista chegar a este executivo e chegar à governação do Concelho de Oliveira de Azeméis, para podermos ter também o Partido Social Democrata a fazer recomendações ao Governo e a estar verdadeiramente preocupado com aquilo que aconteceu. E não digo isto de ânimo leve, basta reler o que foi o último mandato e o número de intervenções que a senhora deputada fez nesta assembleia. O número é tão redondo e tão

expressivo como zero (0). Ok. Zero (0). Foi isto que aconteceu. Por isso, e porque nós nunca politizamos questões que são verdadeiramente importantes para o Concelho de Oliveira de Azeméis, Senhora Presidente, Senhor Presidente de Câmara, o Partido Socialista vota naturalmente favoravelmente esta recomendação ao Governo nos moldes em que está escrita. Muito obrigado.=====

===== *Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a recomendação apresentada - “Garantir a realização de obras urgentes no IC2 - Oliveira de Azeméis que resolvam definitivamente a sinistralidade daquela via estruturante para o concelho de Oliveira de Azeméis”, a qual foi aprovada por unanimidade.* =====

===== *Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:* =====

===== *Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente para se pronunciar sobre estas cinco intervenções, só queria dar uma palavra muito breve à intervenção do senhor Albino Martins, da questão que me colocou. Dizer que: Não sou nada indiferente a esta questão que já tem sido muitas vezes falada do horário da Assembleia e da ausência do senhor deputado e líder da bancada - Costa Gomes. Antes pelo contrário, lamento profundamente e tenho procurado encontrar soluções para essa questão, uma vez que a razão que aponta são sempre razões de ordem profissional. Ora, o desenho desta Assembleia foi bem negociado e conversado no início do mandato. Foi assim que se encontrou uma maioria de vontades. O motivo principal era não interferir com a nossa vida profissional. Se eu mudar a Assembleia para outro horário, tendo em conta que também nos comprometemos a fazer pelo menos três sessões temáticas por ano, vamos com certeza interferir com horário laborar de todos os deputados. Portanto, o prejuízo será com certeza maior para todos. Eu sei que algumas pessoas se sentem incomodadas por esta sessão começar ao fim de semana e cedo. Mas não é a maioria das pessoas. Pelo menos não é essa a sensação que me chega. De qualquer das formas, sou sensível a isso e tenho falado várias vezes com o senhor deputado e, inclusivamente já fiz a mudança das sessões em que não há sessão temática para a sexta-feira ao fim do dia. Infelizmente também o senhor deputado nesse horário me manifestou incompatibilidades profissionais. Portanto, eu estou com alguma dificuldade em perceber qual é a disponibilidade do senhor deputado. Mas, estou sensível a isso e prometo-lhe que vou, mais uma vez, fazer aquilo que me pediu, reunir os líderes, sondar as opiniões de todas as pessoas, esperar por propostas e, naturalmente, que estarei aberta às propostas que surgirem. No entanto, devo dizer-lhe uma coisa: quando iniciei este mandato comprometi-me a não prejudicar a minha atividade profissional perante os meus utentes, uma vez que sou médica. Se eu faltar cinco vezes à consulta em qualquer horário, são cento e tal consultas que eu não farei no ano e eu não o vou fazer. Portanto, neste mandato é assim que vai ficar o meu compromisso. No entanto, se chegarmos a algum acordo de abdicar de alguma coisa ou de passarmos todas as*

sessões para a noite? Naturalmente que aí poderemos encontrar alguma disponibilidade. Mas vamos discutir certamente isso. E eu fico sensível à sua intervenção. =====

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**. =====*

===== Muito obrigado, Senhora Presidente. Vamos então dar resposta às questões colocadas pelos senhores deputados. Começaria pela intervenção do deputado Albino Martins: Quinta dos Borges: A Quinta dos Borges, senhor deputado, é uma opção estratégica deste executivo e é efetivamente uma promessa eleitoral. E connosco as promessas eleitorais são para cumprir. E quando isso não acontece, quando não temos possibilidade de as cumprir, independentemente do motivo que origina o incumprimento, aquilo que nós fazemos é pedir humildemente desculpa às pessoas. E portanto, senhor deputado é verdade que na Assembleia vocês se abstiveram. Mas o que é um facto é que há dois PSD, um que se abstém na Assembleia Municipal e um que vota contra em sede de reunião de Executivo Camarário. Importa perceber as razões aludidas para o voto contra: “E que nós não precisávamos de parque urbano rigorosamente nenhum; O Parque de La-Salette é o nosso parque urbano e, portanto, este dinheiro é muito mal gasto”. Senhor deputado tem que haver coerência na intervenção política, sob pena de nos descredibilizar completamente perante os munícipes, perante quem nos elege. O que acontece é que os senhores acham que não é preciso terreno e por outro lado querem que nós compremos mais terreno para ficar, enfim, o terreno abandonado. Acusam-nos que compramos um terreno, um canteiro - na sua expressão. Um terreno de 5 hectares que custou 1.250.000,00€ é realmente um canteiro caro. É um canteiro, enfim, rico. Mas, por outro lado, quer que nós compremos mais terreno para ficar a criar silvas. Ó senhor deputado, tem que haver coerência e tem que haver um mínimo de alinhamento naquilo que são as nossas intervenções. Para o Partido Socialista a mensagem foi sempre clara: O parque urbano é uma necessidade para a nossa cidade, é uma necessidade para o nosso Concelho e já, sobejamente, identificamos as razões pelas quais consideramos que esta que é uma opção estratégica, fundamental para qualificar o espaço urbano da cidade e para polarizar o desenvolvimento em torno da cidade. E, portanto, não são necessárias mais explicações. Aquilo que nós não aceitamos é que, por um lado sejamos acusados de sermos agentes imobiliários e por outro lado o senhor trazer aqui um slide onde aquilo que nos propõe é que nós compremos um conjunto de terrenos sem que tenhamos o terreno que adquirimos ainda ao serviço da comunidade. Bom, nós estamos habituados a definir as prioridades com prudência, com responsabilidade. E, portanto, aquilo que nós vamos fazer é nesse canteiro, que o senhor classificou infelizmente dessa forma, vamos criar o parque urbano da cidade que vai ficar ao serviço da comunidade oliveirense. E aquilo que nós depois vamos fazer é avaliar a adesão da comunidade oliveirense a esse parque. E nós, estimamos, esperamos que essa adesão seja muita. E, a partir daí, vamos fazer aquilo que dissemos que íamos fazer:

Vamos proceder à expansão desse parque e vamos alargá-lo, se necessário. E, portanto, sob esse ponto de vista, eu julgo que não há muito mais a dizer sobre isto. Aquilo que importa é que efetivamente passemos a ter um registo de coerência nas nossas intervenções, sob pena de à partida ficarmos completamente descredibilizados nas perguntas que colocamos antes de obtermos as respostas a essas perguntas. Em relação à intervenção da senhora deputada, dr^a Helga: Efetivamente o IC2 é uma via perigosa em alguns troços da sua extensão, no caso concreto de Oliveira de Azeméis, na parte do troço que atravessa o nosso território temos efetivamente alguns problemas. É um facto que as intervenções que referiu tornaram menos perigosa a via hoje do que no passado. Efetivamente reduziram não só o número de acidentes, como também o número de feridos, é um facto. Agora, é evidente que, apesar da via não ser da nossa responsabilidade, é da nossa responsabilidade as condições de segurança das pessoas e é da nossa responsabilidade fazermos tudo o que estiver ao nosso alcance para salvar vidas humanas. E, portanto, na sequência do acidente que aconteceu em 11 de fevereiro, (não este último que infelizmente se traduziu em duas vítimas mortais, no sábado anterior a 11 de fevereiro - quilómetros 264 - suponho, e este foi no quilómetro 262), nós enviamos um ofício em 11 de fevereiro às Infraestruturas de Portugal, mais uma vez, para exigir que sejam introduzidas medidas de segurança no IC2 e, naturalmente, disponibilizando-se a autarquia para, conjuntamente com as Infraestruturas de Portugal, colaboramos na mitigação dos problemas das dificuldades da via que originam esses acidentes. Dizer-vos que também é verdade que muitas vezes os acidentes não ocorrem por questões de segurança das vias. Ocorrem porque os automobilistas não cumprem as regras de trânsito, não cumprem o código da estrada, não cumprem, não cumprem o limite de velocidade, não cumprem a sinalização que existe, não cumprem muitas vezes a adaptação de uma condução mais prudente, de uma condução mais defensiva em função das condições climáticas que existam. E, portanto, nós temos aqui por um lado um trabalho de melhoria das condições das vias, mas temos, por outro lado, também, a necessidade de fazer um trabalho de sensibilização dos nossos automobilistas para que tenham uma condução mais prudente, mais segura, que tenham mais cuidado quando estão ao volante não colocando em risco a sua vida nem a vida de outras pessoas. Isto é fundamental que se faça estes dois caminhos. Naturalmente que a Câmara Municipal está completamente ao lado de todas as iniciativas que visem alertar a tutela para que as condições de segurança que existem nas nossas vias sejam corrigidas. Portugal efetivamente apresenta níveis de sinistralidade que não nos orgulha, é dos países da Europa com maior índice de sinistralidade. Isso deve-se, por um lado, ao comportamento dos nossos condutores, dos nossos automobilistas, o nosso comportamento, e, por outro lado, também, a algumas situações de perigo que existem no nosso território. A Câmara Municipal, como aconteceu por exemplo com a requalificação do Zé da Curva, mas como muitas outras requalificações que estamos a fazer no sentido de alargarmos pontos de elevada sinistralidade no Concelho, está a fazer também esse caminho, naquilo que é a sua responsabilidade, naquilo que são as estradas municipais de procurarmos também corrigir alguns pontos que no passado

correspondiam a pontos de grande sinistralidade no nosso Concelho. Portanto, estamos disponíveis para fazer esse trabalho. Agora, é evidente que, enfim, o senhor ministro das Infraestruturas e da Habitação é do Concelho de S. João da Madeira e portanto conhece bem esta via, conhece esta via tão bem como nós e naturalmente tem planeada a sua intervenção para 2022, suponho que será uma intervenção multidisciplinar, uma intervenção profunda. Mas, obviamente que, nós gostaríamos todos de poder antecipar aquilo que temos planeado. A própria Câmara Municipal tem um conjunto de planos e, como sabem, o nosso Plano Plurianual de Investimentos é precisamente uma programação cronológica daquilo que pretendemos fazer. Nós gostaríamos de antecipar tudo já para amanhã. Mas esperemos que aquilo que é esta decisão, que aqui foi tomada pela Assembleia Municipal, possa produzir os efeitos desejados porque é isso que efetivamente interessa e é isso que releva quando estão em causa vidas humanas e quando estão em causa acidentes que podem provocar lesões graves nas pessoas. Em relação á intervenção da deputada Carla Brandão sobre as Autarquias Familiarmente Responsáveis: Obviamente a Câmara Municipal tem uma preocupação em aprofundar este caminho de compatibilização entre aquilo que é a vida familiar e aquilo que é o trabalho. É evidente que é um orgulho para nós, enfim, num quadro de 77 autarquias galardoadas com este símbolo de autarquia familiarmente responsável, temos pelo segundo ano consecutivo recebido este galardão. Portanto, essa política que referiu de redução de IMI, complementada com muitas outras, é um caminho que nós temos de aprofundar e que estamos determinados em seguir. Em relação à intervenção do senhor deputado Ilídio Godinho: Referiu aqui a Rua das Matas, em Cesar. O problema, não é só a Rua das Matas, em Cesar, é toda a via que serve esta zona industrial do nordeste, esta zona industrial Cesar / Carregosa/ Fajões que está num estado absolutamente lamentável. A diferença de hoje para o passado é que nós não negamos essas coisas, reconhecêmo-lo, reconhecemos as nossas dificuldades, reconhecemos a nossa impossibilidade para resolver tudo ao mesmo tempo. Está a ser feito um caminho enorme - se tiverem curiosidade: eu posso fornecer-vos alguns dados sobre aquilo que está feito mas, mais importante ainda, sobre aquilo que a curto prazo vai acontecer: Estamos a falar de investimentos de 1,25 milhões de euros em obras por administração direta a serem realizadas pela Câmara Municipal e mais 3,8 milhões de euros por empreitadas. A Câmara Municipal não tinha praticamente capacidade para intervir por administração direta. Eu posso-vos dizer que, em 2018, nós tínhamos requalificado 3,5 quilómetros de vias; cerca de 16.000 metros quadrados; isto correspondia a um investimento na ordem de 160.000,00€. Em 2019, nós quase que triplicamos este número, passamos para 9 quilómetros; estamos a falar de 43.000 metros quadrados de vias; um investimento perto de 430.000,00€. Estou a falar só por administração direta, ou seja, com os recursos humanos da Câmara que têm feito um trabalho e uma progressão absolutamente extraordinária. É bom que eu também reconheça aqui isso e publicamente lhes agradeça todo o trabalho que têm feito, no sentido de nos ajudarem a concretizar este plano de intervenções na rede sobre a nossa responsabilidade. Mas, é vidente que para isso foi preciso fazer importantes investimentos nos equipamentos. Nós estávamos

completamente depauperados de equipamentos. Neste momento temos novos equipamentos desde, camiões, cilindros, uma grande pavimentadora - que entrou este ano em funcionamento. E aquilo que nós esperamos, só para terem uma ordem de grandeza, em 2020, estamos a pensar concretizar cerca de 15 quilómetros de rede. Portanto, estamos quase que a duplicar aquilo que fizemos em 2019. E aquilo que fizemos em 2019 já foi o triplo de aquilo que tínhamos feito em 2018. Estamos a falar em perto de 75.000 metros quadrados de rede viária requalificada por administração direta, num investimento que rondará os 750.000,00€. Portanto, isto é um caminho que se está a fazer. Um caminho determinado. É evidente que quando nós requalificamos 10 vias imediatamente aparecem, com toda a legitimidade, os municípios a pedirem para requalificarmos 40 ou 50. Temos efetivamente não só a nossa rede viária primária, mas a nossa rede viária secundária em muito mau estado. É evidente que muitas vezes os municípios questionam: Mas, enfim, acabamos de asfaltar esta via porque é que não se asfaltaram as vias confluentes, porque é que não se asfaltaram as vias envolventes? Bem, simplesmente porque não há dinheiro. E, portanto, temos que definir prioridades. E portanto nós definimos as prioridades, definimos aquelas vias que entendemos que são mais importantes, que têm mais tráfego, que tem mais função económica e função social. E, portanto, aquilo que nós fazemos é, evidentemente, em função das prioridades que vamos definindo vamos fazendo esse investimento. Está neste momento a decorrer uma empreitada de perto de 400.000,00€, que estará a meio mais ou menos. Depois, seguir-se-á uma empreitada à volta de 200.000,00€, para cumprir uma velha reivindicação dos moradores do lugar de Vilarinho de S. Luís, uma promessa de requalificação que lhes foi feita e nunca foi cumprida. Portanto, vai ser cumprida essa promessa. Num esforço de coesão, como é evidente. Porque estamos a falar de servir um núcleo muito reduzido de população e num investimento avultado. Mas essa é também a nossa função, é a função de promover o desenvolvimento e a coesão do território. E, depois, estamos a ultimar mais uma intervenção profunda na rede viária na ordem dos 500.000,00€. Portanto, teremos aqui um conjunto de investimentos em paralelo na requalificação da nossa rede viária. E, estamos a fazê-lo, especialmente, isto é que é importante sublinhar - senhores deputados, com planeamento. Não fazemos isto de forma casuística, não fazemos isto de forma avulsa. Sabemos exatamente aquilo que temos que fazer em 2020. Sabemos exatamente aquilo que temos que fazer em 2021. E perdoem-nos a ousadia, mas fizemos também um exercício para 2022. Porquê? Porque entendemos que a requalificação da rede viária tem que obedecer a uma lógica de intervenção. E portanto nós estamos determinados em que todas as zonas industriais do Concelho Nogueira do Cravo/ Pindelo, Cesar/ Carregosa/ Fajões, a Área de Acolhimento Empresarial UL/ Loureiro precisa de um investimento fortíssimo de mais de 500.000,00€, só para a regularização das vias existentes, temos vias nas imediações da Área de Acolhimento Empresarial de UL/ Loureiro em terra batida onde estão a ser licenciadas pavilhões industriais, mas também a própria zona industrial de Oliveira de Azeméis/ Santiago de Riba-UL. Todas essas zonas industriais precisam de requalificação profunda. E essa requalificação vai acontecer. Está a ser neste momento planeada. Aquilo que nós esperamos é ter condições para

este ano e no próximo ano termos as nossas zonas industriais todas a serem intervencionadas. Em relação á questão da Ponte de Cavaleiros. Não tenho nada a dizer sobre a Ponte de Cavaleiros, foi uma questão que se prendeu com os seguros. E, portanto, nós, como compreende, não gostamos que as coisas se prolonguem no tempo. Gostaríamos que imediatamente após a ocorrência do acidente (foi um camião que deitou abaixo a guarda da ponte) essa ponte fosse requalificada. Estas questões de seguros são mesmo assim. E portanto precisamos de todo este tempo para resolver o problema. O que importa é que efetivamente o problema foi resolvido. Felizmente para todos nós não ocorreu neste interregno nenhum problema para ninguém, não ocorreu nenhum acidente que magoasse alguém. Concordo em absoluto com aquilo que disse, em relação às tampas do saneamento, à necessidade da sua elevação. É isso que nós temos feito. Nas intervenções que vamos fazendo temos tido sempre a preocupação de elevar algumas dessas tampas, porque, obviamente, quando nós metemos piso essas tampas passam a ficar desniveladas. Mas, convenhamos, nós temos que tomar uma opção entre ter de gastar muitas dezenas de milhares de euros a elevar tampas em estradas requalificadas ou pegar nessas dezenas de milhares de euros e intervencionar outras estradas: Aquilo que nós temos feito é, requalificamos algumas tampas que nos parecem ser mais penalizadoras para os automobilistas e procuramos com esse dinheiro fazer intervenções noutras vias que estão efetivamente em muito mau estado e representam muito mais perigo para os automobilistas do que as tampas rebaixadas. Mas, evidentemente que, tem toda a razão nessa reclamação. Ela é justíssima. Nós gostaríamos muito de ter capacidade financeira para resolver o problema de alguns milhares de tampas que temos nessas circunstâncias. Em relação á questão de Bustelo: A questão de Bustelo é uma questão interessante. Aliás, vamos hoje falar aqui sobre o aditamento ao contrato de concessão da nossa rede de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, com a Indáqua. E esses rebentamentos resultam da adutora de Cesar. Uma adutora que, no passado, o Partido Socialista dizia E estava incluída no Plano de Investimentos com mais meio milhão de euros previstos para a sua substituição. Foi identificada a necessidade da sua substituição. Entretanto, hoje vamos ter oportunidade de aprovar aqui um aditamento - espero eu - ao contrato de concessão, onde tem precisamente a regularização dessa alteração do Plano de Investimento onde estava prevista a construção dessa adutora e foi retirada porque estava em bom estado. Bom, essa decisão está agora refletida nos inúmeros buracos que aparecem no lugar de Bustelo. É a adutora que está a rebentar por todo o lado. Está a rebentar por todo o lado. E está a rebentar repetidamente. A Indáqua, não sai dessa rua, como sabe. Isso não aconteceu agora. Agora está em três ou quatro pontos. Mas tem acontecido durante o ano todo. Nos últimos tempos rebentam constantemente a adutora. E não há salvação possível. Não há salvação possível, a adutora tem que ser integralmente substituída. E, portanto, o que vai acontecer é que muito brevemente a Indáqua neste momento, julgo que está à espera de materiais (vereador Hélder Simões é que tem acompanhado este processo), está à espera de materiais; se esses materiais chegarem - julgo que para a semana ou na semana seguinte - teremos ali uma intervenção profunda de substituição da

adutora e ao mesmo tempo da construção da rede de água e da rede de saneamento. Portanto, é isso que nós vamos fazer, para resolver definitivamente o problema ali. Mas é bom que tenha falado nele porque ele resulta precisamente de uma decisão errada que foi tomada no passado e que hoje nós percebemos que foi errada. Em relação á intervenção do dr. Fernando Pais: Bom, senhor doutor, eu compreendo e ouvi-o atentamente em relação a tudo o que disse sobre o Conselho Consultivo. Eu já dei as explicações que devia sobre o Conselho Consultivo. Eu tive a preocupação de o referir: É um órgão de consulta informal. É um órgão de consulta despolitizado. E portanto, aquilo que se pretendeu foi ouvir um conjunto de pessoas de reconhecido mérito, ouvi-las a título individual, de reconhecido mérito pelo seu percurso pessoal, pelo seu percurso profissional, pelo seu percurso académico, um conjunto de pessoas que são pessoas atentas, são pessoas empenhadas, são pessoas com responsabilidades mas também preocupadas com a comunidade. Senhor deputado, eu não posso deixar de registar que, no passado, quando não se ouvia ninguém, quando não se passava cavaco a ninguém nós vivíamos numa democracia plena, partilhada e participada. Hoje que, nós ouvimos os nossos empresários, a Câmara desloca-se às freguesias para ouvir os munícipes, ouvimos a oposição, ouvimos um conjunto de pessoas, no presente, no presente, com humildade porque entendemos e reconhecemos que não temos a capacidade de resolver todos os problemas e portanto queremos ouvir essas pessoas para receber os seus ensinamentos, os seus contributos; Bem, nós estamos aqui num processo de opacidade, estamos num processo de falta de transparência, um processo quase ditatorial. O senhor diz que há outros concelhos que têm uns Conselhos Consultivos Municipais organizados.... Senhor deputado, eu já expliquei isto: É um órgão informal. Nós não queremos nenhum Regulamento nem nenhuma Norma disciplinadora. Não queremos fazê-lo. Não queremos fazê-lo. Nós queremos que este órgão seja completamente despolitizado. O senhor diz: que neste órgão deveriam estar os vereadores. Se eu tivesse os vereadores do executivo camarário, com pelouro, eu seria criticado por não convidar também os senhores vereadores do executivo, sem pelouro. Mas se o fizesse, nós não teríamos um Conselho Consultivo, nós tínhamos uma reunião pública da Câmara Municipal. Mas convidando os senhores vereadores - como o senhor disse - devia convidar, eventualmente a Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Mas, ao convidar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal também teria a obrigação de convidar - porque se não seria criticado - todos os partidos com assento na Assembleia Municipal e também os senhores presidentes de junta - os senhores presidentes de junta também deviam estar presentes. Bom, então, teria uma sessão pública da assembleia municipal. Senhor deputado, mais importante do que discutir nomes - eu até considero - e o senhor sabe as pessoas que lá estão - o senhor sabe perfeitamente, porque é óbvio - sabe perfeitamente as pessoas que lá estiveram. O senhor não foi capaz de dizer - isso que era importante - que essas pessoas não nos merecem todo o respeito e toda a consideração. Merecem-nos todo o respeito e toda a consideração. E o senhor não tem nenhuma dúvida sobre a relevância dos seus contributos. Certamente que não tem. Então, ótimo. É isso que importa. Porque aquilo que é importante para mim, senhor deputado, não é que nós saibamos as pessoas

que compõem o Conselho Consultivo, é percebermos o que é que essas pessoas podem dar ao Concelho. Isso é que é absolutamente importante. E eu gostaria muito que a nossa preocupação se centrasse e se concentrasse exatamente naquilo que é substancial, que é: os temas que foram discutidos, a sua importância e a sua relevância para o desenvolvimento económico e social do Concelho. Esse é o grande desígnio. O Conselho Consultivo não está fechado. Foi feita uma primeira abordagem onde reunimos com um conjunto de pessoas que na sua generalidade acederam prontamente ao convite o que demonstra o interesse das pessoas em discutir connosco, em discutir com o executivo camarário os assuntos, os problemas, os desafios e as soluções que em conjunto temos que encontrar. E, portanto, isso para mim é o mais relevante. É evidente que a Câmara Municipal tem um plano estratégico para o Concelho. A Câmara Municipal tem um plano estratégico. Foram apresentadas 150 medidas. Mas aquilo que nos interessa é compatibilizar a nossa visão com a visão da sociedade civil. Porque eu já disse várias vezes - repito - quanto mais nós conseguirmos casar estas duas realidades mais sucesso teremos no desenvolvimento económico e social do Concelho. É isso que importa. Importa que a visão não seja a visão do executivo camarário, importa que a visão seja a visão coletiva a visão da comunidade. E fazem parte desse Conselho Consultivo pessoas que representam - não tenha dúvida nenhuma sobre isso - peço-lhe: que não tenha nenhuma dúvida sobre isso - e julgo que até agora não lhe dei nenhuma razão para duvidar de mim - peço-lhe que não duvide essas pessoas representam bem a essência da nossa comunidade. Isso é que é absolutamente determinante. Mas digo aqui aos senhores deputados, de forma muito clara, que, o Conselho Consultivo é composto por um conjunto de pessoas, da mesma maneira que é um órgão consultivo informal, não está fechado; Portanto, admite a possibilidade de serem convidadas mais pessoas. Serão prestadas contas ao executivo camarário do trabalho, a seu tempo, como é evidente; porque foram dados contributos na altura; houve pessoas que se disponibilizaram para fazer chegar outros contributos. E portanto aquilo que nós estamos a fazer é a reunir um conjunto de informação, que disponibilizaremos, em relação à natureza dos assuntos e à importância dos assuntos que foram tratados. Eu gostaria, embora perceba a abordagem que é feita, que se respeitassem as pessoas que fazem parte do Conselho Consultivo Municipal, que respeitassem a sua disponibilidade para contribuir e para responder ao desafio que lhes foi colocado. Agora, se quiser que eu perca mais tempo a explicar o que é um Conselho Consultivo informal e despolitizado? Estaremos todos a perder o nosso tempo porque a expressão é suficientemente elucidativa e clara em relação à natureza do órgão e aquilo que se pretende com o órgão. Disse e muito bem, isso é que é importante, o objetivo é que nós tenhamos no nosso Concelho objetivos estratégicos. Um deles é reforçar a presença e a importância do Ensino Superior no nosso Concelho. É absolutamente fundamental que o nosso Concelho seja um concelho de talento, um concelho de conhecimento. E portanto, essa é claramente uma das vias que nós temos que aprofundar. Outra delas é percebendo nós o que é que representa a produção de componentes para o setor automóvel naquilo que é o PIB nacional, cerca de 10% das nossas exportações nacionais, é evidente que temos que

aprofundar a importância que este Concelho tem nessa área. E, eu julgo que, há condições para que o nosso Concelho se transforme num concelho de referência no setor automóvel. Temos empresas a produzir moldes e a injetar plástico para a indústria automóvel. Temos empresas a trabalhar componentes metálicos, ligas de alumínio. Temos empresas a trabalhar a ótica para o setor automóvel. Temos empresas em concelhos vizinhos a trabalhar os estofos, encostos de cabeça. Portanto, temos aqui a possibilidade de criar aqui um rating regional que nos permita transformar esta região num cluster automóvel europeu de grande dimensão com capacidade para atrair e fixar conhecimento, mas também para atrair e fixar investimento. Em relação à intervenção que o senhor fez sobre a Cerciaz: Senhor deputado, eu, sinceramente, acho que aquilo que o senhor fez que é feio. Sinceramente. Aquilo que o senhor fez foi precisamente politizar a questão. O senhor teve a preocupação de dizer que não era essa a intenção, mas não fez mais nada do que isso. Porque é que politizou a questão? Porque não foi rigoroso. Porque se o senhor fizesse uma intervenção rigorosa: A mim cabe-me respeitá-la na íntegra. É isso que eu devo fazer. Mas não foi isso que aconteceu. É muito mau senhor deputado quando nós.... E garanto. É uma garantia absoluta. Não há neste executivo nenhuma intenção, não há vocação de politizarmos as instituições. Não queremos controlar as instituições. Queremos que as instituições façam o seu trabalho, trabalhem em prol da comunidade, sem nenhum tipo de ingerência da Câmara Municipal exceto para com elas criarmos as condições para que as suas respostas sejam as melhores possíveis. É isso que nós fazemos. E, portanto, a primeira coisa que eu quero fazer aqui é dar os parabéns à nova Direção da Cerciaz e desejar-lhes todo sucesso no seu mandato. Porque o sucesso da direção da Cerciaz é o sucesso dos utentes da Cerciaz e é o sucesso da comunidade oliveirense. E portanto, a Câmara Municipal, reafirmo aqui, está completamente disponível para ajudar a Cerciaz a cumprir a sua missão, como está disponível para ajudar todas as instituições do Concelho a cumprirem a sua missão. E, por isso, eu quando disse que o senhor não teve uma intervenção rigorosa, eu depois tenho que me explicar e tenho justificar porque se não estaria a ser incorreto consigo: A Câmara Municipal não revogou um conjunto de protocolos. A Câmara Municipal revogou o protocolo da jardinagem. Foi isso que a Câmara Municipal fez. Senhor deputado, nós já falamos aqui repetidas vezes sobre isto. O senhor não trouxe absolutamente nenhuma novidade em relação aquilo que disse nas anteriores intervenções. E por isso é que eu digo que o senhor politizou esta questão. Deixe-me que lhe diga o seguinte: O senhor refere aqui um número que é: a Câmara Municipal no passado pagava a água e agora deixou de pagar. Senhor deputado, o senhor nem devia ter feito essa afirmação aqui. Porque sabe que a Câmara está proibida de financiar despesas correntes das instituições. A lei não lhe permite, é uma ilegalidade. E nós sabemos bem, tivemos a oportunidade de ler, hoje, aqui, no início da Assembleia, a meu pedido, um documento que traduz de forma rigorosa aquilo que significa um comportamento irresponsável na gestão pública. E, portanto, o senhor vem aqui dizer que a Câmara devia continuar a financiar despesas correntes da Cerciaz. Bom, deixe-me que lhe diga uma coisa: Não foi a Câmara Municipal - e voltou a não ser rigoroso nisto - não foi este executivo

que cortou o abastecimento de água às nossas instituições, às instituições do concelho. Foi o executivo anterior que cortou a todas as instituições exceto esta. Essa é que é a verdade. E foi o executivo anterior que teve a possibilidade de, no contrato de concessão, salvaguardar as nossas IPSS(s), as nossas instituições, criando aqui um regime de exceção, mas também para os nossos idosos, para o cartão mais de 65, para as nossas IPSS(s), para as famílias carenciadas e não o fez. Entregou-as à sua sorte. E por isso é que nós temos hoje instituições que são confrontadas com custos de água elevadíssimos que não tinham no passado. E portanto, esta é que é a verdade. Deixe-me que lhe diga o seguinte: o senhor apresenta ali um número. É evidente que quando refere 880.000,00€, no passado, de apoios, em 4 anos, esqueceu-se de dizer que 758.000,00€ eram de um CAO (Centro de Atividade Ocupacional). Senhor deputado, a Câmara Municipal não financia CAO (s), quem financia é o Instituto da Segurança Social. A Câmara Municipal não pediu as chaves da Escola do Pinheiro nem da Loja Social. As chaves foram-nos entregue pela instituição. O senhor vereador Rui Cabral, mesmo depois de termos recebido a chave, procurou convencer e sensibilizar a direção para que não as devolvesse. Essa é que é a verdade. E, portanto, estas coisas têm que ser ditas com toda a clareza. E portanto, não foram revogados nenhuns protocolos. O único protocolo: - e isso é verdade - foi revogado o protocolo da jardinagem. Senhor deputado, já falamos aqui várias vezes sobre isto, deixe-me que lhe diga o seguinte: Eu gostaria de saber o que é nós sentiríamos se uma entidade que tem crianças especiais a intervir no espaço público, em operações de jardinagem, que são operações que envolvem risco, se uma fosse atropelada no espaço público, se tivesse um acidente no espaço público? Eu gostaria que o senhor me dissesse como é que resolveria este problema? E gostaria que me dissesse que seguro é que asseguraria este problema? Bom, senhor deputado, deixe-me dizer-lhe o seguinte, em relação ao apoio às instituições: Nós temos que ter equidade na forma como tratamos as instituições. E é isso que nós fazemos. Eu nunca, nunca, estarei indisponível para apoiar seja que projeto for da Cerciaz. Naturalmente, desde que seja legalmente enquadrável esse tipo de apoios. E portanto é essa a disponibilidade que nós temos em relação à Cerciaz, mas essa é também a disponibilidade que nós temos em relação a qualquer instituição do nosso concelho. Nós, fizemos uma negociação, no domínio da Área metropolitana do Porto, para apoiar as nossas IPSS(s) com 756.000,00€. A Cerciaz tem uma verba que foi apresentada de 100.000,00€ para investimento nas suas instalações, nos seus equipamentos sociais. Para além disso, temos um programa “Cultura para Todos” - Cultura pela Inclusão - onde também estava prevista uma verba de 100.000,00€, para apoio a esta iniciativa à Cerciaz. Bom, o que acontece é que a Cerciaz tem problemas com a titularidade dos terrenos, problemas que estamos a resolver com um advogado da Cerciaz - dr. Arlindo Gomes, com os funcionários da Câmara - dr^a Margarida Mota Ferreira e o dr^o Hélder Brás, estamos a procurar legalizar os terrenos que são ocupados pela Cerciaz, legalizar a titularidade, como é evidente. E estamos a fazê-lo em relação a muitas outras entidades. Porque o problema, é um problema que é quase transversal a um conjunto de instituições do nosso Concelho, porque efetivamente as coisas faziam-se como se faziam e hoje as consequências são

estas. Existem estas candidaturas que vão apoiar a generalidade das nossas IPSS(s) e, no caso concreto da Cerciaz, a Cerciaz não pode ser apoiada porque não consegue provar a titularidade do terreno. E, portanto, isto é que importa resolver. Estamos empenhados em resolver isto muito rapidamente. Estamos a procurar de uma vez por todas resolver isto para que os terrenos fiquem, digamos, na posse da Cerciaz ou que exista um contrato que permita que a Cerciaz deles possa fazer usufruto. É evidente que, sinceramente, não é esta a forma que eu entendo que devem ser discutidos os assuntos. Os assuntos devem ser discutidos num plano institucional, num plano de respeito mútuo, num plano de correção. É assim que devem ser discutidos. Mas, senhor deputado, eu perguntar-lhe-ia se eventualmente sabe se foram pagos os apoios prometidos em tempos, 70.000,00€, quando a caldeira da Cerciaz avariou? Esse apoio foi prometido pelo executivo anterior. Eu queria que o senhor informasse esta Assembleia, se tem conhecimento se esse apoio chegou a ser pago? Não é assim que as coisas funcionam, senhor deputado. Este assunto já foi sobejamente discutido. Eu acho que a sua discussão nestes moldes só prejudica o bom nome da Câmara Municipal e bom nome da instituição. E, sinceramente, eu não estarei disponível para continuar a alimentar e a politizar as nossas instituições, que foi isso que o senhor acabou por fazer. E, portanto, não é isso que nós devemos fazer. Quem exerce estas funções, deve zelar para que as nossas instituições façam o seu trabalho, deve estar permanentemente disponível para colaborar com as nossas instituições para que elas façam esse trabalho, não deve intrometer-se nesse trabalho, não deve procurar politizar as questões que digam respeito às nossas associações. E, assumo aqui, garanto aqui que, essa nunca foi a nossa prática, nem nunca vai ser a nossa prática. As instituições sejam elas de que natureza for, instituições desportivas, instituições sociais, as Juntas de freguesia, nunca sentirão deste executivo camarário tratamento diferenciado por questões de natureza política. Muito obrigado. =====

*===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== Queria entretanto dizer que, o tempo do PSD já foi de longe ultrapassado, a intervenção do senhor deputado Fernando Pais durou 20 minutos. De qualquer das formas temos aqui 4 intervenções dos senhores presidentes de Junta e naturalmente que eu lhes vou conceder algum tempo para o fazer, mas agradecia que fossem breves. Vamos dar aqui 1 minuto para cada um poder intervir. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Pedro Paiva**, do PS. =====*

===== Expresso os meus cumprimentos à presente Assembleia na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentos esses extensíveis a todos os presentes, com especial referência à junta de freguesia, na pessoa do Senhor Presidente aqui presente, e fregueses

que nos recebem nesta freguesia de Cesar, bem como aos que não estando presentes nos acompanham através dos meios de comunicação social. Meus caros, o concelho de Oliveira de Azeméis tem uma rede viária muito extensa, com cerca de 840 quilómetros de piso alcatroado, já para não contar com os caminhos público/municipais em terra ou não alcatroados. Para termos noção da dimensão, do território do concelho e suas estradas, é de referir que de Vilarinho de São Luís em Palmaz até Vilarinho em Cesar são trinta quilómetros, tanto como de onde estamos ao Porto. A nossa rede viária, para além de extensa, está sujeita a uma utilização e desgaste intensos, seja por via da forte industrialização do concelho, seja pela sua densidade populacional. Mas, tem um nível de degradação evidente e elevadíssimo, problema que não é de hoje, que subsiste e subsistirá. Para além do normal desgaste crescem os investimentos na rede de água e saneamento que tem vindo a serem realizados e que ao esventrarem os arruamentos, fragilizam ainda mais a rede. No entanto, no âmbito dessa gestão complexa do aumento da rede de água e saneamento com a requalificação da rede, a Câmara Municipal tem vindo a demonstrar, pelas notícias que têm vindo a ser publicadas, que se encontra apostada na requalificação programada, com investimentos importantes já anunciados e em concurso. Aproveitamos assim para questionar o Executivo que nos preste mais esclarecimentos do projeto de requalificação da rede viária em curso? Nomeadamente quais são as vias e investimentos prioritários (ao qual já fez uma breve alusão), bem como pensa, e num caso muito específico, coordenar os sucessivos investimentos de infraestruturas nas vias, nomeadamente na rede de água e saneamento com a requalificação dessas mesmas vias? =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **José Queirós**, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. =====*

===== Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados da Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, um cumprimento especial ao Senhor Augusto que nos recebe hoje na sua casa, na sua terra, Senhores colaboradores municipais, comunicação social, público aqui presente, bom dia a todos. Senhor Presidente, no dia 5 de abril do ano passado, na ação promovida pelo executivo municipal, “A Câmara perto de Si”, em Loureiro, além de outros assuntos, foram ali discutidos dois muito importantes para Loureiro e para os loureirenses. O primeiro foi o assunto da acessibilidade à Área de Acolhimento Empresarial de Loureiro que na altura era feito, como é ainda hoje, através da rua da Vidigueira que estava em muito mau estado, era perigosa para quem por lá circulava e para os moradores. Interpelado por um morador daquela rua sobre o estado da mesma e da necessidade de se fazer alguma coisa para a tornar mais transitável, o senhor presidente respondeu que ia ser intervencionada ainda durante o ano de 2019. Ou seja, iria levar tapete nas zonas mais degradadas e retificados alguns desníveis para que o efeito das centenas de camiões que ali passavam diariamente fosse menos sentido pela população residente. E assim foi. A rua

foi requalificada e foi minimizado, em muito, o efeito negativo do trafego de pesados que ali passam diariamente. Não será uma solução definitiva, porque estou convicto, e creio que estamos todos, que, logo que possível, como já foi dito pelo senhor presidente, haverá um outro acesso aquela Área de Acolhimento Empresarial. Importa, no entanto, referir que, para já, o assunto ficou resolvido. Nesse mesmo dia, o senhor presidente foi também interpelado pela D. Lurdes, proprietária da empresa de Transportes Arrabães, sediada na zona industrial de Loureiro, que reclamou ali uma requalificação da Travessa da Moura, uma via ainda em terra batida e que é o único acesso à sua empresa. O senhor presidente respondeu, na altura, à D. Lurdes, que: conhecia a situação e que também essa via seria requalificada. Ainda nesse ano de 2019, na Assembleia Municipal de 17 de setembro de 2019 que teve lugar em Loureiro, a D. Lurdes, no período de intervenção do público, voltou a questionar o senhor presidente sobre o ponto de situação da requalificação da Travessa da Moura. O senhor presidente respondeu - vou citar: “Eu disse-lhe que essa via ia ser feita este ano” - mais à frente disse: “se depender de nós essa obra será ainda executada este ano.” Senhor Presidente, ao lado da empresa Transportes Arrabães, está em fase de conclusão uma nova nave industrial, da Lasertig. Uma vez que agora, em vez de uma empresa, são duas as empresas a confrontar com este caminho que está de facto num estado miserável. E é um problema sério, não só para aqueles que têm que passar por esta via para se dirigir para estas empresas, como para os próprios empresários que se veem confrontados no inverno com um lamaçal e no verão com pó a entrar pelas portas adentro, o que é incompatível com as suas atividades empresariais, como deve calcular. Sendo assim, Senhor Presidente, ouvi-o há pouco a antecipar aquilo que é a minha intervenção a dizer que precisaria de 500.000,00€, para intervir naquela área. Estou certo de que se poderá ali fazer qualquer coisa, para minimizar esta situação, com menos dinheiro. E, por isso, gostava de saber, Senhor Presidente, se tem uma data para início dos trabalhos. Gostava de ouvir aqui uma resposta cabal para esta situação. Também Senhor Presidente, não faz sentido, há uma coisa que é importante e temos que começar a exigir a nós próprios, na medida do possível, não faz sentido licenciar-se uma empresa - como deve estar licenciada agora a Lasertig, suponho eu - e, não ter um caminho digno, ter um caminho em terra batida. Não faz sentido. O que eu queria Senhor Presidente era, tentar perceber, na medida do possível nos desse uma resposta concreta a esta situação. Muito obrigado, Senhora Presidente. =

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Manuel Rebelo**, Presidente de Junta da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo. =====*

===== Bom dia a todos. Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Secretários da Assembleia, Senhores Vereadores, Deputados Municipais, um cumprimento especial ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia por permitir, no âmbito da descentralização, a realização da Assembleia Municipal em Cesar, comunicação social, meus

senhores e minhas senhoras. Algumas questões me trazem a esta Assembleia: Escola da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo: Escola Maria Godinho, março de 2018, vai fazer dois anos em que reclamamos obras nas escolas. Maria Godinho que há dois anos a esta parte chove copiosamente no edifício contíguo à escola, dentro do recinto escolar, onde funciona o ATL e refeitório. Temos vindo ao longo destes dois anos a questionar e a debater este problema junto da Câmara Municipal e do Senhor Presidente da Câmara, assim como do Senhor Vereador da Educação. Algumas reuniões e visitas ao local foram realizadas. Em outubro de 2019, foi dito que as mesmas iriam começar e que teriam de estar prontas a 31 de dezembro, havia empreiteiro para iniciar as obras e que os prazos teriam que ser respeitados, o término da obra seria a 31 de dezembro. Senhor Presidente, há pouco tempo fez uma visita à Maria Godinho com o Eng.º Rogério e um técnico da Câmara Municipal: - recordo que o Senhor Presidente pareceu mostrar e tem vontade em resolver os problemas desta escola. Mas, se não tratarmos do telhado urgentemente, nada poderemos fazer nas áreas envolventes. Também a Escola EBI de Pindelo, que há dois anos também reivindica obras, pois encontra-se com um problema de infiltrações com tetos e paredes completamente encharcadas de humidade. Senhor Presidente, vamos entrar no mês de março, sabendo que estas Escolas pertencem à empreitada de “Reabilitação e Manutenção de Escolas Básicas do Concelho, - pergunto: O auto de consignação foi assinado em outubro de 2019, - qual o prazo obrigatório para o início das obras, visto que o prazo de execução é de 4 meses nesta empreitada? Sabendo que estão a decorrer obras na Escola Fonte Joana, - pergunto: Pertence a esta empreitada? A nossa preocupação visa no final do ano letivo onde a preocupação dos pais concentra-se nas condições péssimas desta Escola Maria Godinho, em Nogueira do Cravo, e EBI de Pindelo, desta União de Freguesias. Os pais poderão se abster de utilizar estas escolas se não tiverem condições. Outra questão: Questões Ambientais: Senhor Presidente temos vindo a presenciar uma situação complicada e incómoda na área ambiental, falamos do problema da fábrica EVA II, pois, um assunto já abordado na reunião dos presidentes a 10 de novembro de 2017, tendo tido muitas queixas dos moradores, empresários e funcionários, pois os fumos espessos tem partículas ambientais perigosas. Inserida na zona industrial de Nogueira do Cravo/Pindelo, em linha reta aos campos de cultivo (cerca de 100 metros), às primeiras habitações (cerca de 200 metros), em dias de fumo preto é um caos afetando todas as áreas envolventes com o lixo de alumínio e fumo preto. Não estamos contra a laboração desta empresa, defendemos o alargamento empresarial com qualidade. Inserida numa zona empresarial onde grandes unidades fabris se situam, onde centenas de trabalhadores laboram diariamente. Defendemos, em defesa dos cidadãos, mais qualidade de vida. Sabendo que não estão a cumprir as regras, solicitamos às autoridades competentes que analisem este problema que é um risco ambiental grave. Senhor Presidente sabemos que a Câmara Municipal tem demonstrado preocupação neste assunto, mas não se pode permitir constantemente o argumento de desculpas da empresa. Gostaríamos que a Câmara Municipal através das instituições do ambiente a resolução deste problema. Em 2018, prometeram em começar a acomodar a filtragem para laborar, e nada, 2020 prometem ligar

novamente - argumentando problemas técnicos. Reclamações: Tem sido muitas pela população e empresários. Esperamos colaboração da Câmara Municipal, na sua pessoa, Senhor Presidente, e da Senhora Vereadora do Ambiente. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **José Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Ossela. =====*

===== Bom dia a todos. Quero cumprimentar em nome da Senhora Presidente, Dr.ª Helena Santos, a Mesa, em nome do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Joaquim Jorge, todo o seu Executivo, também todos os Deputados desta Assembleia, Presidentes de Junta de Freguesia, a comunicação social, os elementos da Câmara que nos estão a assistir aqui nesta Assembleia, e um cumprimento especial aqui ao nosso Presidente da Junta de Freguesia de Cesar que tão magnificamente nos recebeu neste espaço para esta Assembleia Municipal. Queria neste momento então começar por dizer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, a minha intervenção tem a ver com a cedência da Sala Feminina da EBI de Santo António a uma instituição, sem que para isso haja sido consultada a Junta de Freguesia de Ossela. Com isto não quer dizer: Não tenho nada, nada, nada contra a associação/ instituição que vai usufruir desse espaço da Escola EBI de Santo António, não tem nada a ver com isso. Pelo contrário, até tenho uma salutar proximidade com eles. Compreenderá que aqui não está em causa a atribuição em si - embora lhe possa dizer que tínhamos pensado noutra tipo de afetação do espaço - mas apenas com o procedimento, muito particularmente com o facto de termos sido confrontados com o facto consumado e sem nenhum tipo de auscultação prévia. Deixe-me que lhe diga Senhor Presidente: posso até com o devido respeito concordar com Vossa Excelência., mas não com o método, o Senhor não respeitou quem foi eleito pelo povo para estar à frente dos destinos da Freguesia de Ossela. Aproveito para lhe comunicar que a ginástica, que é da responsabilidade da Câmara Municipal, desde sempre foi no Pavilhão do Grupo Recreativo e Cultural de Ossela, os seniores têm mais duas vezes por semana na Escola de Santo António, mas pago pela Junta de Freguesia, assim como, mais um grupo de jovens e menos jovens. No fundo, lamentamos é que as decisões são tomadas sem termos previamente sido auscultados. Uma coisa é certa esta Escola foi cedida à Junta de Freguesia em 2014 em Assembleia Municipal, em 2016 foi revogada para candidatura a Polo Multigeracional, também em Assembleia Municipal e em 2017 deixou de ser prioridade para este Executivo o Polo Multigeracional. Sendo assim, não se verificando o pressuposto da revogação o mais sensato e pela legalidade seria regressar à posse da Autarquia. Pela Comunicação que me endereçou com o pedido de volta da Escola, o Senhor Presidente ainda acalenta o sonho ou pressuposto de ainda existir um Polo Multigeracional para Ossela. Eu queria que o Senhor Presidente nos faça acreditar, aqui, hoje, e comprometa-se a inaugura-lo até final da legislatura. Mas não faça como na Rua José Bento Pereira que estava no PPI para 2018, passou para 2019 e agora para 2022. E a Rua Elena Muriel, viúva do nosso ilustre escritor

Ferreira de Castro, que também anda desde 2018 e até hoje ainda nada foi feito. Mais haveria para dizer das ruas executadas que passado 3 semanas delas serem executadas, já estavam com buracos. Fico-me por aqui. Obrigado por me ouvirem. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora **Florbela Silva**, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes. =====*

===== Bom dia. Excelentíssima Senhora Presidente, na sua pessoa e na pessoa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar cumprimento todos os presentes. O assunto que partilho hoje é um assunto que me preocupa como a todos os pais do Jardim de Infância da Escola Básica de Macieira de Sarnes. O nosso estabelecimento de ensino desde o início do ano letivo 19/20 que não satisfaz as necessidades dos profissionais que lá trabalham e muito menos das crianças que o frequentam. Passemos aos factos: Desde o final do ano letivo anterior que a coordenadora da CAF (componente de apoio à família) se encontra de licença por gravidez e posteriormente maternidade e estava na escola a tempo inteiro. A sua substituição foi efetuada de forma leviana e insuficiente, pois foi substituída por uma colega a tempo parcial, duas vezes por semana, duas a três horas por dia. E, nessa altura, havia a presença de três assistentes operacionais, ao longo do dia. Fruto desta situação, nos momentos do início e final do dia, bem como do almoço, o serviço era assegurado por uma assistente operacional para garantir o serviço de CAF. Ora, se um serviço de CAF só pode funcionar com alguém responsável, com formação superior, como é possível termos a CAF a funcionar sem uma pessoa responsável a desenvolver este trabalho? Este serviço, é um serviço que é pago pelos pais dos alunos e merece ter a atenção o respeito e a dignidade que lhe é devido. No entanto, em dezembro de 2019 uma das assistentes operacionais, com o consentimento do Município, mudou de local de trabalho e, até à data, não foi substituída. A agravar a situação, no final de janeiro, a coordenadora da CAF, que à data já só ia apenas duas vezes por semana e apenas algumas horas, demitiu-se. Atualmente temos outro coordenador de CAF, que vai à Escola três vezes por semana, também a tempo parcial, pois divide o seu tempo com duas Escolas. O que não satisfaz as nossas necessidades. Em simultâneo foi colocada uma suposta assistente operacional que apenas compareceu no primeiro dia e, até hoje, não mais voltou ou foi substituída. Desta forma, é muito difícil assegurar o bom trabalho que se realiza na nossa escola e os rácios não estão a ser cumpridos. A Junta de Freguesia ao longo dos anos tem reunido esforços e medidas juntamente com a associação de pais, no sentido de a educação em Macieira de Sarnes ser uma prioridade e de ano para ano o resultado tem-se traduzido no aumento de crianças matriculadas na nossa escola. O que nos preocupa será o próximo ano. Como é que ele será? Os pais estão revoltados e já se ouvem comentários que vão retirar de lá as suas crianças. Esta situação preocupa-nos. E preocupa-nos ainda mais as respostas, que até agora têm sido insuficientes e ineficientes por parte do Município à nossa

escola. Por favor, precisamos de medidas rápidas, urgentes e assertivas para a nossa escola. Obrigada. Bom dia. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

===== Bom dia, Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, em particular - Senhor Augusto, cesarenses, oliveirenses, comunicação social e a todos que nos ouvem. O senhor Presidente da Câmara, aqui, numa das suas respostas já tocou no assunto que eu aqui venho trazer que é precisamente a estrada de Palmaz a Vilarinho de S. Luís. Estrada esta que, há muitos e muitos anos, vem sendo reclamada a sua requalificação. Vilarinho de S. Luís é só, por isso só, e simplesmente só, a pontinha do Concelho de Oliveira de Azeméis que fica mais distante no enclave com os municípios de Sever do Vouga e Albergaria à Velha. E portanto estamos a falar de uma aldeia que fica aproximadamente a 20 quilómetros do centro da sede do concelho que é Oliveira de Azeméis. Estamos a falar de uma aldeia que efetivamente tem pouco mais de meia centena de habitantes, mas que viviam a amargura diária com a estrada que servia, que os serve ainda atualmente, muito danificada. O CDS há muito tempo que vem lembrando da necessidade desta requalificação. A senhora Presidente de Junta, Susana Mortágua, tem vindo também com algum afincamento a lembrar esta urgente necessidade. O programa eleitoral de campanha do CDS fazia compromisso em assumir esta requalificação. E, portanto, eu só queria aqui felicitar o executivo por ter tomado esta iniciativa e ter tido a coragem de realmente requalificar esta estrada. Porque apesar de ser muito extensa e beneficiar pouca gente, mas aquela gente também é oliveirense, tem todo o seu valor, já sofreu bastante. Está-lhes a dar aqui uma alegria porque já podem comprar carros novos. Porque não investiam nos carros porque precisamente se danificavam. E está-lhes a possibilitar agora uma maior qualidade de vida. E, acima de tudo, Senhor Presidente, está a contribuir para que eles possam sorrir a partir de agora com essa nova estrada. Muito obrigado. Parabéns. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Isabel Barbosa**, do PS. =====*

===== Muito boa tarde. Permitam que vos cumprimente a todos na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar. Na passada sexta-feira, dia 21, tive o prazer de assistir, na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, à cerimónia de entrega dos prémios aos laureados da primeira edição do Concurso Literário Imprensa Nacional/Ferreira de Castro, o qual, de acordo com o regulamento “visa reforçar vínculos de pertença à língua e cultura portuguesas e estimular a participação de portugueses e

lusodescendentes residentes no estrangeiro”. Foram vencedores, ex aequo, Marcus Vinícius Quiroga (lusodescendente a residir no Brasil), com o trabalho em poesia Não viajarei por Nenhuma Espanha e Irene Marques (portuguesa a residir no Canadá), com o trabalho no domínio da ficção Uma Casa no Mundo. Este prémio surge de uma parceria entre a INCM (Imprensa Nacional Casa da Moeda), cuja missão enquanto editora pública e nas palavras do seu diretor, é a de promoção e preservação do património da língua e da cultura portuguesas, e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. A associação do nome de Ferreira de Castro a este prémio constitui uma justa homenagem a esta figura maior da nossa cultura e identidade local, de dimensão não só nacional mas também internacional. A cerimónia nesta nossa cidade, terra natal do escritor (mais propriamente da freguesia de Ossela) foi motivo de regozijo e de orgulho de todos nós e razão da projeção do nome de Oliveira de Azeméis pelos melhores motivos: 1º: pela obra do escritor, representante e mesmo percursor do realismo social em Portugal e que na maneira soberba como introduz a/as paisagens nos seus escritos, oferecendo-nos telas pintadas a palavras, nos transmite a importância de uma relação sustentável e natural do homem com o ambiente, sendo pioneiro também nesta temática ambiental. 2º: pelo homem humanista e internacionalista que teve a coragem de se manter do lado certo da nossa história recente, que não era o do poder e das regalias, em alturas de censura e limitação de liberdades, tempos cerceadores da criação artística e literária. Cada vez mais nos apercebemos que vivemos num mundo global. Mas neste mundo global, as questões éticas, morais e sociais que emergem da leitura da obra de Ferreira de Castro, diria que se mantêm as mesmas hoje em dia e são os mesmos os problemas que a humanidade tem de enfrentar, apenas com algumas particularidades decorrentes dos avanços tecnológicos do final do séc. XX e deste nosso século XXI. Desses problemas ou das regularidades que se mantêm, ou que voltaram, fazem parte as migrações e, nestas, as emigrações. Que, na Diáspora, provocada, como em Emigrantes, de Ferreira de Castro, pela necessidade da “busca de pão e de futuro”, ou pelos que tendo pão, “querem ainda mais pão e mais futuro”, como afirmou ser o seu caso a laureada, Irene Marques, os nossos Emigrantes continuem a ser ao mesmo tempo destinatários e promotores e divulgadores da nossa cultura e identidade. Este prémio contribui para isso e não só os emigrantes como os lusodescendentes, estão sedentos dessas manifestações da Portugalidade, porque, como disse o outro laureado, Marcus Vinícius Quiroga, “os descendentes dos emigrantes carregam Portugal”, mesmo que se, como Ferreira de Castro, acharmos que mais importante é “o universal, como fusão e compreensão solidária de todas as aldeias, vilas e cidades, planícies e montanhas do mundo (...) que nos levem a unir-nos, pelo amor fraternal a todos os seres humanos nas suas diversas pátrias”. Como Oliveirenses assumamos Ferreira de Castro e com frontalidade reconheçamos as mais-valias que advirão de conseguirmos que Ferreira de Castro seja uma referência efetiva do concelho. Que Oliveira de Azeméis e Ferreira de Castro se tornem “marcas” indissociáveis; Que Ferreira de Castro se torne uma alavanca do nosso dinamismo e projeção cultural. Para isso é necessário tornar Ferreira de Castro alguém que cada Oliveirense reconheça, é necessário um trabalho de promoção interna,

em parceria com associações, entre as quais tomo a liberdade de salientar o Centro de Estudos Ferreira de Castro, fazendo a declaração de interesses de que sou associada, escolas e outras instituições e, ao mesmo tempo, um trabalho de promoção e divulgação externa, eventualmente em sinergias com outras instituições, como foi o caso deste prémio, e /ou autarquias, até porque sabemos que Ferreira de Castro será tão mais motivo do nosso orgulho e nos engrandecerá mais, quanto mais outros o admirem e se identifiquem com a sua obra e com o Homem Humanista e cidadão interventivo que foi. Como o Presidente do Júri do Premio Imprensa Nacional/Ferreira de Castro, Professor Doutor Carlos Reis, afirmou, "importa retirar Ferreira de Castro de alguma penumbra a que está sujeito nestes últimos tempos". Eu diria, Senhor Presidente, importa permitir que ele se torne a luz que pode e deve iluminar outros caminhos de promoção da cultura. Mais uma vez, foi com agrado que o ouvi, nesse mesmo dia, Senhor Presidente, reafirmar que existe um conjunto de iniciativas planeadas para tornar realidade esta vontade coletiva. Agradecemos desde já, se houver desenvolvimentos neste campo que possa partilhar connosco, que nos dê essa satisfação. Muito obrigado. =====

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**. =====*

===== Muito obrigado, Senhora Presidente. Começar por dar resposta à intervenção do Senhor deputado Pedro Paiva que, digamos, foi reincidente, falou sobre a rede viária sobre a possibilidade de compatibilizarmos as intervenções na rede viária com a instalação da rede de água e saneamento. Pois, isso era o ideal. Toda a gente sabe isso. Isso é lato senso. Era isso que devia acontecer. Mas, como compreendemos, isso não é possível. As pessoas não podem esperar que nós tenhamos capacidade financeira para executar as redes de água e de saneamento e de continuarem a ter vias completamente degradadas a servi-las. E portanto, aquilo que se faz é, quando é possível nós executamos as redes. Quando estamos a falar de investimentos avultados, aquilo que nós fazemos é requalificamos o pavimento e, depois, naturalmente, se houver possibilidade de se instalar as redes, no futuro, aquilo que se faz é abrir a via e portanto fazer essas intervenções. É isso que está a acontecer um pouco em algumas das nossas freguesias: Aconteceu em Cucujães; Aconteceu muito recentemente em S. Martinho da Gândara; Está a acontecer em Madaíl. E, quando temos uma rede viária degradada e, enfim, fazemos estas expansões, nestes casos concretos, de rede de água, a rede viária ainda fica mais danificada e provoca naturalmente e legitimamente as reclamações da população. O que é que está previsto fazer? Nós temos aqui um conjunto de coisas que estão previstas fazer. O senhor deputados Jorge Melo também já falou aqui de Vilarinho de S. Luís. Vamos fazer também aqui uma intervenção da ETAR de Ossela até Vermoim. Uma intervenção importante. Uma estrada que está completamente degradada e há vários anos que aguarda requalificação. Outro lugar remoto, na Freguesia de Carregosa, a Rua João Borges de Almeida, um investimento de perto de 50.000,00€, no lugar de

Teamonde, também vai ser intervencionada. Na Rua do Pinheiro, no Pinheiro da Bemposta, uma intervenção de 65.000,00€, também, para requalificar esta via que permite que as pessoas atravessem a Freguesia na direção de Palmaz e que está também muito danificada. Uma via importantíssima, não só para a Freguesia de Cucujães, mas também para o próprio Concelho, a Rua do Mosteiro (o troço em paralelos, já que o troço em asfalto já foi intervencionado e recebeu agora as pinturas de pavimento) vamos erradicar o paralelo desta via, vamos criar condições para que esta via seja uma via urbana e uma via que permita ligar com dignidade o nosso território aos concelhos vizinhos. Estrada Nacional 1, na área norte da cidade, ligação para sul, da rotundo do Cercal para Oliveira de Azeméis, portanto toda a Estrada Nacional ser requalificada. Ela está em muito mau estado. Foram feitos passeios em todo este troço mas, obviamente, o piso precisa de ser requalificado. Há aqui um conjunto de vias que vão receber intervenção e, também, algumas intervenções que vamos fazer ao nível das nossas pontes. Nós temos muitas dezenas de pontes no nosso concelho. Vamos intervencionar a ponte dos Moinhos e vamos intervencionar também a ponte no Pinheiro da Bemposta, na Rua Abel Silva Ribeiro. São duas intervenções onde vamos investir cerca de 250.000,00€. Em relação á intervenção do Senhor Presidente de Junta de Loureiro - José Queirós: Efetivamente é verdade que temos esse problema para resolver. Esse problema da Rua e da Travessa da Moura e também a via que se estende até Adães. Tivemos a oportunidade de fazer uma intervenção na zona da Capela de Adães, onde resolvemos um constrangimento que havia na via há muitos anos. Portanto, alargámos aquela curva em que era praticamente impossível duas viaturas ligeiras cruzarem-se. E, como sabemos, essa via é muito utilizada por trânsito pesado. Tivemos a oportunidade de requalificar aquele estrangulamento e também fazer ali um passeio. Agora, é vidente que precisamos intervir nesses troços. Não vamos fazê-lo minimizando, conforme sugeriu. Porque é isso que temos feito. Convém de uma vez por todas resolver aquele problema. E no acesso existente, depois de se ter feito aquela intervenção que foi feita na Rua da Vidigueira, importa agora que através da Rua da Vidigueira a entrada na zona industrial se faça com dignidade. Aquela entrada não é digna. E, portanto, temos que resolver esse problema. Temos que construir o troço que vai desde a entrada da zona industrial até ao Business Center, que passa pelo Lote 1; Portanto, temos apenas dois lotes por vender na Área de Acolhimento empresarial de UI/ Loureiro mas um não é possível vender sem nós construirmos esta estrada. E também, conforme referiu, a Travessa da Moura e a Rua da Moura que servem a empresa de Transportes Arrabães e também esta nova unidade que o Senhor Albino Massada está a construir, portanto a Laser Tig. Eu tive a oportunidade de ligar, já mais do que uma vez, mas a ultima vez aconteceu há menos de um mês, à D. Lurdes pedindo-lhe desculpa por não ter cumprido aquilo que me tinha comprometido a fazer. O projeto da intervenção que vamos fazer é um projeto que excede um pouco 500.000,00€. Portanto, vamos fazer uma intervenção definitiva naquelas ruas, de maneira a resolver definitivamente aquele problema. E, portanto, passa por criar em frente a essas duas unidades, que foram licenciadas - como é evidente, vias que permitam, ainda por cima uma dessas empresas é uma empresa de

transportes e têm que ser vias com a resistência adequada que permita a sua utilização intensa como vai acontecer. Compromisso em relação a datas: Compromissos em relação a datas são quase sempre indutores de falta de credibilidade. Aquilo que nós esperamos - eu posso-lhe dizer aquilo que nós esperamos - é, tendo o projeto concluído, e falta agora uma parte de águas pluviais, possamos avançar com a obra no segundo semestre de 2020. Foi isso que eu disse à D. Lurdes. Foi isso que eu disse a semana passada ao Senhor Albino Massada: É que nós esperamos que as obras que permitam a requalificação integral da entrada da Área de Acolhimento Empresarial de UI/Loureiro se façam no segundo semestre de 2020. Gostaríamos que fosse no início do segundo semestre, em plena altura de bom tempo. Mas naturalmente que isto são só promessas. Porque, evidentemente isto depende do concurso ter concorrentes interessados em fazê-lo; Depende dos prazos para início das obras. Dou-vos o exemplo destas obras que temos vindo a falar hoje, estas obras que o início estava previsto para outubro de 2019, só se iniciaram este ano, eram para estar concluídas todas em fevereiro e estamos neste momento com a empresa a começar a pavimentação na Travessa e na Rua Baganha, em Fajões, que já devia estar concluída há muito tempo. Depois, seguir-se-ão outras pavimentações: Rua Faria de Cima - Cucujães; Rua Padre Manuel José Soares Albergaria - Cucujães. E, portanto, temos aqui um conjunto de intervenções que já deviam estar concluídas e nem sequer estão iniciadas. Aquilo que nós esperamos é que no segundo semestre de 2020 tenhamos resolvido esse problema da Área de Acolhimento Empresarial de UI/Loureiro definitivamente. Em relação á intervenção do Senhor Presidente de Junta - Manuel Rebelo, em relação à Maria Godinho. Estive lá muito recentemente consigo. Portanto, é um problema conhecido, sabe qual é o meu compromisso com a Escola. O problema não é o telhado, como sabe. O problema são as telas dos edifícios que foram acoplados ao telhado. Para a remoção do material existente e para a instalação da tela é preciso bom tempo, bom tempo durante umas semanas que permita que os telhados sequem convenientemente e só depois é que podem receber a tela. Isto está adjudicado. Portanto, não é uma questão que vamos pensar, está adjudicado e as obras vão ser uma realidade. A Escola Fonte Joana, não faz efetivamente parte de nenhuma destas empreitadas, não faz. Olhando para a escola e para as condições da Escola, resolvemos fazer uma intervenção profunda. E, resolvemos fazê-la, a partir do momento em que começamos a perceber que íamos ter muita dificuldade em ter empreiteiros disponíveis para fazer esse trabalho. Os empreiteiros estão, genericamente, com muito trabalho e, portanto, têm obras com alguma dimensão. Muitos deles têm toda a sua capacidade tomada e nós começamos a ter dificuldade em ter empreiteiros disponíveis para fazer estas obras. As obras na Fonte Joana tem a particularidade de estarem a ser feitas e são obras nos mais variados domínios, arranjos ao nível dos arbustos, das plantas, asfaltamentos, mudanças de pisos nas salas, reparação das escadas, reparações elétricas, reparação de sanitários, substituições de torneiras, enfim, um conjunto e vastíssimo de intervenções, pinturas integrais no interior da escola, algumas pinturas no exterior da escola. As intervenções continuam. Vamos também intervir no polidesportivo. Removemos uma passadeira sobrelevada e substituímos por uma lomba. Portanto, também no exterior fizemos

algumas intervenções. A entrada vai ser também intervencionada. Ou seja, fez-se um conjunto vastíssimo de intervenções nesta escola, intervenções que foram feitas pelos funcionários da Câmara. São os funcionários da Câmara Municipal que estão a levar a cabo todas essas intervenções, intervenções de fundo, intervenções substanciais e, serão os funcionários da Câmara, também, que irão fazer as intervenções no interior da Escola Maria Godinho ao nível da pichelaria, ao nível naturalmente dos trabalhos de trolharia, pintura. E, portanto, deixar o senhor Presidente da Junta, deixar também os pais tranquilos em relação a este aspeto. É um facto que as coisas têm demorado mais do que devia, mas também é um facto que a escola vai ser intervencionada e vai ficar com as condições de dignidade que todos desejamos. Em relação à EBI de Pindelo: O senhor sabe que está no mesmo lote, sabe que já foi feita uma intervenção no parque infantil. Portanto, está concluída essa obra. O Senhor Vereador esteve reunido, na quinta-feira passada, com a Associação de Pais, precisamente para falar sobre as obras nesta escola. E, portanto, aquilo que nós esperamos é que, estando ela no mesmo lote, venha a ser concretizada logo que o tempo o permita. Em relação às questões que referiu sobre a EVA II. A EVAII, em janeiro de 2018, adquiriu um sistema de filtragem para o seu forno. Adjudicou os serviços de eletricidade, como sabe, a uma empresa. Essa empresa é uma empresa de Oliveira de Azeméis que, infelizmente, entrou num processo de insolvência. Tudo isso complicou aquilo que era a estratégia da empresa. Estou, naturalmente, a transmitir-vos aquilo que nos foi transmitido. Não conseguiram o certificado de exploração junto da Direção Geral de Energia. Entretanto, em meados deste mês, conseguiram esse certificado, conseguiram portanto uma empresa que lhes concluisse o trabalho. Reuniram as condições para adjudicar o fornecimento de energia, julgo que foi ao operador Galp. E, portanto, aquilo que nos foi dito foi que precisamente nesta semana que passou a empresa esteve encerrada para a implementação de um conjunto de imposições que naturalmente permitam resolver o problema. A atividade desta empresa não é licenciada pela Câmara Municipal mas, obviamente que isso não nos impede de, mesmo não sendo entidade licenciadora não nos desresponsabiliza de nós acompanharmos a atividade da empresa e remeter para quem de direito as inconformidades que fomos detetando. E, portanto, nesse aspeto é isso que nós temos precisamente feito. Não tem sido só o Senhor Presidente da Junta que tem acompanhado o processo, como disseram os senhores deputados do PSD, tem sido o senhor Presidente da Junta e a Câmara Municipal, em estreita colaboração, que temos feito chegar à Tutela as nossas preocupações em relação a esta empresa. Aquilo que nós pretendemos é que esta empresa consiga desenvolver a sua atividade sem que isso represente um prejuízo para a qualidade de vida e para a saúde das pessoas. E portanto, se nós conseguirmos compatibilizar estas duas dimensões, é evidente que é isso que nós desejamos. Agora, obviamente, não pretendemos que a empresa continue a laborar criando problemas às populações. Também seguramente não é isso que a empresa pretende. E, portanto, vamos esperar que a empresa, finalmente, consiga resolver os seus problemas, consiga colocar a sua nova unidade industrial a funcionar e com o sistema de filtragem a funcionar. E portanto este assunto EVA ser um assunto

do passado. Em relação á intervenção do Senhor Presidente de Junta - José Santos: Eu, sinceramente, estou completamente surpreendido, senhor presidente. Não sei onde é que o senhor foi buscar essa ideia do facto consumado, não sei quem lhe disse, não sei onde é que ouviu isso, não sei se sabe se esse assunto já foi à reunião de câmara e se foi aprovado na reunião de câmara a cedência dessa escola, como tem que acontecer. Eu não sei onde é que o senhor foi buscar essa informação. A única coisa que eu lhe posso dizer é que essa informação é falsa. É falsa. E, portanto, o senhor tem que confiar na informação que eu lhe transmito, não na informação que o senhor ouve. E aquilo que eu lhe transmiti, foi uma coisa muito simples: O senhor participou comigo em duas sessões, onde, com um conjunto de pessoas ligadas à escola, ligadas ao Centro de Estudos Ferreira de Castro, pessoas que têm interesse na vida e obra de Ferreira de Castro, participamos na definição, elaboração de um programa estratégico para a afirmação da marca cultural “ Ferreira de Castro.” Uma das ideias foi, precisamente, a recriação histórica (obviamente na sala masculina) na sala onde Ferreira de Castro frequentou, a Escola de Santo António. E da sua parte não vi nenhuma objeção. Muito pelo contrário, o senhor no final veio felicitar-me pelo trabalho que estava a ser desenvolvido. Entretanto, é um facto que o Centro de Estudos Ferreira de Castro já tinha manifestado interesse em ocupar a sala feminina. Porquê? Porque já tinha um vastíssimo espólio de Ferreira de Castro, que está a degradar-se, que está nuns anexos do pavilhão do Grupo Desportivo e Recreativo de Ossela. Tem neste momento 50 caixas embaladas que foram disponibilizadas pela filha de Ferreira de Castro, dr^a Elsa Castro, que está com problemas de saúde gravíssimos, 50 caixas que têm material importantíssimo, não só de Ferreira de Castro, edições únicas, edições autografadas, como também têm muitos quadros da sua esposa Elena Muriel que foram entregues e foram cedidos. E portanto convém que nós tenhamos condições para albergar esse espólio, que, é absolutamente fundamental para a freguesia de Ossela, é absolutamente fundamental para a cultura do nosso concelho e é absolutamente fundamental naturalmente para Oliveira de Azeméis. Eu fui confrontado com esse ofício da Junta de Freguesia, há uns dias atrás, e respondi imediatamente a esse ofício, dizendo-lhe: Que efetivamente tínhamos discutido esse assunto no programa estratégico Ferreira de Castro; E que tinha ficado surpreendido com a solicitação que agora nos fazia mas que, tinha havido conversações com o Centro de Estudos Ferreira de Castro, no sentido de que a sala feminina fosse disponibilizada para albergar esse espólio. Mas não lhe disse que isso era um facto consumado, que isso estava assumido, que isso estava decidido. O senhor, se ler o documento, vai ver que isso não está lá referido. E portanto, essa questão é uma questão que está em aberto. Agora, se me pergunta: se é importante que nós preservemos todo este espólio, todo este património? Eu digo-lhe que é absolutamente fundamental. E, portanto, eu acho que nós devíamos olhar para esta questão com toda a responsabilidade, com toda a preocupação sob pena de ele se perder. E portanto o senhor presidente de junta tem que decidir o que é que acha que é mais importante: E portanto terá a solidariedade do executivo camarário, na decisão que tomar. Agora, eu não tenho dúvidas sobre a decisão a tomar. Em relação ao Pólo Multigeracional: O Pólo

Multigeracional é uma resposta muito importante. E eu nunca lhe disse que essa resposta estava esquecida ou que tinha sido liminarmente excluída. Não. É uma resposta que nós podemos trabalhar. Aliás, eu tenho uma outra ideia para lhe propor. Temos esse caminho que podemos trilhar juntos. Acho que faria sentido tentarmos trilhar. Porque essa é uma resposta muito importante para uma freguesia que efetivamente tem poucas respostas públicas e tem também necessidades ao nível dessa população sénior, dessa população dessa faixa etária. Portanto, senhor presidente estou completamente disponível para discutir consigo a questão do Pólo Multigeracional. É evidente que, neste momento, não há condições para se fazer um edifício de raiz para o Pólo Multigeracional. Aliás, a freguesia tem prioridades muito mais importantes do que essas. Mas estou disponível para conversar consigo sobre uma solução e até tenho uma outra ideia que julgo que poderá ser do seu agrado. Em relação às intervenções nas vias que referiu: Foram adiadas. Nós temos previsto para Ossela a pavimentação da Rua Elena Muriel, a Rua da Cerejeira, a Rua da Carvalha, a Travessa José Bento Pereira, a Rua dos Salgueiros, a Rua da Fonte. A Rua Elena Muriel - deixe-me que lhe diga - apenas no troço que serve as habitações. O senhor sugeriu uma intervenção enormíssima nesta rua, mas a maior parte desta rua atravessa matos e é em terra batida. E, portanto, nós não o vamos fazer. Nós vamos apenas fazer a intervenção na parte da via que serve habitações e não vamos fazer a intervenção no resto da via porque a freguesia tem muito onde gastar o dinheiro em termos de rede viária e não nos parece fazer sentido essa intervenção. Mas, estas ruas têm todas um denominador comum, todas estas ruas vão levar água. E é por isso que estas ruas não foram intervencionadas. Portanto, a negociação com a Indáqua permitiu que a Indáqua nos disponibilizasse os materiais para nós instalarmos a rede de água, a rede de água vai ser instalada - julgo que - na generalidade destas ruas. E instalada a rede de água, nós teremos a possibilidade de ter esta resposta disponibilizada à população e naturalmente fazermos as pavimentações que estavam aqui efetivamente em curso mas que não foram realizadas porque entendemos que era importante a instalação da rede de água. Em relação à intervenção da senhora presidente de Junta Florbela, sobre a escola de Macieira de Sarnes: Inteiramente de acordo em relação à necessidade de nós assegurarmos as assistentes operacionais e assistentes técnicos que são necessários para que cumpramos, por um lado, os rácios, mas, por outro lado, que asseguremos os serviços, às nossa crianças, que são necessários. Não concordo com a adjetivação que utiliza, não é uma adjetivação na qual eu me revejo ao falar em: “forma leviana como são tratos os assuntos.” Não é assim que eu me relaciono institucionalmente com as juntas de freguesia. Não adjetivo o trabalho das juntas de freguesia dessa forma. A forma “leviana” permite que nós, tendo três assistentes operacionais nessa escola e tendo duas assistentes operacionais neste momento, tenhamos condições para lhe dizer que na próxima semana terá mais uma assistente operacional na escola e teremos as três assistentes operacionais que estavam previstas. Há uma questão que é muito importante que todos percebamos: As pessoas, infelizmente, adoecem; As pessoas, infelizmente, têm problemas; As pessoas, infelizmente, ficam indisponíveis; Mas, não é por adoecerem ou ficarem indisponíveis

que deixam de ser colaboradoras da Câmara Municipal. Nós temos muitos problemas com baixas médicas, com doenças. E portanto, não é possível, em muitos casos, nós pegarmos nesse conjunto de pessoas e fazermos uma substituição. Porque, obviamente, quando essas pessoas retornam ficamos com funcionários a mais. Aquilo que nós fizemos foi uma bolsa de recrutamento para 15 assistentes operacionais e julgo que 6 assistentes técnico, que, apesar de já estar decidido há alguns meses, de ter ido à reunião de câmara há alguns meses, está à espera de publicação no Diário da República. E, portanto, a todo o momento nós teremos essa bolsa disponível, para minorar, para minorar os problemas que temos junto das nossas escolas. Em relação á intervenção do senhor deputado Jorge Melo: Agradecer a parabenização que fez, em relação a esta intervenção que vamos fazer em Vilarinho de S. Luís. E, obviamente, aquilo que nós queremos é que todos se sintam oliveirenses e, portanto, nunca hesitaremos em fazer os investimentos que forem possíveis fazer, mesmo nos locais mais remotos, não fazendo esta relação custo/benefício porque muitas vezes a gestão pública não pode ser encarada dessa forma. Em relação á intervenção da senhora deputada Isabel Barbosa sobre a atribuição de um prémio, este ano ex aequo, no ano passado foi só a um participante, mas este ano foi ex aequo, monetário de 5.000,00€ que permitirá também a publicação das duas obras: Uma, conforme foi referido, no domínio da poesia, outra, no domínio da ficção. Este prémio é muito importante, porque é um prémio que permite que nós mantenhamos uma ligação fortíssima à nossa Diáspora. E fazê-lo através de Ferreira de Castro, alguém que, foi emigrante, sentiu na pele as agruras da emigração, é evidente que é a melhor forma de nós mantermos essa ligação. Hoje, a nossa Diáspora, os nossos emigrantes não são entendidos da forma como eram entendidos no passado. A sua importância não advinham das remessas financeiras que mandavam para o País. Hoje, são verdadeiros embaixadores da cultura Portuguesa, são verdadeiros embaixadores da nossa língua, são muitas vezes a imagem de Portugal no Mundo. E, portanto, nós precisamos de aprofundar e de estreitar as relações que temos com esses emigrantes que estão dispersos pelos quatro cantos do Mundo. E ao fazê-lo, através da cultura, através deste caso da literatura aquilo que nós estamos a fazer é a dar passos significativos, não só para afirmar a cultura de Portugal nesses países de acolhimento dos emigrantes, mas também a proporcionar a possibilidade de, para além de eles facilitarem a introdução nesses países de acolhimento da nossa cultura e de produtos produzidos em Portugal, trazer até Portugal também as experiencias que eles adquirem nesses países. E portanto, este prémio é um prémio da máxima importância, é um prémio da máxima relevância. E aquilo que nós esperamos é que este premio permita também promover a marca cultural Ferreira de Castro, que é absolutamente fundamenta, a marca mais importante que nós temos no nosso Concelho. =====

*===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== *Quero informar que já estamos a ultrapassar de longe o tempo do PAOD. Apelar, mais uma vez, que as bancadas devem ter o cuidado de também ajudar a disciplinar os tempos das intervenções, para que a Assembleia decorra de forma a que não seja desagradável para todos. Ainda assim, tenho aqui três pedidos de intervenção da bancada do PSD. Quero ser cordial, mas vou-vos pedir o esforço muito grande de serem sintéticos naquilo que querem dizer e ocupem o mínimo de tempo possível. Já nem é o permitido. É o possível.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD.* =====

===== *Muito obrigada, Senhora Presidente, pela sua condescendência, vou tentar ser breve. Só para esclarecer aqui uma questão: Relativamente aquelas pessoas que o Senhor Presidente escolheu para o Conselho Consultivo - dizer-lhe duas coisas: Primeiro - nada nos move contra as pessoas, são pessoas de reconhecido valor, mérito e competência - ponto final. Aquilo que nós entendemos é que, a agenda do Conselho, a composição e toda a sua atividade deveria estar previamente na disponibilidade, quer prévia, de todos os membros deste executivo. E era em sede de executivo que deveria fazer essa reunião. Até para possibilitar que todos vocês, que são efetivamente o órgão executivo, pudessem contribuir.* =====

===== *A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra para dizer:* =====

===== *Senhor deputado, peço desculpa de interromper, mas está a repetir aquilo que já disse e essa questão já teve resposta. Era precisamente esse tipo de intervenções que eu gostaria que não fizessem.* =====

===== *O Senhor Deputado **Fernando Pais** continuou a sua intervenção.* =====

===== *Vou terminar. Relativamente à questão da Cerciaz: Quero-lhe dizer que nós somos um órgão de fiscalização da atividade do executivo camarário e, como tal, compete-nos a nós chamar à atenção para tudo aquilo que nós achamos que está menos bem ou que poderia estar melhor. E foi nessa perspetiva que eu fiz. E a minha intenção não era, de forma alguma, politizar a questão. Muito obrigado.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD.* =====

===== *Muito obrigado. Vou também tentar ser muito breve. Mas, eu penso Senhor Presidente da Câmara que não posso deixar passar em claro a resposta que me deu, porque é*

uma não resposta. E há aqui duas ou três coisas que eu quero que me responda efetivamente. Havia muita coisa que disse aqui, e eu ouvi com atenção todas as respostas que deu aos membros desta assembleia, muitas delas não concordo com elas e em algumas desviou-se das respostas. De qualquer forma, refiro-me apenas aquelas que eu fiz: O Senhor Presidente disse não gostar de usar certa terminologia, usou para comigo a coerência. E se há uma coisa que não aceito é que me dê lições de coerência, nem eu pessoalmente, nem o PSD. E vou-lhe dizer porquê. Para mim, coerência é responder à Assembleia na Assembleia e responder à Câmara na Câmara. O Senhor misturou as coisas. Nós somos plurais e cada pessoa pensa pela sua cabeça. Na Câmara, a maioria dos Vereadores do Partido Social Democrata entendeu votar assim, nós, aqui, na Assembleia, entendemos votar pela abstenção. E fizemo-lo, afinal, com argumentos muito próximos uns dos outros a posição é que foi diferente. Mas, passemos adiante e vamos à questão principal. O argumento que o Senhor Presidente aqui usou de verificar primeiro a adesão dos oliveirenses ao parque municipal para depois prosseguir no alargamento do canteiro municipal, não colhe, na minha perspetiva. O Partido Socialista deveria ter prometido um parque urbano por fases, não o fez. A Câmara Municipal devia ter dito isso no início na aquisição, não disse. Talvez se o tivesse prometido, talvez se o tivesse feito, a nossa posição teria sido outra: provavelmente os vereadores? Não sei. - Mas provavelmente os membros desta Assembleia. Agora, concretamente, o que eu perguntei Senhor Presidente eram duas questões às quais não respondeu: Já existe algum estudo ou projeto elaborado que possa clarificar as finalidades a dar à Quinta? Já é possível perspetivar o investimento necessário para começar a fazer algum uso dos terrenos adquiridos? Pelo menos estas são as perguntas que eu gostaria de fazer. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **José Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Ossela. =====*

===== Obrigado, Senhora Presidente. Eu só queria dizer: Ouvi atentamente o senhor Presidente da Câmara e acho que concordo com ele. Estou perfeitamente em sintonia, para que possamos resolver a situação do Pólo Multigeracional. E mais uma vez me congratulo com isso. Estou pronto para falar com o senhor Presidente quando desejar. Agora, em relação à pavimentação da Rua José Bento Pereira, que manifestei ela ter passado para mais tarde, eu só quero-lhe dizer: Ela já tem água. Obrigado. =====

*===== Para prestar mais esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**. =====*

===== Muito obrigado, Senhora Presidente. Vou ser cirúrgico. Senhor deputado Fernando Pais: A agenda não precisa de ser definida. A agenda é Oliveira de Azeméis. Estou a falar do

Conselho Consultivo. O senhor continua a insistir. Nunca vai entender aquilo que eu lhe expliquei. O que eu lhe expliquei foi claro: O senhor acha que deve ser aprovada a composição na reunião de executivo, nem sei se está falar deste órgão deliberativo, se está a falar mesmo do executivo camarário. O Conselho Consultivo Municipal vai voltar a reunir. Mais uma vez volto a referir: O que é importante é o que aquelas pessoas podem fazer pelo Concelho e não quem são as pessoas. Aliás, o senhor conhece as pessoas todas. Essa é uma questão que se pretende politizar, que se pretende transformar num soundbite. Mas naturalmente não terá o meu contributo porque eu estou mais preocupado em obter contributos que me ajudem a resolver os muitos problemas que temos para resolver no nosso Concelho. Em relação ao senhor deputado albino Martins: Eu tenho que lhe pedir desculpa porque, efetivamente, colocou a questão sobre a situação em termos de projeto e eu não lhe respondi. O senhor não concorda com as respostas. Tem todo o direito de não concordar com as respostas. Eu não concordo com muito daquilo que o senhor diz. E, portanto, cabe-nos a nós esgrimir argumentos e, se possível, consensualizar posições. Eu, não me desvio das respostas, procuro ser o mais objetivo possível. Mas, é evidente que, perante tanta diversidade de questões, é evidente que nós não conseguimos a objetividade que é necessária, mas certamente que o senhor compreende isto. Mas, deixe-me que lhe diga que lições de coerência posso-lhe dar efetivamente, posso-lhe dar efetivamente. Porque a argumentação que o senhor utilizou, é uma argumentação, no mínimo, estranha. O que o senhor está a dizer: O executivo camarário e os senhores vereadores do PSD, podem votar contra um parque urbano, podem votar contra a compra de mais terrenos. Embora, agora tenham mudado. Agora já defendem que nós devemos comprar mais terrenos. O que importa aqui referir, senhor deputado, é que, efetivamente, este investimento, é um investimento - conforme eu disse - estratégico e fundamental. E, portanto, não está abandonado. Está a seguir os trâmites que deve seguir: Vai ser lançado um concurso de ideias para o local; Esse concurso de ideias vai permitir a elencagem de um conjunto de funcionalidades em função, também, de algumas indicações e algumas orientações que serão dadas. Isso dá origem a um projeto de execução. E esse projeto de execução dá origem a uma estimativa orçamental para a obra. O que acontece é que - quando eu lhe digo que posso dar lições de coerência - eu posso-lhe citar alguns exemplos, com o senhor a exercer funções de responsabilidade, que correspondera a investimentos feitos que não tiveram absolutamente nenhuma consequência, dou-lhe três, mas se quiser dou-lhe mais alguns: Terreno do Pólo de Inovação e Cultura, 200.000,00€. Não vamos aqui discutir aqui esse assunto porque sabemos quanto é que foi pago, quantas vezes a mais ele foi pago do que o seu valor real. Lembro-lhe - A Casa Sequeira Monterroso: Onde demos mais de 400.000,00€ pela casa e que ficou abandonada desde então. Lembro-lhe a venda dos Estaleiros Municipais. Estes são três exemplos de coerência que o senhor devia registar. É exatamente isso que eu lhe gostaria de dizer. Em relação à intervenção do senhor presidente de Junta, José Santos: Obviamente que, o senhor presidente de junta José Santos, como os outros presidentes de junta contam comigo para procuramos encontrar

as soluções que permitam naturalmente promover o desenvolvimento das freguesias. E, portanto, cá estarei para falarmos sobre o Pólo Multigeracional. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** anunciou o tempo utilizado pelos Grupos Municipais: O PS utilizou 11 minutos e 44 segundo; O PSD utilizou 55 minutos e 20 segundos e o CDS/PP utilizou 2 minutos e 18 segundos. =====*

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*

===== Seguindo os trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

*===== **Ponto um:** - Ata n.º 16, Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 22 de novembro de 2019; - Ata n.º 17, Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis de 22 de novembro de 2019, realizada em 02 de dezembro de 2019 - Aprovação; =====*

===== Presente para aprovação as atas n.º 16 - Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 17 de setembro de 2019; n.º 17 - Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis de 22 de novembro de 2019, realizada em 02 de dezembro de 2019. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Colocada à votação a ata n.º 16 da Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 22 de novembro, foi aprovada por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do n.º 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo. =====

===== Colocada à votação a ata n.º 17 da Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis de 22 de novembro de 2019, realizada em 02 de dezembro de 2019, foi aprovada por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do n.º 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo. =====

*===== **Ponto dois:** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação; =====*

=====*Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.*=====

=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.*=====

=====*Isto decorre da lei. Estamos a fazer a apreciação dessa informação acerca da atividade e situação financeira, se tiverem alguma dúvida estarei aqui para esclarecer.*=====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

=====*A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou a referida informação.*=====

=====***Ponto três: - Relatório Anual de Avaliação da Atividade da CPCJ/OAZ - Relativo ao Ano de 2019 - Conhecimento / Apreciação;***=====

=====*Presente o Relatório Anual de avaliação da atividade da CPCJ/OAZ - 2019, entregue em 30/01/2020, submete-se o mesmo para apreciação da Assembleia Municipal.*=====

=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.*=====

=====*É a apresentação do relatório anual da CPCJ, de acordo com o número 2, do artigo 32º, da Lei 147/99, onde os senhores deputados têm a oportunidade de ver o trabalho desenvolvido por esta Comissão, no domínio de várias problemáticas, estupefacientes, violência doméstica, saúde, negligência, nas diferentes faixas etárias de atuação de abrangência da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. E obviamente basta que esta Comissão contribua, para corrigir, para salvar uma pessoa para se justificar. E portanto enaltecer aqui o trabalho que esta Comissão tem desenvolvido ao longo dos anos.*=====

=====*Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Costa.*=====

=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Costa**, do PS.*=====

===== *Bom dia. Permita-me Senhora Presidente, hoje em particular, nesta Assembleia descentralizada, cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Junta da freguesia de Cesar - Senhor Augusto Moreira, e de modo particular todos os cesarenses que nos recebem hoje numa das suas casas. É inegável o papel das CPCJ's na política de proteção das crianças e jovens, um modelo verdadeiramente comunitário que implica toda a sociedade numa tarefa central no nosso desenvolvimento social. À Assembleia Municipal cabe não só indicar representantes para a Comissão Alargada, como também acompanhar a Comissão e os seus trabalhos. É o que agora fazemos com a discussão pública deste relatório. Analisando os dados constantes no relatório da CPCJ e relacionando o número conjunto de processos instaurados este ano, os transitados e reabertos, - constata-se que é um número elevado, 309 no total - e relacionando estes número com o número de horas alocadas aos comissários da comissão restrita, é facilmente perceptível que as muitas diligências efetuadas são-no à custa da dedicação, abnegação daqueles, através das várias, inúmeras horas do seu tempo pessoal. O grupo municipal do PS não pode ainda deixar de destacar as atividades da comissão alargada: o laço humano, o concurso montras dos afetos, o jogo dos valores no dia da criança, o estendal dos afetos na praça da cidade e o envolvimento que estas tiveram junto das entidades e instituições oliveirenses com elevada adesão destas, principalmente a comunidade escolar. Trabalhar os afetos e valores é um campo que a CPCJ deve continuar a investir. Este é o papel preventivo inerente às suas funções que, no nosso parecer, a CPCJ deve reforçar. Os valores e afetos permitem desenvolver competências relacionais, parentais, sociais, molda-nos como pais e como cidadãos, influenciando diretamente a diminuição do número de casos de violência. A violência que tem vindo a aumentar em vários quadrantes da nossa sociedade e que constitui a esmagadora maioria dos casos em que a CPCJ de OAZ intervém. Tal como o Senhor Presidente teve oportunidade de dizer, já antes tinha dito Almada Negreiros um dia “que todas as palavras para salvar a humanidade já foram inventadas, falta apenas salvar a humanidade.” Efetivamente a CPCJ se salvar a vida de uma criança já terá, independentemente do número de processos em que intervém, já terá o seu mandato social com honra. Acreditamos que as ações da CPCJ podem contribuir para salvar-nos, fazendo-nos refletir e amadurecendo-nos enquanto sociedade. Uma sociedade em que as nossas crianças são protegidas e têm acesso à educação, as novas formas de família têm lugar sem colidir com o tradicional; uma sociedade em cada um pode discordar mas se respeita, em que cada um tem lugar para o seu desígnio individual sem esquecer a responsabilidade para com o outro, principalmente os mais desfavorecidos. Por isso mesmo, cabe também a esta Assembleia Municipal pugnar para o que o trabalho desta Comissão se possa desenvolver sempre com mais efetividade. Por isso, é justo reconhecer que parte da atividade desta comissão se faz em instalações que não reúnem as condições ideais para o tratamento de casos que exigem extrema sensibilidade e cuidado não apenas na atuação mas no contexto. Enquanto membro da Comissão indicado por esta Assembleia devo sinaliza-lo. Aqui, Senhor Presidente, associo-me a muito do sentimento que hoje perpassa nesta Assembleia, mas que é um*

sentimento diferente a muitos que temos constatada ao longo do tempo neste Concelho que é um sentimento de impotência, frustração, resignação pela ausência de soluções. Neste momento está-se a assistir a um sentimento de ânsia, perante a perspectiva que as soluções aconteçam. Portanto, é natural que quando as soluções tardam, mas perante a sua perspectiva, perante a perspectiva que elas possam acontecer é natural que haja esta ansiedade. Posto isto, questiono: Sei que estão previstas novas instalações para a CPCJ, nomeadamente no antigo edifício das finanças que agora está a ser remodelado, a minha questão vai neste sentido: quando é que a CPCJ pode almejar mudar para as novas instalações? Obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

===== Apenas para dizer que compreendo essa ânsia, naturalmente. Aquilo que nós esperamos é durante o mês de março tenhamos condições de ter concluídas as obras de requalificação do edifício das antigas finanças, onde será, entre outros serviços, alojada também a Proteção de Crianças e Jovens e aí sim terá condições para cumprir o tal mandato social ainda de uma forma mais eficiente. Mas eu julgo que estamos pendentes de questões relacionadas com a instalação do elevador, questões de pormenor. E portanto estamos mesmo à espera de concluir as obras, para que se possa efetivar a mudança de vários serviços para esse espaço. =====

*===== A Assembleia Municipal **tomou conhecimento e apreciou o referido relatório.** =====*

*===== **Ponto quatro: - Comissão de Toponímia - Análise / Tomada de posição;** =====*

===== Presente o ofício S/19904/2019 (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), enviado pela Senhora Vereadora Dr.ª Ana de Jesus, nesta qualidade de Vereadora e de Presidente de Comissão de Toponímia, a solicitar que a Assembleia Municipal se pronuncie sobre a continuidade ou não da referida Comissão.” =====

*===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra: =====*

===== Este ponto vem na sequência de um ofício enviado pela Senhora Vereadora Dr.ª Ana de Jesus, na qualidade de Vereadora e de Presidente de Comissão de Toponímia, a solicitar que a Assembleia Municipal se pronuncie sobre a continuidade ou não da referida Comissão. Isto vem na sequência desta Comissão sentir algum incómodo por alguns factos que vão ocorrendo na forma como é solicitado à Comissão a pronúncia sobre nomes a designar para as ruas. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Albino Martins, Bruno Aragão e Jorge Pereira. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====

===== Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Tanto quanto julgo saber, ao longo dos tempos a toponímia foi sendo tratada de forma avulsa, sem um regulamento enquadrador e sem um registo organizado dos nomes atribuídos. O pouco que havia referia-se a um punhado de arruamentos do centro da então vila, porque raríssimas eram as estradas com nome atribuído nas freguesias do concelho. Com a instituição do Poder Autárquico, algumas freguesias começaram a desenvolver esse trabalho que era validado pelas assembleias de freguesia e enviado à Câmara Municipal para aprovação. Também Oliveira de Azeméis, então já cidade, promoveu, nos anos oitenta, uma melhoria significativa da sua toponímia. Vinte anos depois, a expansão da cidade, o acréscimo de novos arruamentos, a necessidade de uniformizar as placas e regulamentar os procedimentos, entre outros motivos, ditaram uma remodelação total da toponímia que chegou até aos nossos dias. O primeiro passo para esta remodelação foi a nomeação de uma comissão de toponímia saída da Assembleia Municipal, a seguir a elaboração de um Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia que seria aprovado a 25 de setembro de 2003, depois, a seguir, veio o “batismo” de todas as ruas sem nome - e eram muitas. Finalmente, depois do registo organizado dos nomes atribuídos e da sua localização em planta, o trabalho foi concluído com uma publicação em abril de 2008, na qual ficou registada também a fundamentação dos topónimos. Foi um trabalho aturado e meritório aquele que nos legou essa comissão então composta pelo vereador, pelo presidente da Junta (Oliveira de Azeméis), pela Professora Isabel Vilhena e pelos já saudosos Doutor Vieira Dias e Senhor Fernando Silva. Trabalho absolutamente imprescindível para a profunda remodelação operada na toponímia da cidade. Já quanto às freguesias a tradição deu sempre preferência à discussão do assunto em Assembleia de Freguesia, mais conhecedora da realidade local. Com a toponímia da cidade perfeitamente atualizada, a comissão de toponímia revela-se inútil, tal como refere na sua exposição a Senhora Vereadora que preside a esta Comissão. E só se tornará necessária quando a Câmara Municipal entender que é chegada a hora de uma substancial alteração ou remodelação, o que não se vislumbra para os próximos anos ou até para as próximas décadas. Se a Comissão de Toponímia se considera, neste contexto, esvaziada, já o regulamento mantém toda a pertinência, carecendo apenas de uma atualização. Assim, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe: 1 - Que seja mandatada a atual Comissão de Toponímia para proceder à revisão do Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia; 2 - Que a Comissão Toponímia cesse funções após a revisão do Regulamento; 3 - Que as funções consultivas da Comissão

transitem para a Junta de cada freguesia a que as propostas de toponímia disserem respeito. Esta é a nossa proposta. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Muito obrigado, Senhora Presidente. Tive a oportunidade de falar com todos os Grupos Municipais, de contactar todos, para articularmos esta questão, a partir da informação que recebemos da Mesa da Assembleia. Tínhamos já tido a oportunidade de entre nós trocar, via email, líderes municipais, informação sobre isto há algum tempo. E tal como os Regulamentos novos, que até já deram bastante conversa nesta Assembleia, são dinâmicos e estão sempre a ser atualizados, o Regulamento tem quase 20 anos tem ainda mais necessidade. Eventualmente houve aqui alguma confusão, alguma má interpretação da minha parte, porque a proposta que eu fazia, não é que nós mandatássemos já para a extinção da Comissão, era que nós mandatássemos, enquanto Assembleia, a revisão do próprio Regulamento e, nessa revisão, então, sairia uma proposta a propor o fim da Comissão Toponímia, se assim fizer sentido, ou outras alterações ao Regulamento sem grande discussão sobre o assunto que é a revisão de um regulamento que tem 20 anos. Portanto, não sei? O que eu colocaria à consideração era isto: É que nos pudéssemos mandar para a revisão do Regulamento e nessa revisão, naturalmente, o grupo de trabalho decidirá se faz sentido propor a extinção ou propor uma comissão em outros moldes, enfim, o que o grupo entender melhor. E depois pronunciamo-nos novamente. Se assim entenderem, acho que se calhar é uma situação mais simpática e cordial. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

===== Obrigado, Senhora Presidente. Eu ia dizer mais alguma coisa, mas o Bruno acho que já disse tudo. Portanto, o CDS está também nessa ótica. Portanto, se há realmente constrangimentos sentidos por parte da Comissão - e lembro que a Comissão é um vereador, é um presidente de junta (que propõe a toponímia da sua freguesia) e os três elementos eleitos/nomeados/ indicados por esta Assembleia - portanto se essa Comissão entende que não é eficaz, se há constrangimentos, pois, então, subscrevo o que o Bruno aqui disse: propõe que façam um novo regulamento e depois nós cá discutiremos as suas mais-valias ou então aquilo que terá que ser de facto ajustado. Subscrevo. =====

*===== Pelos Grupos Municipais foi apresentada a seguinte proposta: **Que seja mandatada a atual Comissão de Toponímia para proceder à revisão do Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia e posterior envio à Assembleia Municipal para aprovação.** =====*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada, sendo a mesma admitida e aprovada por unanimidade.* =====

===== **Ponto cinco: - Constituição do Grupo de trabalho - Caminhos públicos / Caminhos privados;** =====

===== *“Tendo em conta a vontade manifestada pelos Grupos Municipais na Sessão nº 15 da Assembleia Municipal de 17/09/2019 na criação de um Grupo de Trabalho para análise e discussão dos caminhos públicos/ caminhos privados, composta por um elemento de cada Grupo Municipal; Propõe-se: - a constituição de um Grupo de trabalho para análise e discussão dos caminhos públicos/ caminhos privados com a seguinte composição: Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha (PS); Albino Valente Martins (PSD); Maria Helena da Silva Moreira (CDS/PP) e em representação da Câmara Municipal a Senhora Vereadora Ana Maria de Jesus, ficando como coordenador e representante do Grupo de trabalho o senhor Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Após análise e votação na forma legal foi **deliberado por unanimidade aprovar a criação do grupo de trabalho para análise e discussão dos caminhos públicos/ caminhos privados com a seguinte composição: Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha (PS); Albino Valente Martins (PSD); Maria Helena da Silva Moreira (CDS/PP) e em representação da Câmara Municipal a Senhora Vereadora Ana Maria de Jesus, ficando como coordenador e representante do Grupo de trabalho o senhor Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha.*** =====

===== **Ponto seis: - Nomeação de um/a membro da assembleia municipal, bem como de um/a Presidente da Junta/União de Freguesia(s) para integrarem a Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL);** =====

===== *“Tendo em conta - o solicitado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Rui Luzes Cabral, através email de 31/02/202, com o assunto: Protocolo de cooperação CIG assinado a 4 de junho de 2019 / nomeação de representantes da Assembleia Municipal; - Que pelo n.º3 da cláusula 5.ª do Protocolo de cooperação com a Comissão de Cidadania e Igualdade de Género (CIG); “ (...) podem, ainda, integrar a EIVL, representantes da Assembleia Municipal, até ao máximo de quatro pessoas, (...), sendo que pelo menos uma deverá ser o/a Presidente da Junta/União de Freguesia”; Assim, propõe-se: - a nomeação de um membro da Assembleia*

Municipal, bem como de um/a Presidente de Junta/União de Freguesia(s) para integrarem a Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL).” =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Este ponto é para indicar um membro da Assembleia e um Presidente de Junta para integrar Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL).* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Fernando Pais, Bruno Aragão e Jorge Pereira.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD.* =====

===== *A nossa posição é muito simples. Uma vez que estão quatro Grupos Municipais aqui representados, sendo que um é do Senhor Presidente da Junta de Cesar (Independente) e uma vez que a própria comissão permite uma eleição de quatro, no sentido de polarizar a questão e no sentido de democratizar a questão, nós entenderíamos que em vez de dois fossem três, sendo que um seria indicado pelas respetivas bancadas (CDS/PP, PSD e PS). Essa era a nossa proposta. Desde já, e independentemente do que a Assembleia vier a deliberar sobre essa matéria, a representante que nós indicaríamos, caso fosse admitida, era a senhora doutora Ana Neves.* ==

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS.* =====

===== *Também sobre esta matéria tive a oportunidade de articular com os diferentes Grupos Municipais. A proposta era de indicação de um elemento da Assembleia e de um presidente de Junta, para integrar esta equipa que é composta por cinco a dez pessoas. Aquilo que o PSD manifestou, a vontade era que de facto se pudesse incluir da parte da Assembleia Municipal quatro elementos. Em nosso entendimento rigoroso numa comissão de cinco a dez, nós propormos mais quatro da Assembleia Municipal é dar algum cunho mais político a uma comissão ou a uma equipa que não tem muito de político. Mas, como também não vemos nenhum problema, nem daí vem nenhum mal ao mundo, por nós não há qualquer problema que a Assembleia Municipal possa indicar três pessoas. Mas um tem que ser um presidente de junta. Mas também não vemos muita desvantagem. E, portanto, já indicaram esse nome (Ana Neves), nós propomos a Márcia Gomes. E, já agora, se tem que ser um presidente de junta, não sei se o CDS quer indicar o presidente de junta? Se assim for e estiver consensualizado, está feito. A única questão é que de*

repente ficamos com três senhoras. O que numa Comissão para a Igualdade parece-me que não fará muito sentido. Essa era a preocupação que ontem tinha manifestado: é de nós próprios darmos o sinal, mais do que a representação política, o que está aqui efetivamente em causa é a igualdade e a paridade. E portanto, sem desprestígio evidentemente pela Márcia, nós podemos propor outro nome para garantir que esta comissão fica igualmente representada. E portanto vamos propor o Bruno Costa, que também tem acompanhado as questões da CPCJ e se calhar poderá ter também no seu currículo outra sensibilidade para esta matéria, é o nome que nós vamos propor. Se estivermos de acordo estão os três nomes propostos. Está o assunto fechado e podemos ir para o ponto sete. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

===== Nós tínhamos sido de facto abordados pelo Bruno Aragão, sobre este assunto e tínhamos chegado a um consenso e estávamos perfeitamente de acordo. Percebemos também aqui a sensibilidade que o PSD aqui trouxe e também estamos de acordo com eles. E portanto, nesse sentido e havendo este consenso de se indicar os três elementos, eu indico a doutora Helena Moreira. =====

*===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra para dizer: =====*

*===== Temos então aqui uma proposta de consenso com a designação de três nomes, sendo que dois são deputados e um presidente de junta, que ficará assim constituída: Bruno Costa (PS), Ana Neves (PSD) e a Presidente de Junta Helena Moreira do (CDS/PP). Sendo de consenso ficam assim designados para integrarem a Equipa para Igualdade na Vida Local (EIVL), os seguintes Membros da Assembleia Municipal: **Bruno Miguel da Silva Costa (PS)**, **Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves (PSD)** e a **Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa - Maria Helena da Silva Moreira (CDS/PP)**. =====*

*===== **Ponto sete: - Compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida - Subsídios (I/14667/2020) - Conhecimento, autorização, convalidação e ratificação;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - o previsto na alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 22/2015 de 17 de março, diploma que procede à quarta alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, 20 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, consideram-se «Compromissos Plurianuais», “os compromissos que constituem obrigação de efetuar

pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido” - que, conforme dispõe a alínea c) do nº 1 do artigo 6.º do referido diploma legal, e posteriores alterações e o artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, preconiza ainda que “Assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica (...) acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios, está sujeita a autorização prévia do órgão Deliberativo, quando envolvam entidades da administração local” - que foi aprovada a autorização genérica no capítulo VII “Assunção de Compromissos Plurianuais - Autorização Genérica da Assembleia Municipal” pontos 1.a); 1.b) e 2. Do relatório orçamental de 2019, nos seguintes termos: “1.a) Ao abrigo das disposições legais enunciadas, do enquadramento efetuado e por questões de prudência e racionalidade, se submeta a aprovação da Assembleia Municipal, com o consentimento legal previsto no artigo 22º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho e ao abrigo do disposto nos artigos 6º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e posteriores alterações e artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, no sentido de emitir autorização genérica favorável para a assunção de compromissos plurianuais durante o ano de 2019, referentes a despesas (inclusive apoios/comparticipações/subsídios) que deem lugar a encargo orçamental em mais do que um ano económico, ou em ano que não seja o da sua realização, que não excedam o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; A assunção de compromissos plurianuais ao abrigo da autorização prévia e genérica concedida nos termos referidos só poderá efetuar-se quando, para além das condições aí previstas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações e cumpridos os demais requisitos legais de realização de despesas/apoios. 1.b) Ao fim de cada ano seja dado a conhecer à Assembleia Municipal, nos casos aplicáveis, uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida. 2. Aprovação dos compromissos plurianuais constantes do orçamento e GOP do ano 2019, nos termos e para os efeitos estatuídos no art.º 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012 e posteriores alterações.” - que a 31 de dezembro, a lista em anexo (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro e atas) encontrava-se vencida, não sendo possível efetuar o seu pagamento, dado que os requisitos legais e decorrentes das obrigações contratuais não estavam cumpridos (falta entrega de documentos justificativos e/ou relatórios), pelo que os valores mencionados transitaram para o presente ano económico, assim, tal situação e por força dos fatos retrocitados originaram compromissos plurianuais. Face ao exposto e para efeitos da alínea 1.b) da “Assunção de Compromissos Plurianuais - Autorização Genérica da Assembleia”, leva-se a conhecimento, autorização, convalidação e ratificação da Assembleia Municipal da listagem em anexo (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), traduzindo-se em compromissos plurianuais, resultantes da falta de execução/justificação das despesas pelas entidades respetivas no ano

económico previsto (2019), dando origem a valores/compromissos transitados com efeitos em 2020, ao abrigo dos artigos 156º e 164º do CPA e nos termos da LCPA.” =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Obrigado, Senhora Presidente. Isto é um conjunto de compromissos de apoios às associações culturais, coletividades desportivas. Estamos a falar de cerca de 300.000,00€; na sua grande maioria são obras. E portanto, também aqui as nossas coletividades, as nossas associações desportivas tiveram dificuldade em fazer obras e temos perto 300.000,00€ que não foram pagos em 2019 porque essas instituições não conseguiram apresentar comprovativos ou relatórios que permitissem que esse pagamento fosse feito. E portanto, não tendo sido feito, gera um compromisso plurianual, gera um compromisso para o ano económico de 2020 que tem que ser aprovado pela Assembleia Municipal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido **tomado conhecimento e deliberado por unanimidade autorizar os compromissos plurianuais, bem como convalidar e ratificar os atos entretanto praticados.*** =====

===== **Ponto oito: - Revisão do Código de Boa Conduta, Ética e Cidadania do Município de Oliveira de Azeméis (I/15299/2020) - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A recente publicação da/o: a) Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que regula o exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, suas obrigações declarativas e regime sancionatório; sendo que nos termos do estabelecido no n.º1 do artigo 19.º, as entidades públicas abrangidas pelo diploma devem aprovar códigos de conduta a publicar no Diário da República e nos respetivos sítios na internet, para desenvolvimento, entre outras, das matérias relativas a ofertas institucionais e hospitalidade; b) Lei n.º 60/2019, de 28 de agosto, que procedeu a alteração ao Estatuto dos Deputados aprovado pela Lei n.º 7/93, de 1 de março, designadamente o disposto na alínea g), h) e i) do n.º 1, alínea ii) do n.º3 do art.º 20º, 21º, 21ºB, 22º, 26º, 27º; c) Lei n.º 78/2019, de 2 de setembro, que estabelece regras transversais às nomeações para os gabinetes de apoio aos titulares de cargos políticos, dirigentes da Administração Pública e gestores públicos; d) Ofício Circular n.º 70/2019-PB, sobre o regime de exercício de titulares de cargos políticos e Altos cargos públicos; e) A Recomendação de 8 de janeiro de 2020, do Conselho de Prevenção da Corrupção, sobre gestão de conflitos de interesses no setor público, sendo esta*

matéria fundamental nas relações entre os/as cidadãos/ãs e as entidades públicas, e a necessidade da sua adequada prevenção e gestão para promoção da integridade e transparência; Justifica-se a revisão do atual Código de Boa Conduta, Ética e Cidadania, passando o mesmo a integrar duas partes: a Primeira, destinada aos/às Trabalhadores e Órgãos Municipais, na parte aplicável (que corresponde ao texto anterior do Código), e a segunda parte dirigida aos titulares de cargos políticos, Altos cargos públicos e Equiparados, as quais que por uma questão de economia e sistematização são agregadas num só documento, que integra as últimas alterações legislativas referidas. Propõe-se: Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º2 do citado artigo 19.º da Lei n.º 52/2019, a aprovação da revisão do Código do Código de Boa Conduta, Ética e Cidadania, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; Que se submeta à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos, procedendo-se posteriormente à sua publicação no Diário da República e site institucional.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== De forma muito breve: É a revisão deste Código para adequação, sobretudo às alterações, às imposições legais. Este Código passa a ter duas componentes: uma dedicada aos trabalhadores e aos órgãos municipais e outra dedicada aos titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos e equiparados. Portanto, passam a ficar agregados num único documento.=

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de **Márcia Gomes**.

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Márcia Gomes**, do PS. =====

===== Muito bom dia, a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia, Dr.ª Helena, só dirigir um cumprimento especial ao Senhor Presidente de Junta que hoje aqui nos recebe de forma tão calorosa. Atualmente é lugar-comum afirmar que as pessoas estão afastadas e desinteressadas da política. É um facto, todos nós sabemos. É notório também que a imagem que o cidadão comum tem dos políticos é muito pouco simpática, para sdr simpática - passando a redundância. Quando interrogadas as pessoas sobre os políticos é comum ouvirmos expressões como: “são todos iguais” “isso é tudo farinha do mesmo saco” Ora, a política é a capacidade de em sociedade conseguirmos dar resposta aos inúmeros problemas e desafios que todos os dias surgem em nossas casas, na comunidade, nas freguesias, nas cidades e no país. A política é a capacidade de com a força das palavras e da discussão, mudarmos e sermos capaz de transformarmos a vida das pessoas, de todos e de cada um de nós. Já, muito sabiamente - como todos conhecemos - Aristóteles ensinava-nos, O Homem é naturalmente um

animal político. E, é isto mesmo, todos somos chamados a discutir a forma como nos queremos organizar enquanto sociedade, que respostas exigimos de quem tem esse poder decisório, para onde queremos remar, em que direção queremos que este barco vá.... O afastamento dos cidadãos dos processos de decisão política prende-se com vários motivos, mas alguns deles são, por exemplo: a opacidade técnica dos documentos, a imagem que é transmitida dos políticos, os casos de justiça mediáticos que todos os dias entram na nossa casa, através dos meios de comunicação social, e que também envolvem políticos, ou seja, uma panóplia de motivos que afastam os cidadãos (todos nós) dos outros cidadãos (os políticos) que têm o dever e o poder de tomar decisões, que afetam (não se esqueçam meus caros) a vida destes e dos outros. Hoje é urgente os políticos demonstrarem, não só com palavras, mas também com políticas públicas, que não são todos iguais, que alguns são rigorosos no seu trabalho e na sua atuação política, que são íntegros, que o seu fim é, e deverá ser, sempre o interesse público. E este Executivo está comprometido em demonstrar que SIM, que há políticos transparentes, rigorosos e sérios. Tal como certamente esta Assembleia e todos nós aqui presentes. Para passar das palavras aos atos são revistos estes instrumentos do ponto 8 e ponto 9, que estão agora aqui a ser discutidos e submetidos à nossa decisão, o Código de Boa Conduta, Ética e Cidadania do Município de Oliveira de Azeméis (ponto 8) e o Regulamento do Exercício de Funções dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos (ponto 9). Nestes documentos que agora estão sujeitos a aprovação, estão previstos vários princípios, condutas e obrigações, e a título meramente exemplificativo, elenco alguns: a obrigação dos autarcas apresentarem a sua declaração de rendimentos, as declarações respeitantes ao seu património, os impedimentos e incompatibilidades com o exercício de outras atividades remuneradas ou não a que devem estar sujeitos, a obrigação da sua conduta se pautar pela igualdade de tratamento de todos, pela imparcialidade e pelo foco no interesse público. Ainda que decorram da lei, devemos todos ver nestes documentos um esforço, um esforço dos titulares de cargos públicos de deixar claro que o exercício político tem que fazer num quadro de transparência total. É isto que os Oliveirenses exigem de cada um de nós, e é isto que devem esperar: disponibilidade, rigor, transparência, integridade, imparcialidade, prossecução de uma gestão pública eficiente, velando sempre e em todas as circunstâncias pela legalidade e pelo direito. É isto que nos exigem e é isto que nos merecem a todos. Hoje, mais do que nunca, urge demonstrar, sem distinção, que é através das ideias e da discussão com respeito pela diferença, que podemos transformar o amanhã num dia melhor que hoje. Que se discutam as nossas diferenças, não a nossa conduta. Obrigada. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta da revisão do Código de Boa Conduta, Ética e Cidadania. =====

===== **Ponto nove: - Regulamento do exercício de funções dos titulares de cargos Políticos e altos cargos Públicos - Registo de interesses (I/20431/2020) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta que: - A Lei n.º 52/2019, de 31/07 aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos; - Pelo n.º 3 do art.º 15º da citada Lei n.º 52/2019: “Os municípios, bem como as freguesias com mais de 10000 eleitores, mantêm um registo de interesses próprio e acessível através da Internet dos quais devem constar: a) Os elementos objeto de publicidade e constantes da declaração única entregue junto da entidade responsável pela análise e fiscalização das declarações apresentadas pelos titulares dos seus órgãos e dirigentes dos seus serviços vinculados a essa obrigação; b) Declaração de atividades suscetíveis de gerarem incompatibilidades ou impedimentos e quaisquer atos que possam proporcionar proveitos financeiros ou conflitos de interesses dos demais titulares dos seus órgãos, em termos a definir em regulamento a aprovar pelo respetivo órgão deliberativo. Propõe-se: Que se submeta o Regulamento do Exercício de Funções dos titulares de cargos políticos e altos cargos Públicos - Registo de interesses (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), à apreciação da Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, para aprovação.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento do exercício de funções dos titulares de cargos Políticos e altos cargos Públicos - Registo de interesses. =====

===== **Ponto dez: - Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Oliveira de Azeméis (I/634/2020) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Câmara Municipal, na reunião de 22 de Agosto de 2019, deliberou aprovar o início do procedimento para a elaboração do Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Oliveira de Azeméis (I/51149/2019); - Que foi publicado edital em 26.08.2019, e efetuada publicitação no Boletim Municipal Digital (n.º 1262/2019), em 27.08.2019, do início do procedimento e da possibilidade dos interessados, querendo, constituírem-se como tal e apresentarem contributos/sugestões no prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação no BMD; - Que decorrido o prazo, não foi rececionada qualquer manifestação de intenção para os fins atrás referidos; - A aprovação em 17.10.2019, pela Câmara Municipal, do Projeto de Regulamento de atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Oliveira de Azeméis (I/64715/2019); - Que o mesmo foi submetido a consulta pública pelo prazo de

30 dias úteis, sendo publicado no Diário da República, site e BMD em 14.11.2019; - Que, após conferência dos prazos, foram cumpridos os normativos legais sobre a audiência dos interessados e de apreciação pública; - Que a única sugestão apresentada, foi acolhida no ponto 4.1 do Regulamento, que não altera, substancialmente, o conteúdo da projeto inicial; - Que em 27.12.2019, terminou o prazo de consulta; - Que compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município (alínea g) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12.09 e respetivas alterações; Em face do exposto, propõe-se: - Que a Câmara Municipal delibere dar a sua anuência ao presente Regulamento (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de tas), bem como, submetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação; - Que se determine a posterior publicação no Diário da República e publicitação do referido Regulamento nos termos legais.”

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== Trata-se da satisfação de uma velha aspiração dos nossos bombeiros e bombeiras. Na prática, é uma merecida e ambicionada discriminação positiva através de um conjunto de benefícios sociais que nós, através deste Regulamento, lhes atribuímos. E, portanto, ao mesmo tempo que fazemos o reconhecimento pelo seu trabalho insubstituível em prol da comunidade, criamos também condições para estimular quem quiser seguir esta nobre missão. Estes apoios são diversos: têm a ver com a redução e isenção de taxas de licenciamento urbanísticas; têm a ver com isenções ou até gratuitidade no acesso equipamentos públicos; nas refeições escolares; têm a ver com a atribuição de bolsas de estudo; têm a ver com reduções nas taxas de IMI; no estacionamento oneroso. Têm aí o Regulamento com um conjunto de incentivos que nós resolvemos atribuir aos bombeiros. Mas o que importa aqui sublinhar é a justiça, digamos assim, desta atribuição porque é uma discriminação positiva que faz todo o sentido, porque estes soldados da paz - é assim que nós o designamos - dão a sua vida por uma vida. Portanto, é fundamental que nós tenhamos este reconhecimento público que se faz de várias formas mas que se faz também através deste Regulamento que lhes concede alguns apoios e benefícios sociais. ==

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Nuno de Jesus, Jorge Pereira e Fernando Pais. =====

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Nuno de Jesus**, do PS. =====

=====
 ===== Bom dia, a todos. Permitia-me na pessoa, apenas, da Senhora Presidente da Assembleia e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar cumprimentar todos os

presentes e também todos os oliveirenses que nos acompanham através da Azeméis TV. Apenas uma pequena reflexõzinha inicial, que, no fundo, resume um pouquinho daquilo que temos vindo a assistir nesta Assembleia, que é: É digno de registo que quando muito há a fazer haja reparos aquilo que vai sendo feito. Como disse o Senhor Presidente, relativamente a este ponto, este é um documento que não gerará, nem há nenhuma dúvida que não há nenhuma divisão nisto. É materializado num documento aquilo que era ambicionado pelos nossos bombeiros e bombeiras há muitos anos. As palavras elogiosas que possam ser ditas, relativamente aos nossos bombeiros, às nossas Corporações, não devo utilizar nenhuma porque são meramente insuficientes. Efetivamente estamos perante um documento que, creio que, é um começo e poderá não ser um fim. Porque, creio que, não será um documento estanque, poderá ter contributos no futuro para melhorar. E, permitia-me ainda, e porque temos pessoas a verem-nos lá em casa, fazendo aqui uma leitura rápida do artigo 6º, onde estão descritos os direitos e benefícios, resumir desta forma: O Senhor Presidente já foi falando em alguns, na maior parte deles. Eu resumia assim: Beneficiar de seguro de acidentes pessoais, suportado pelo Município; Concessão de apoio especializado em processos motivados por atos ocorridos no exercício das funções dos bombeiros, alargando aos seus familiares; Redução ou isenção total do valor das taxas urbanísticas; Redução da Taxa de IMI; Isenção do pagamento de estacionamento; Isenção de pagamento de valores relativos a refeições escolares na rede pública do concelho; Prioridade na atribuição de habitação social; Prioridade na atribuição de bolsas de estudo não só relativamente às escolas do concelho, mas também do ensino superior; Benefícios na utilização das piscinas municipais do concelho; Reduções nos preços dos eventos e espetáculos culturais produzidos pelo Município; Acesso gratuito aos espaços museológicos municipais; Gratuitidade na anuidade do cartão jovem municipal; E ainda, como já era feito no passado, serem agraciados com distinções honoríficas. Como dizia, isto é um começo. Efetivamente nada havia de concreto. Era algo que era falado há muitos anos e era legitimamente ansiado pelos Bombeiros. Portanto, creio que aqui não há dúvidas que é de aplaudir este Regulamento. É de consenso de todos. E, manifestar novamente aqui que, ao longo dos anos, ao longo do tempo não seja estanque. E que exista também por parte do município, ao longo do tempo, a possibilidade de, não sendo um documento estanque, ir propondo novos benefícios dentro daquilo que seja possível aos nossos bombeiros e bombeiras. Muito obrigado.=====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

===== No dia do Bombeiro Municipal, em 2018, o Senhor Presidente da Câmara anunciou que iria lançar o Cartão Social do Bombeiro. Amanhã, por acaso, até é o Dia Mundial da Proteção Civil, curiosamente. Decorrido um ano, precisamente em junho de 2019, também no mesmo local, Vila de Fajões - Quartel dos Bombeiros de Fajões, o CDS lembrou em plena

Assembleia Municipal que esse compromisso que o Senhor Presidente tinha assumido ainda não tinha sido concretizado nem saído do papel. Em boa verdade, hoje estamos aqui a falar precisamente nessa concretização. E, portanto, daí dou os meus parabéns ao Senhor Presidente por realmente estar a cumprir com um compromisso seu. E portanto, os bombeiros certamente que agradecem quando são lembrados. E tendo em conta uma realidade atual, hoje em dia, é que é preciso incentivar, motivar o voluntariado. Porque as duas associações de bombeiros que existem no nosso município - eu faço aqui um parêntesis para lembrar a todos os presentes e ao Senhor Presidente da Câmara, é que a competência do socorro é da sua única e exclusiva responsabilidade. E os bombeiros apenas substituem a Câmara a troco de uns troquitos, de uns benefícios, de um conjunto de regalias que, no fundo, acabam por ser muito poucas face às despesas de hoje em dia. E aquilo que eu estava a referir: a falta, a carência cada vez mais se vem notando no voluntariado nos bombeiros. Quer Oliveira de Azeméis, quer Fajões estão com défice de bombeiros. E, portanto, este conjunto de medidas deviam de ser de facto incentivadoras ao voluntariado. Deviam, Senhor Presidente. Eu gostava só - e pedia autorização à Senhora Presidente da Assembleia - não sei se? Eu gostava de colocar duas perguntas diretas ao Senhor Presidente e se ele me podia responder para poder continuar? - São muito simples: Senhor Presidente, quanto é que isto custa ao Município? Este conjunto de benefícios que o Nuno de Jesus aqui acabou de elencar, quanto é que isto representa para o executivo da câmara municipal? Quanto é que a Câmara está a dar aos bombeiros como benefícios, como incentivo ao voluntariado? Outra pergunta que também gostaria que o Senhor Presidente me respondesse: Os Bombeiros, o Senhor Comandante de Oliveira de Azeméis, o Comando de Fajões, a Direção de Fajões, a Direção de Oliveira de Azeméis, foram ouvidas, foram auscultadas sobre este assunto? Eram estas as questões. Se permitisse, eu depois continuaria. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== É evidente que a primeira pergunta não tem resposta, como é evidente. Quanto é que vamos gastar? Depende de número de bombeiros que aderirem ao Regulamento que estamos a apresentar, como é evidente. Mas eu posso-lhe dizer é quanto é que gastamos por ano, diretamente, na Proteção Civil no Concelho. E a quantificação indireta também pode ser feita. Mas, gastamos cerca de 280.000,00€ por ano com a Proteção Civil, no Concelho. Estou a falar objetivamente nos apoios que damos às nossas duas Corporações. Em relação à auscultação: Nós fizemos uma auscultação pública, em relação a este Regulamento, onde desafiamos todas as instituições a darem os seus contributos. Porque é nessa fase que as instituições devem dar os seus contributos. Aliás, o Senhor teve a oportunidade de apresentar propostas no seio dessa auscultação. E, portanto, essa é a forma que nós utilizamos para receber todos os contributos, daqueles que os quiseram dar, para que tivéssemos o melhor Regulamento possível. Portanto,

aqui estão plasmados, para além dos seus, todos os contributos que nos fizeram chegar na fase de auscultação pública. =====

*===== O Senhor **Jorge Pereira**, do CDS/PP, continuou a sua intervenção: =====*

===== E, de facto, eu agradeço a possibilidade de que na altura me proporcionou para dar o meu contributo. E registei que foram atendidas as questões técnicas das sugestões que eu dei. No entanto, Senhor Presidente - há aqui de facto algumas coisas - e era esta a dúvida que eu tinha - Esta lista extensa: - e repare: eu elogio pelo facto de já ter feito alguma coisa. Mas isto é uma mão quase cheia de nada, apesar de ser uma lista muito extensa. Eu vou só focar aqui dois ou três aspetos. Habitação social: Acesso à habitação social. E eu pedi números deste cartão social e não dos outros benefícios que dá às corporações. Isto é destinado aos bombeiros. Deveria ser um incentivo ao voluntariado. Acesso à habitação social: o que representa este documento é tão simples quanto isto: Tenho dois pobres em Oliveira de Azeméis com dificuldades, com carências económicas, em igualdades de circunstâncias, em que um deles é bombeiro. Portanto, tenho dois pobres em igualdade de circunstâncias em que um deles é bombeiro: Portanto, como é bombeiro tem a primazia perante o outro pobre. Mas, se o outro pobre for ainda mais pobre que o bombeiro, o bombeiro já não tem, primazia nenhuma. Portanto, isto não é nenhum incentivo ao voluntariado. O mesmo se apresenta na bolsa de estudo: Tenho dois pobres, em igualdade de circunstâncias o bombeiro tem primazia, mas se o outro for mais pobre tem primazia sobre o bombeiro. Relativamente à questão das piscinas, 50% de bonificação: Pois, mas há protocolos que a Câmara tem com as corporações que isenta a zero (0), portanto, não pagam. Portanto, não é nenhum benefício direto ao bombeiro, Senhor Presidente. Fala nos descontos do IMI. Ok. Estamos com o mesmo problema aqui: Efetivamente um bombeiro que tenha uma casa avaliada até 150.000,00€ tem um desconto no IMI. Mas se ela valer 150.500,00€, já não tem direito a nada. Portanto, são estas coisas em que eu digo que de facto a Câmara poderia ter outra sensibilidade. Para além de que, há outra realidade, os bombeiros não são todos pobres, há vários escalões, há várias realidades económicas mas muitos deles vivem em habitação arrendada. E, portanto, aí sim, acho que seria um bom benefício da Câmara com o mesmo valor que está estipulado para o IMI, àqueles que tenham a possibilidade de ter habitação própria, os tais 150€ de valor máximo, teto máximo anual, pudesse atribuir o mesmo valor aqueles que têm habitação arrendada. E principalmente aqui em Fajões há muitos bombeiros que são de concelhos vizinhos, mas são bombeiros cá. E, portanto, muitos deles têm habitações arrendadas e não próprias. E, portanto, seria aí uma melhoria significativa nesses benefícios. Aquele que eu vejo que realmente é mais vantajoso, que é direto: A questão do estacionamento para os Bombeiros de Oliveira de Azeméis é muito vantajoso, sem dúvida alguma. Para Fajões, nem tanto, a não ser quando vão à cidade. A questão da isenção das refeições é sim senhor uma boa medida. Outra coisa que eu chamei à atenção e parece que não foi atendida: A questão do seguro de acidentes pessoais. Eu esta não

percebi. Porque isto é uma imposição legal, não é nenhum benefício. A Lei determina, no artigo 23º, os seguros de acidentes pessoais: 1) Os Municípios suportam o encargo com o seguro de acidentes pessoais dos bombeiros profissionais e voluntários. Portanto, isto é uma imposição legal. A não ser, e foi isto que eu sugeri e não fui atendido, que a Câmara diga assim: dos seguros de acidentes pessoais nós vamos aumentar o capital; Ok, isso já pode ser um benefício. Ou, então, vamos aumentar as coberturas. Ok, isso é um benefício. De outra forma, isto é uma imposição legal, Senhor Presidente. Não faz sentido nenhum estar aqui. Aliás, até sugiro que retire este ponto porque não tem qualquer enquadramento aqui. A não ser que tenha estas coberturas. Por isso, Senhor Presidente, tudo é de facto dinâmico. Agradeço-lhe imenso o facto de ter tido esta sensibilidade. Acredito que o Senhor vai olhar para este documento com mais atenção. É um ponto de partida. E certamente - eu acredito que o senhor vai tomar boa nota disto que eu lhe acabei de referir agora. Já o tinha feito no documento e, daí que, estou a repetir-me agora aqui para ver se realmente o Senhor atende estas minhas sensibilidades que o senhor sabe que são bastantes, são do peito, são do coração. Sempre estimei os bombeiros porque sofro na pele, vivo isso todos os dias, não cá no município, mas quem sabe. Obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====

===== Muito rapidamente. Até na sequência do que disse o Jorge Melo, eu só queria esclarecer uma coisa: Eu tenho ideia, Senhor Presidente, que neste momento a questão do seguro de acidentes pessoais tem como tomador de seguro a Associação Nacional de Municípios, pelo menos até há bem pouco tempo tinha. Derivado dessa obrigação da Câmara fazer o seguro de acidentes pessoais, a Associação Nacional de Municípios fez um seguro de grupo para todas as situações. Portanto não sei se isso foi ponderado, se está ou não em vigor? Mas só lhe queria dizer isso, porque isso é imposição legal do Decreto-lei 241/2007. Era só. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Agradecer as intervenções que foram feitas. É evidente que nós poderíamos estar aqui exaustivamente a falar sobre todas e cada uma das medidas e claro que teríamos aqui um conjunto de observações para fazer, em relação à bondade de umas, em relação à bondade de outras, em relação às existentes, em relação a outras que poderiam estar incluídas, em relação aos critérios para a sua inclusão, em relação à definição desses critérios. É evidente que eu gostaria muito que nos escalões do IRS.... Nós quando temos mais um euro passamos para o escalão seguinte e isso é uma tragédia porque onera bastante os impostos que nós vamos pagar mas é assim mesmo. O cartão sénior é um cartão para mais de 65 anos; Porque não para mais de

66 ou, para 64, para 63? Nós poderíamos estar aqui sempre a levantar um conjunto de questões aos valores que atribuímos, a quem os atribuímos e como os atribuímos. O que é um facto é que não existia nenhum instrumento de apoio aos bombeiros e passa a haver um instrumento de apoio aos bombeiros, conforme disse o senhor deputado Jorge Melo na sua intervenção: pode ser melhorado, é evolutivo e pode receber outros contributos. É evidente que a fase de receção dos contributos era a fase para colocar precisamente todas essas questões inclusive, aquela sobre as quais subsistem dúvidas de natureza legal, por exemplo a inclusão desta questão do seguro de acidentes pessoais. Este documento foi analisado juridicamente e, portanto, foi esta a indicação que foi dada para que os seguros de acidentes pessoais fossem incluídos. Em sede de executivo camarário, não foi levantada nenhuma questão, em relação a este assunto. E, portanto, este documento veio aqui tal e qual ele foi filtrado pelos serviços da Câmara. E portanto é este documento que nós vos estamos a apresentar. É evidente que, a questão da igualdade de um bombeiro em relação a outro qualquer munícipe, o bombeiro não deixa de ser um munícipe que tem as mesmas condições, digamos assim, de justiça social em relação aos outros. E, portanto, se nós queremos promover a justiça social é evidente que um bombeiro que tem melhores condições de acesso à habitação ou que tem melhores condições de acesso ao ensino, seja ele superior ou não, é evidente que não poderá ser beneficiado nessa perspetiva em relação a quem não a tem. Portanto, a mesma coisa se aplica em relação à habitação. É evidente que nós poderíamos meter aqui uma habitação de 500.000,00€: portanto, abaixo de 500.000,00€, nós consagrávamos a redução do IMI; Acima de 500.000,00€, nós, obviamente, não contemplávamos a redução de IMI. Este foi o valor que foi definido como sendo um valor justo, um valor que também se encontra em muitos regulamentos que existem. E, portanto, tem que se tomar decisões. E as decisões que foram encontradas foram estas. É evidente que, precisamente por termos pedido contributos, esses contributos a serem fornecidos visavam melhorar o documento. Mas, como eu disse há pouco, este documento é um passo, que é um passo que permite que os nossos bombeiros comecem a ter esta discriminação positiva. Sendo certo que, o executivo estará sempre disponível para melhorar este documento, para o tornar ainda mais ambicioso. Portanto, é esse o caminho que nós vamos fazer. É evidente que, não conseguimos quantificar, por razões óbvias, a verba que isto poderá implicar. Porque isto depende da adesão dos bombeiros, da utilização dos bombeiros nomeadamente, das isenções que damos que também têm que ser contabilizadas. Portanto, nessa perspetiva, para nós o que importa é que o instrumento exista, importa que os nossos bombeiros o conheçam e utilizem intensivamente. E, depois, enfim, teremos todos a oportunidade de sugerir alterações, como hoje já sugerimos aqui em relação a alguns instrumentos em relação a alguns regulamentos, alterações que visem melhorar o documento. Para mim o que era importante era termos um documento que resulta do trabalho de muita gente. É um documento que, como qualquer documento, está sempre sujeito a críticas. Ainda bem que as fizeram. Mas é um documento que eu julgo que é merecido, um documento que justo e é um documento que visa fazer este caminho do reconhecimento do papel importante que os bombeiros desempenham junto da

nossa comunidade. Tendo a Câmara Municipal bem presente quais são as suas responsabilidades no domínio da Proteção Civil. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dez à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Oliveira de Azeméis.** =====

===== **Ponto onze: - Regulamento Municipal de Incentivos ao Empreendedorismo e Investimento no Município de Oliveira de Azeméis (I/20729/2020) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Câmara Municipal, na reunião de 27 de Junho de 2019, deliberou aprovar o início do procedimento para a criação do Regulamento Municipal de Incentivos ao Empreendedorismo e Investimento no Município de Oliveira de Azeméis (I/37984/2019); - Que a Câmara Municipal, na reunião de 31 de Outubro de 2019, deliberou aprovar o Projeto de Regulamento (I/65209/2019); - Que foi promovida a consulta pública, conforme Aviso nº 254/2020, Diário de República, 2ª Série de 07 de janeiro de 2020 e através da publicitação na pasta de documentos On-line | página eletrónica do Município de Oliveira de Azeméis “Regulamento Municipais em discussão pública”, para os devidos efeitos legais; - Que não houve constituição de interessados nem quaisquer contributos ao projeto de regulamento apresentado; - Que compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à Assembleia Municipal os projetos de Regulamento externos do município, bem como aprovar regulamentos internos (art. 33º nº 1 alínea k) do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações); - E que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do Município (art. 25º nº 1 alínea g) do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações); Proponho: 1. A aprovação pela Câmara Municipal do Regulamento Municipal de Incentivos ao Empreendedorismo e Investimento no Município de Oliveira de Azeméis (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de tas), nos termos e para os efeitos do art.33º nº 1 alínea k) do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações; 2. A remessa do mesmo para aprovação pela Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos do art. 25º nº 1 alínea g) do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações; 3. Após aprovação da Assembleia Municipal, a remessa do Regulamento Municipal de Incentivos ao Empreendedorismo e Investimento no Município de Oliveira de Azeméis para publicação em Diário de República, nos termos e para os efeitos do art.139º do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== *O regulamento é um programa de apoio ao empreendedorismo, um programa que incentiva o investimento no nosso concelho, um programa que prevê uma verba de 250.000,00€ que visa apoiar projetos de empreendedorismo, de investimentos até, no máximo, 25.000,00€. As condições de acesso ao programa são a criação de, no mínimo, dois postos de trabalho. A empresa terá que permanecer sediada no Concelho durante cinco (5) anos. E o investimento a realizar por esses candidatos tem de ser superior a 25.000,00€.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Rodrigues e Rui Rocha.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Rodrigues**, do PSD.* =====

===== *Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, na sua pessoa e na pessoa do Senhor Augusto cumprimento todos os presentes. Neste ponto votamos a aprovação do Regulamento Municipal de Incentivos ao Empreendedorismo e Investimento no nosso Município. Esta é uma área que tem todo o sentido ser uma prioridade do Município, pois é algo que contribui para a fixação de empresas, que traz aumento da oferta de emprego e, conseqüentemente, contribui para a fixação de pessoas no nosso território. Os concelhos disputam entre si a fixação de empresas, portanto cabe aos Executivos Camarários utilizarem os meios que se encontram à sua disposição para atrair esses investimentos. A atribuição de incentivos que este regulamento nos fala é uma das formas que podem ser utilizadas tendo em vista esse fim, como também o poderiam ser a melhoria e alargamento das zonas industriais e o alívio da carga fiscal das empresas. Não se devendo descurar estas últimas duas ferramentas, entendemos que, com este regulamento, está dado um passo importante para aumentarmos a competitividade do nosso Município na atração de novos investimentos. Iremos, pois, votar favoravelmente este ponto. No entanto, gostava de aproveitar este ponto para colocar duas questões ao Senhor Presidente. Aquando da discussão deste ponto na reunião de Câmara, ficou claro de que este apoio não corresponde ao compromisso eleitoral de Sua Excelência no que diz respeito à atribuição de 250.000,00€ de apoio ao empreendedorismo jovem. Disse mesmo que estaria em fase de preparação um novo regulamento para esse fim, com todas as especificidades necessárias para quem está a criar o seu próprio emprego. A primeira questão que coloco é: se este novo apoio também vai contemplar o valor de 250.000,00€, valor que constou desse compromisso eleitoral? Outra questão que gostava de colocar era: se já tem uma ideia de quando esse regulamento irá estar pronto, e se os jovens empreendedores vão poder usufruir desse incentivo já este ano ou só no próximo? Obrigada.* =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Rui Jorge Rocha**, do PS. =====

===== Muito boa tarde, a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia, doutora Helena Santos. Um cumprimento especial ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar, um bem-haja pela sua amabilidade e pela mesa que nos dispôs logo de manhã, Meus Senhores, Investimento Estratégico não é aquele que tem por objetivo o aumento da rentabilidade, mas sim, aquele que procura promover as condições favoráveis à prosperidade e êxito de qualquer entidade. É esta a designação que podemos dar aos “Incentivos ao Investimento e Empreendedorismo” que nos são propostos pelo documento que merece a nossa análise neste ponto da ordem de trabalhos. O município passa a disponibilizar uma verba de 250.000,00€, que poderá ainda ser superior, adicionando-lhes por exemplo a redução na taxa de derrama, dependendo da observação de determinados critérios nos projetos apresentados. Mas muito mais que definir um possível valor anual de apoio ao Investimento e Empreendedorismo, o executivo apresenta-nos um regulamento que permite, independentemente da opinião de cada um de nós aos critérios por ele definidos, enquadrar de forma clara os valores a atribuir a cada projeto que lhes seja submetido. Excelentíssimo Senhor Presidente, e restante executivo, é desta forma que se projeta, sem qualquer tipo de subterfugio, a sustentabilidade do concelho. Pois bem, mas estando, sem dúvida, com este tipo de investimento a projetar o futuro, (vou de encontro às palavras que disse o nosso colega Bruno Rodrigues) não acha que deveriam também ter em atenção os jovens? Não julga que seria proveitoso para o nosso concelho, tendo em conta o elevado número de estudantes, quer no ensino profissional quer no ensino superior, que são certamente fonte de conhecimento e espírito inovador, proporcionar-lhes também um tipo de apoio que os conduza à sua permanência pelas nossas terras? Proporcionar-lhes a possibilidade de darem azo aos seus projetos académicos? Pergunto-lhe, se na realidade, o executivo tem já esta linha de ação preparada ao empreendedorismo jovem? E, fazendo mais uma citação a outro filósofo, tal como a minha colega Márcia, que viveu uns séculos Antes de Cristo, Platão dizia: “Como dizem os construtores, pedras maiores não se ajeitam sem as pedras menores.” E digo eu, agora em pleno século XXI, com estas pequenas pedras, incentivos e investimentos, estamos a preparar o lastro para sustentar as grandes que estarão no caminho. Esta medida, o “incentivo ao investimento e empreendedorismo”, acompanhada por outras como a “redução do imposto municipal sobre os imóveis”, e mesmos os benefícios que falamos há pouco no ponto anterior, podem julgar-se pequenas mas o seu alcance é indiscutivelmente enorme. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

=====
Se me permitisse, eu respondia aos dois senhores deputados ao mesmo tempo, ao senhor deputado Bruno Rodrigues e senhor deputado Rui Jorge Rocha. Nós, até hoje, não tínhamos nenhum instrumento objetivo de apoio ao nosso empreendedorismo. Aquilo que nós temos como herança do passado foi um programa FINICIA que, não era sequer um programa de autoria da autarquia, era um programa do Estado e do IAPMEI e, durante os oito anos da sua vigência 2010-2018, a Câmara Municipal investiu, a fundo perdido, 30.000,00€, nesses oito anos a apoiar cerca de dez projetos. Portanto temos hoje um verdadeiro instrumento que permite apoiar o nosso empreendedorismo, os investimentos no nosso concelho. É evidente que, os investidores não são todos iguais, temos que ter um conjunto de respostas transversais mas verticalizadas em função da tipologia dos investidores que queremos atrair para o nosso concelho. E por isso, é que nós entendemos que deveríamos ter um Regulamento com um conjunto de obrigações, e um conjunto de condições de acessos, e com um conjunto de níveis de financiamento que é diferente de um regulamento que nós estamos a preparar direcionado para o empreendedorismo jovem e para a criação do próprio emprego ou ideia de negócio. São regulamentos com o mesmo fim mas, naturalmente, com enquadramentos diferentes. Isto porque: Enquanto, que, neste caso deste regulamento podemos apoiar projetos com alguma dimensão e com alguma maturação, portanto quando estamos a falar aqui de criar mais de quinze postos de trabalho e de investir mais de 150 ou 250.000,00€, estamos a falar de projetos já com algum robustecimento. Quando estamos a falar de empreendedorismo jovem de criação do próprio emprego e de ideia e negócio, obviamente que estamos a falar de coisas diferentes. E muitas vezes é importante o apoio ao arrendamento do espaço ou disponibilização do próprio espaço, é importante o apoio à assessoria financeira, assessoria ou consultoria de marketing, o apoio contabilístico. Há um conjunto de apoios que são numa fase de arranque, dessa tipologia de empreendedores sobretudo, desses que promovem o aparecimento de startups de empresas de base tecnológica e de base criativa, muitas vezes são esse os apoios que são necessários numa determinada fase do arranque dessas organizações. E, portanto, nós não podemos ter os mesmos critérios de exigência, ao nível do investimento, ao nível da criação dos próprios postos de trabalho e ao nível de outras condições que consideramos que são fundamentais para apoiar esses projetos. E portanto, respondendo aos dois ao mesmo tempo: Nós estamos a ultimar. Isto quer dizer que teremos oportunidade, eventualmente, na próxima assembleia municipal aprovarmos aqui também um regulamento direcionado para o empreendedorismo jovem, para a criação do próprio emprego e para a criação de ideia de negócio, com um montante que esperamos seja semelhante a este de 250.000,00€. Mas deixem-me que registe aqui com agrado a obsessão que se verifica pelo cumprimento eleitoral do Partido Socialista. Uma obsessão que não existia no passado. Eu lembro da reiterada promessa da cobertura a 100% da rede de água e saneamento. E nunca houve nenhuma preocupação em relação ao cumprimento dos programas eleitorais. Mas, agora verifico essa evolução. Essa evolução é uma evolução positiva porque os programas eleitorais devem ser cumpridos e quando não há condições para os cumprir nós devemos

justificações a quem nos elegeu, a quem confiou em nós e, naturalmente, devemos, também, um pedido de desculpas caso essas justificações sejam da nossa responsabilidade. Eu ouvi aqui o Bruno Rodrigues falar sobre o alívio da carga fiscal. Mas, deixe-me que lhe diga, essa não foi uma promessa eleitoral. Nós não fizemos essa promessa eleitoral. A promessa eleitoral que nós fizemos foi a redução do IMI. Essa promessa eleitoral estamos a procurar cumprir. E já demos um passo significativo no sentido do seu cumprimento. Portanto, é esse caminho que nós queremos fazer. E esse caminho é um caminho que também tem o registo de coerência que nós achamos que é fundamental. Porque quando nós dizemos que somos amigos do investimento, todos nós queremos um território que seja amigo dos investidores e do investimento, não podemos deixar o acesso à Área de Acolhimento Empresarial Ul/ Loureiro no estado em que está, não podemos deixar a área de Acolhimento empresarial Ul/ Loureiro sem a ETAR, que estava prevista, não podemos deixar as vias de acesso e as vias de atravessamento das nossas zonas industriais no estado em que estão, sem sinalética, sem passeios, sem baias de estacionamento, com os pisos em mau estado, etc.... E portanto, este percurso que estamos a fazer através deste regulamente: E os regulamentos são muitos os que estamos a fazer, uns de novo e outros que estão a ser alterados, não podem, obviamente, serem feitos todos ao mesmo tempo. Mas, claramente, um concelho com o nosso ADN empreendedor, com a nossa dinâmica económica tem que ter necessariamente uma visão diferente sobre os investidores, sobre os empreendedores, sobre a forma como pretendemos atrair investimento e conhecimento para o nosso território. E isso passa muito também por estes regulamentos que nós estamos a apresentar-vos e para os quais pedimos, naturalmente, a vossa aprovação. Porque não tenham dúvidas que estes regulamentos vão dar resultado. As empresas vão aderir. Esta semana tive a oportunidade de participar numa sessão de encerramento de um programa “Qualifica Plus”, um programa promovido pela AECOIA, que teve um conjunto de apoios de valores médios de 14.000,00€, 15.000,00€. Mas que teve um conjunto substancial de empresas oliveirenses e, não só, também de outros concelho que aderiram. O que significa que os investidores os empreendedores estão à espera destes mecanismos de apoio que permitam a concretização dos seus projetos de investimento. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto onze à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento Municipal de Incentivos ao Empreendedorismo e Investimento no Município de Oliveira de Azeméis.** =====*

*===== **Ponto doze:- Regulamento dos Serviços da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais no Município de Oliveira de Azeméis (I/13307/2020) - Aprovação;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Foi aprovada, na reunião ordinária da Câmara Municipal datada de 30/04/2015, a Proposta de

Regulamento dos Serviços da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais no Município de Oliveira de Azeméis (Proposta Deliberação) - I/35197/2015; - O mesmo foi submetido a consulta pública pelo prazo de 30 dias úteis contados da data da publicação do edital (22/01/2016) - I/4414/2016, publicado no Boletim Municipal Digital nº 588 de 22/01/2016 e afixado nos locais habituais, bem como objeto de publicitação no site do Município na pasta “Documentos Online - Regulamentos Municipais em Discussão Pública”; - Foi solicitado parecer à ERSAR em 11/02/2016 - (S/2698/2016), nos termos do nº 4 do artigo 62º do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de Agosto e posteriores alterações; - Que em 17/05/2016, a ERSAR se pronunciou sobre a Proposta de Regulamento dos Serviços da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais no Município de Oliveira de Azeméis (ofício I-000763/2016 - Proc. nº22720) - E/15371/2016, considerando que o mesmo cumpre na generalidade, em termos de estrutura e de conteúdo, as exigências legais, recomendando a revisão do documento no sentido de incluir e atender aos comentários produzidos no parecer, devendo posteriormente ser dado conhecimento da deliberação da aprovação da versão final do Regulamento e da data de publicação em Diário da República; - Procedeu à revisão do documento, incluindo no Regulamento as recomendações da ERSAR; - Não foram rececionados quaisquer contributos ou sugestões no âmbito da consulta pública; - Não ocorreram quaisquer alterações legislativas nesta matéria, para além de que na elaboração do Regulamento foi tido em conta o modelo do Regulamento dos Serviços disponibilizado pela ERSAR; - Após conferência dos prazos, foram cumpridos os normativos legais sobre a audiência dos interessados e apreciação pública, tendo terminado o prazo de consulta em 04/03/2016; - Em razão dos princípios da racionalidade, eficiência e desburocratização e por se considerar cumpridas as fases e procedimentos legais, proponho haver lugar ao aproveitamento dos atos administrativos; - Compete à Assembleia Municipal aprovar os Regulamentos com eficácia externa do Município, em cumprimento da alínea g) do nº 1 do art.º 25 e alínea k) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e respetivas alterações; Propõe-se: - Que a Câmara Municipal, delibere dar a sua anuência ao presente Regulamento (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), bem como, submetê-lo a Assembleia Municipal para a sua devida aprovação; - Que se determine a posterior publicitação do referido Regulamento no Diário da República nos termos legais, bem como se comunique à ERSAR a aprovação final do mesmo e a data da sua publicação no Diário da República.”=====

===== Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi proposto que a análise e discussão do ponto doze e do ponto treze fosse efetuada em conjunto, o qual foi aceite por unanimidade. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.=====

===== O ponto doze é o Regulamento dos Serviços da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais. Na prática, o que nós estamos a fazer é acabar com o regulamento que vinha a ser utilizado que era o regulamento que existia na altura em que este serviço era um serviço municipal. E, por um conjunto de vicissitudes, este é um processo que vem desde 2015, nunca chegou a ser aprovado aqui na Assembleia Municipal. Teve a ver com um parecer da ERSAR, alguma discordância, alguma dissonância em relação a esse parecer. Ultrapassadas essas dificuldades, estamos em condições de aprovar um regulamento que permite regular tudo aquilo que é a atividade que a Indáqua tem com estes serviços de concessão. =====

===== O ponto treze é um ponto completamente diferente. Estamos a falar do primeiro aditamento ao contrato de concessão. Como sabem, nós celebramos um contrato de concessão com a Indáqua para a gestão e exploração da rede de abastecimento de água e da rede de drenagem de águas residuais. Fizemo-lo em 2013. Ao abrigo desse contrato nós prevíamos um plano de investimentos de 17.000.000,00€. Esse plano de investimentos de 17.000.000,00€, previa 6.700.000,00€ de investimento na rede de água e na rede de saneamento. Aquilo que aconteceu foi que, em 2013, aquilo que era o plano de investimentos foi relativamente feito. Basicamente, a Indáqua o que fez foi criar condições para a instalação da empresa no concelho de Oliveira de Azeméis. Mas, a pedido do executivo anterior, aquilo que foi pedido foi que em 2014/2015 não fossem feitos nenhuns investimentos e fossem feitos projetos para as redes. Nós entendemos que esses projetos podiam ter sido feitos a par e não foi isso que aconteceu. E por isso é que quando chegamos ao executivo em 2017 tínhamos a grande maioria dos investimentos previstos no plano de investimentos por concretizar. Este aditamento inclui um conjunto substancial de questões: Para além dos investimentos POSEUR, inclui também algumas alterações que foram feitas às obras que estavam previstas no plano de investimentos, uma delas já foi aqui referida - adutora de Cesar. Portanto, essa adutora estava prevista com uma verba superior, cerca de 500.000,00€, foi retirada e foi substituída por outras obras. Isso aconteceu em relação a algumas obras, portanto, que foram substituídas por outras. E tivemos também questões com a alteração das ligações provisórias que passaram a ter o tarifário das ligações não domésticas. Portanto, isso originou uma quebra de proveitos para a concessionária. Tivemos, por exemplo, o caso da Lactogal: A Lactogal seria um dos grandes consumidores de água no concelho, com um consumo anula superior a 300.000,00€; Mas, entretanto, como a Câmara Municipal abdicou do programa de investimento a rede de água não foi levada até às instalações da Lactogal, a Lactogal teve que optar por captações próprias. E, portanto, nós temos que considerar agora neste aditamento essa perda de proveitos/ receitas por parte da concessionária. Portanto, há aqui um conjunto de

questões que são enquadráveis neste aditamento. E este aditamento resulta também de um desafio que nós lançamos à concessionária no sentido de que, em conjunto, delineássemos um plano de investimento que tinha duas componentes: uma componente de investimento municipal e outra componente de investimento por parte da concessionária dentro daquilo que são os limites da lei. Vou fazer aqui um parêntesis - Porque estamos no tempo de sermos rigorosos e falar verdade às pessoas. A concessão da rede de água e saneamento assinado em 2013, entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Concessionária, não previa a expansão da rede de água e saneamento, previa apenas e só a gestão e a exploração da rede existente. Isto que fique claro. Porque os soundbites produzidos não ajudam a que as pessoas tenham acesso a informação rigorosa. E é importante que as pessoas saibam rigorosamente as coisas e os enquadramentos das coisas. - Dizia eu que, nós desafiamos a concessionária para delinear connosco um plano de investimentos. Esse plano de investimentos tinha uma componente de investimento municipal mais forte do que o investimento da Indáqua. Porque a Indáqua está limitada a 25% do valor do seu plano de investimentos: Como o plano de investimentos são 17.000.000,00€, a Indáqua poderá, no máximo, investir cerca de 4.300.000,00€. Fizemos esse trabalho. Apresentamos esse trabalho à entidade reguladora. A entidade reguladora não viabilizou a componente do investimento municipal que, basicamente, previa a disponibilização de uma verba de cerca de 6.000.000,00€. Basicamente estaríamos a falar de um valor global acima dos 10.000.000,00€ que permitiria, em traços muito gerais, um aumento da cobertura da rede de saneamento, em relação á taxa atual dos 42%, de cerca de mais 20%. Neste momento, não podemos fazer esse investimento. Mas vamos fazer o investimento correspondente ao investimento que é permitido fazer à concessionária. E com isso aumentaremos a atual taxa de cobertura em 12,1%. Fazendo o quê? Fazendo uma expansão da rede, sobretudo de saneamento, águas residuais, há também um ligeiro aumento da rede de água porque, nos locais onde vamos meter saneamento, onde não existir rede de água nós necessariamente vamos ter que fazer a rede de água. Estamos a falar de um investimento que vai permitir alavancar as taxas de cobertura em algumas freguesias - eu depois explicarei o critério que esteve na base desta priorização de investimentos, para que não subsista nenhum tipo de dívida de nenhuma natureza: - Cucujães: passará de uma taxa de cobertura atual de 51.8% para 93.7%. Estaremos a falar de cerca de 11 quilómetros de nova rede. - Nogueira do Cravo: passará de 24% para 84.2%. Cerca de 12.5q quilómetros de nova rede. - Oliveira de Azeméis: Oliveira de Azeméis também tem vários troços, inclusive na Estrada Nacional 1, por exemplo, onde não existe rede de saneamento, passará de 84.6% para 95.2%. Estaremos a falar de cerca de 11.5 quilómetros. E depois um investimento bem mais residual, na freguesia de Macieira de Sarnes: onde passaremos de 72.9% para 96%. Cerca de 3 quilómetros de rede. Aqui uma grande parte do investimento é numa estação. Depois teremos S. Roque que em função deste investimento passará de uma taxa de cobertura de 49.2% para 92.3%. Estaremos a falar de uma rede a construir de cerca de 11 quilómetros. Na prática, o que isto vos diz - é que quase todas estas freguesias que vão ser intervencionadas passarão das taxas atuais para taxas acima dos 90%, com exceção de

Nogueira do Cravo que passa de 24% para 84.2%. Estes critérios foram aleatórios? Isto foi feito de qualquer maneira? Não. Basicamente, nós temos um bolo que podemos gastar; Olhamos para os locais de maior densidade populacional e para os locais onde nós tínhamos o menor custo por habitante ou por consumidor. Portanto, aquilo nós vamos fazer: Há sítios onde nós fazendo este investimento gastamos 410€, por habitante, mas há locais onde para fazermos este investimento precisaríamos 1.600,00€, 1.800,00€, 2.000.00€, por habitante. Portanto, nós fomos em primeiro lugar, em primeiro lugar aos locais que com menor investimento nos permitem maior aumento de taxa de cobertura. E, portanto, foi apenas e só este o critério. Portanto, aquilo que nós vamos fazer é procurar criar esta resposta. Um dado muito importante, para que percebam. É um dado que também está plasmado aqui neste aditamento. Nós, em resultado da negociação que fizemos com a Indáqua - isto é um dado muito importante - reduzimos a tira acionista da Indáqua em 1,6%. Isto na prática quer dizer que a Indáqua abdicou de 4.000.000,00€ daquilo que eram os lucros que ia auferir com os 30 anos, agora não são 30, mas com o prazo que ainda resta de concessão. Portanto, a Indáqua abdicou de 1,6% da sua tira acionista. Portanto, neste momento, isto resulta, a conjugação de todos estes fatores, meter todos estes fatores dentro do mesmo saco, resulta num investimento na expansão da nossa rede; resulta também numa revisão do tarifário, como é óbvio, a praticar aos munícipes. Mas permite que nós tenhamos este aumento de 12.1% na taxa de cobertura da rede de saneamento e que tenhamos um conjunto de freguesias - não tantas quanto gostaríamos - Eu imagino o que é que se passará na cabeça de alguns presidentes de junta aqui presentes neste momento. Mas há uma garantia que eu vos posso dar: É que nós não desistiremos de continuar este caminho. E aquilo que nós dissemos foi que, logo que existam condições financeiras, o processo - para além de obviamente o recurso a fundos comunitários caso existam programas que o permitam - é afetarmos orçamento municipal para começarmos a trilhar este caminho, nem que seja fazendo freguesia a freguesia. Mas o que é importante é que nós comecemos a resolver este problema, que é um problema de saúde pública, é um problema ambiental gravíssimo e é um problema que também afeta e de que maneira a competitividade do nosso território. E, portanto, dadas estas explicações, naturalmente que estarei disponível para responder a todas as outras dúvidas que subsistam. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Fernando Pais, Jorge Pereira e Bruno Aragão. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Muito obrigado, Senhor Presidente, pelos esclarecimentos que nos deu. Eu, evidentemente que da parte do Grupo Municipal do PSD não vemos qualquer tipo de restrição nem de impedimento quanto ao alargamento da rede de abastecimento de água. Eu, no seguimento

até das suas intervenções já durante o dia, fiquei aqui com alguma dúvida respeitante ao adutor de Bustelo, creio que é Bustelo - Cesar. Portanto, já na altura do primeiro contrato resolveu-se direccionar o investimento que era dirigido a este adutor para outros investimentos, no pressuposto que este adutor estaria em boas condições, certo? Eu tanto quanto percebi - se percebi mal, corrige-me - parece que o adutor com o uso terá provocado, alegadamente, alguns danos à via pública. Era uma interpelação que eu queria fazer. É isto? Eu não percebi mal. Eu não sei se, eventualmente, isto poderia ter sido ponderado neste primeiro aditamento? Ou seja, uma vez que o adutor estava em boas condições mas agora está a revelar que de facto há alguns danos provocados na via pública por causa do adutor, não sei até que ponto deveria ter sido ponderada esta situação no respeitante a alguma intervenção que possa ser feita no adutor. Até porque, este segundo aditamento, aliás como a conclusão do primeiro aditamento.... Neste primeiro aditamento penso que estará definitivamente afastada a intervenção nesse tal adutor de Bustelo. Não está? Pronto. Mas depois ser-me-á dada outra situação. Outra situação que queria aqui dizer, é que: Também há bocado, o Senhor Presidente falou, aquando da minha intervenção sobre a Cerciaz, falou de facto que o executivo camarário anterior (quem estaria em 2013) se esqueceu de incluir no contrato de concessão um conjunto de isenções, nomeadamente isenções às IPSS ou a outras associações, nomeadamente associações, instituições de solidariedade social, aos mais idosos. Eu queria também que o Senhor Presidente esclarecesse se essa motivação também surgiu aqui neste primeiro aditamento. Ou seja, se isso foi objeto de negociação, se essa situação pontual que sinalizou foi objeto de negociação, aqui neste primeiro aditamento. O terceiro ponto - E isto é de facto uma pergunta (se calhar incapacidade minha porque os documentos que nos enviou são extensos e de alguma complexidade técnica): Aqui, e recorrendo um bocadinho á história, sabemos que depois da assinatura deste contrato- como o Senhor Presidente já referiu - o início da intervenção dos trabalhos, por parte da Indáqua, limitou-se quase só à instalação e preparação da rede de abastecimento de água. Aquilo que eu lhe perguntaria, é que depois, por iniciativa do executivo anterior, foi feita a suspensão desse investimento - que o Senhor Presidente já disse que poderia ter sido feito juntamente com essa suspensão - para que fosse feito um projeto de financiamento pelo POSEUR. Esse projeto de financiamento POSEUR foi concedido, creio que 3.000.000,00€ em duas tranches: 2.300.000,00€ mais 600.000,00€. Eu queria por uma questão clara: Todos nós sabemos que, independentemente do abaixamento da TIR (Taxa Interna de Retorno) para os 9,6% quando era dos 10%, há aqui uma questão muito clara, quem vai pagar este investimento é de facto o consumidor final. Nós sabemos que existe desconforto, por parte dos municípios, no que respeita ao tarifário. Eu queria saber se de facto o executivo camarário teve alguma preocupação em considerar na revisão dos tarifários, que será feito evidentemente após esse investimento, se considerou o investimento comunitário - digo eu - comunitário - por via do financiamento do POSEUR? Ou seja, se adequação ao tarifário tem alguma razão de ponderação relativamente ao investimento que foi comunitário? Por último, Senhor Presidente, eu fiquei com a ideia de que a ERSAR estabeleceu aqui algum desconforto quanto ao investimento

camarário na ampliação de rede. No entanto, nós também achamos que algum investimento por parte da Câmara Municipal, pontual, no sentido de atingir uma rede de cobertura integral de água e saneamento, também seria benéfica. E também queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, se, primeiro - está na disposição de retirar da sede camarária os tais 2.000.000, 00€, que já falamos sobre isso - e se, eventualmente, a ERSAR atenderá isso como admissível? São essas a s minhas questões. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====

===== Vou ser muito sintético sobre este assunto, porque acho que não vale a pena estarmos aqui a alongar muito mais. O CDS sempre foi contra o início deste processo da concessão de água e saneamento à Indáqua. Foi um processo que de facto não trouxe mais-valias para Oliveira de Azeméis. E portanto, aqui, hoje, é apresentado um primeiro aditamento em que nos refere e nós dá aqui a boa notícia de que irá aqui haver um investimento, finalmente, na parte do saneamento. Ou seja, um investimento por parte da Indáqua na ordem dos 4.300.000,00€ para aumentar a rede de saneamento. Por muito pequena que seja já dá um bom contributo, na ordem dos 12%. Quer dizer, algumas freguesias do nosso Município passarão a ter uma cobertura muito próxima dos 90%, em termos de saneamento, daquilo que eu entendi. E agradeço ao Bruno também por me ter ajudado a perceber este enquadramento. Por isso seria, de todo, irresponsável por parte do CDS se não aprovasse este aditamento. E, portanto, acredito que foi o melhor possível até agora, por muito que haja ainda por fazer. Porque de facto há muito, somos um concelho muito deficitário nesta parte do saneamento e mesmo, nem tanto, mas com algum défice, na parte de abastecimento de água. E, portanto, acredito que foi o melhor que foi conseguido. E o CDS vai aprovar. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== Dizer que, o doutor Fernando Pais tinha dito que eu afinal tenho humor; pois, não deixa de ser com humor que eu encaro que o Partido Social Democrata tenha enviado para a discussão deste ponto a pessoa, que, curiosamente, na oposição esteve sempre contra e votou contra, e muito bem, esta concessão. Mas, não deixa de ser também com humor que eu faço essa nota. [Esta intervenção foi acompanhada com projeção de sildes]. E, dizer, no seguimento do que também foi a intervenção anterior, de facto quem vai pagar o investimento é o consumidor final. Dissemos isso em 2011, em 2013, em 2015, 2017, 2019. Meus senhores, bem-vindos. A definição e a materialização de políticas públicas é quase sempre uma corrida de fundo. O tempo dessa corrida de fundo é maior que o tempo da memória mediática, maior que o tempo de um mandato

autárquico ou dos seus protagonistas, maior até, muitas vezes, que o tempo de uma geração. Seguramente é maior do que a impressão de novidade que aparentes novos protagonistas parecem querer dar. O ponto que agora discutimos é um exemplo claro de tudo isto e de como, no exercício de cargos públicos, temos que ter a capacidade de nunca esquecer que o nosso adversário são os problemas que coletivamente enfrentamos. Por isso, infelizmente, é com esses adversários que nos continuamos a bater, sem qualquer receio do que dissemos no passado, da posição que tomamos e defendemos, mas ainda mais, das decisões que vimos tomando. As taxas de cobertura de rede de água e saneamento têm sido um dos nossos maiores adversários. Pelo atraso e pela dimensão do que falta, pelo impacto ambiental que representam, pelo impacto de saúde pública (e sobre este curiosamente não tem havido perguntas), mas também pelo esforço de pensar soluções. Oliveira de Azeméis é um dos concelhos do país com as mais baixas taxas de cobertura. Deixamos passar os fundos comunitários e hoje, a complexidade das soluções é pesada, sempre o dissemos. Curioso que a propósito de outros investimentos ainda há dúvidas sobre a necessidade de aproveitar fundos, mas esse adversário e esse ruído fica certamente para outra discussão. Vejamos então. (Como bem iniciou esta sessão o Senhor Presidente da Junta de Cesar, a história é muito importante.) 31 de outubro de 2009 Assembleia Municipal toma posse para novo mandato, com novos horizontes. Foi há mais de dez anos, há mais de uma década: - Em rede de água tínhamos cerca de 70%, com o país e o distrito de Aveiro praticamente nas metas do PEASAR II. [Distrito de Aveiro a azul e a média nacional; 2009 - esta havia sido a evolução que vínhamos fazendo desde 1995. Isto em rede de água.] - Em rede de saneamento pouco mais de 40%. [2009: Concelho de Oliveira de Azeméis; Distrito de Aveiro; média nacional. Mais uma vez a evolução que vínhamos fazendo desde 1995] A média nacional aproximava-se rapidamente dos valores do PEASAR II e mesmo o distrito de Aveiro, fortemente prejudicado pelos níveis de Oliveira de Azeméis, tinha mais de 60%. [2009 - concelho de Oliveira de Azeméis; distrito de Aveiro e a média nacional] - Em rede de tratamento, os valores eram ainda mais dramáticos. 24% de taxa real, com esgotos a drenar para rios, os mesmos rios que hoje se espera possam ficar despoluídos por decreto. Menos de metade do distrito de Aveiro e longe dos mais de 70% da média nacional. 29 de Agosto de 2011 a Assembleia Municipal aprova opção de concessão da rede de água e saneamento. A solução para um investimento de mais de 60 milhões de euros para atingirmos uma cobertura a 100%. Era o tempo dos novos horizontes. E ao contrario do que dizem hoje: O futuro já começava aí. [Este era o compromisso: Em 2009 estávamos aqui; Aquilo que se esperava em 2013 era fazer a recuperação dos 24% em tratamento, da cobertura de 42% no saneamento e de água que estava em cerca de 70%.] - A cobertura de redes de água e saneamento já não seria em 4 anos, mas seria em seis, o que para a dimensão do investimento, sendo real, era perfeitamente defensável. A posição do Partido Socialista é conhecida e o que sobre ela disseram também. Recordo apenas um excerto dessa ata de 29 de agosto de 2011 (que aconselho vivamente a que todos a possam ler): “A cobertura em termos da rede de saneamento e de abastecimento de água foi desde o início definida como uma prioridade e um compromisso por parte deste Executivo [o

dos novos horizontes]. Hoje, com a discussão e aprovação da concessão dos sistemas de saneamento e distribuição de águas, é dado mais um passo significativo nesta matéria. [...] Convergem no objetivo traçado de, num prazo máximo de 6 anos, dotar a totalidade do concelho da cobertura das redes de abastecimento de água e saneamento. A opção pela concessão parece-nos claramente a mais adequada para os interesses do Concelho. Com a concessão sabemos que, dentro de 6 anos, o Município atingirá a cobertura em 100% das redes de saneamento e abastecimento de água, cumprindo as metas estabelecidas pelo Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais. [José Campos, hoje vereador] ”; 28 de Junho de 2013, quase dois anos depois, a Assembleia Municipal aprova o contrato de concessão com a Indáqua. Um contrato que previa nessa altura, de forma mais substancial, a ETAR de UL, permitindo ligar a rede de saneamento não tratado e elevando a taxa para 42%. Estes são exatamente os slides que projetei há oito anos sem nenhuma alteração. E por isso o excerto que citei há pouco. Isto é retirado integralmente do contrato aprovado nessa Assembleia Municipal em Macieira de Sarnes. Uma das Assembleias Municipais mais difíceis dos três mandatos que já fiz. Extremamente tensa, com argumentos densos, mas esta projeção foi feita na altura. Era claro para todos os membros que participaram dessa Assembleia aquilo que estava a ser aprovado. Disso hoje ninguém pode fugir. E o que estava nesse contrato que estávamos a aprovar era isto: [(Projeção de slides) Quais eram as nossas taxas de cobertura; Aquilo que nós prevíamos em plano de investimentos para as diferentes freguesias: saneamento.] Como dizia, estes são exatamente os slides que projetei há oito anos. E por isso o excerto que citei há pouco dessa ata de 2011. Foi tão forte que dois anos depois, nesta Assembleia de 2013, também a bancada do Partido Socialista, através do Dr. Fernando Pais, ainda hoje membro da oposição, citou o mesmo excerto. Mas permitam-me citar agora um excerto desta Assembleia de 2013, - cito: “Foi sempre perante este cenário que o executivo trabalhou e continua a trabalhar, ou seja, com a total consciência que acima de tudo os interesses dos oliveirenses teriam de ser acautelados, mas sem uma sobrecarga das respetivas tarifas da água e do saneamento”. Foi o mesmo vereador que citei, secundado por toda a bancada. Não há mesmo dúvida de quem paga estes investimentos. Todos sabem o que aconteceu, acima de tudo, os oliveirenses. 31 de Julho de 2017, em nova Assembleia, foi-nos pedido que votássemos uma alteração ao contrato de concessão assinado em 2013, o contrato ao qual estamos obrigados por 30 anos. Tinham passado seis anos desde a opção de concessão, mais de 4 desde a assinatura do contrato. - Esta é a fotografia em Outubro de 2017. [2009 os valores que tínhamos; 2017, oito anos depois. 4 anos depois da assinatura do contrato de concessão; 6 anos depois da opção de concessão; 8 anos depois dos novos horizontes.] Desde essa altura até agora, - eu friso outubro de 2017 que é quando o Partido socialista assume responsabilidades - cerca de dois anos volvidos, a fotografia começou a mudar. Os investimentos previstos na concessão, e dos quais o Partido Socialista nunca percebeu em rigor porque é que não foram efetivados no tempo em que estava previsto também no contrato, foram ou começaram a ser materializados depois do novo executivo do Partido

Socialista imprimir uma postura diferente na gestão, em consonância com o que sempre vínhamos defendendo nesta matéria, em consequência da candidatura do POSEUR, iniciada ainda pelo executivo anterior, têm permitido começar a debelar este problema. Não fomos favoráveis a opção de concessão, fomos frontalmente contra esta concessão e votamos contra o aditamento nos moldes em que nos foi proposto. Disto isto, temos um contrato a 30 anos, temos que o cumprir e, por isso, trabalhamos com os problemas que herdamos e com a realidade que temos. Sem desculpas. É mesmo uma corrida de fundo. Senhor Presidente, Senhores Membros do Executivo, o que nos propõe agora é um aditamento contratual: Que regulariza o aditamento decidido em 2017, que fazia uma revisão ao investimento, entretanto executado, mas não efetivamente aditado; Ao qual nós votamos contra, entre outras coisas, porque antevíamos aquilo que aconteceu e que hoje já foi aqui referido relativamente a Bustelo. Que aumenta efetivamente a rede de saneamento em 12%, passando dos atuais 42% para 54%; Que esses 12% de rede se façam com um investimento do concessionário de 4,3 milhões, dentro do limite legal de 25% do investimento de contrato; Que nesse aumento de rede se garanta que, nos troços em que não exista rede de água, se faça em simultaneamente as duas redes; Se faça este investimento nas freguesias de Cucujães, São Roque, Nogueira do Cravo, Macieira de Sarnes e Oliveira de Azeméis, permitindo que nestas freguesias a taxa de cobertura seja sempre superior a 90%. Que se reveja a taxa de interna de retorno do concessionário, diminuindo a sua margem. É a realidade que temos e trabalhamos sobre ela. Nunca foi a nossa opção, mas gerimos da melhor forma os contratos que temos. É com essa capacidade que mostramos também ao que vimos, desde o primeiro dia. Senhor Presidente, sendo aprovado, propomo-nos a um aumento de rede sem comparação em muitos, muitos anos. Isso sem sobrecarregar os oliveirenses para além do que é a sobrecarga já prevista no contrato, a tal que sempre nos disseram não existir. Algumas questões nos preocupam e, para essas, agradecemos as suas respostas: 1. Sendo aprovado hoje, quando espera a assinatura e, mais importante o início de obras? 2. Qual o prazo que lhe parece razoável para a execução destes investimentos, se é que já existe um prazo, uma vez que o concessionário não tem ainda mandato contratual? 3. Estes investimentos têm um pesado ónus que, muitas vezes os torna incompreensíveis pelo impacto de obra. A rede viária terá um forte impacto, já de si muito degradada. Que perspetivas tem sobre a articulação entre o investimento em rede e a recuperação da rede viária. 4. Apesar de 12% ser um enorme passo, a realidade é que temos ainda um longo caminho. Qual o nível de investimento que ainda temos pela frente para as redes de água e saneamento? Continuamos certos do caminho, do tempo que esse caminho levará e da sua exigência. Continuaremos a trabalhar de frente e sem receio. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Um esclarecimento: Senhor deputado Fernando Pais, não é de 10% para 9.6%, é de 11.46% para 9.89%. Estamos a falar de 1.6%. 10% para 9.6% é 0.4%. Não foi 0,4% foi 1.6% realmente que foi reduzida a TIR acionista. Bom, em relação às questões que colocou: Porque é que não temos aqui a adutora incluída? Porque não queremos como é óbvio, não é? Porque, obviamente, se essa obra foi trocada por outra e no parecer que a ERSAR fez sobre esta matéria aceitou (foi negociada) essa troca, é evidente que agora não vamos voltara a inclui-la. Porquê? Porque essa passa a ser uma responsabilidade da Indáqua. É a Indáqua que vai ter que investir no troço da adutora nova entre o campo de futebol do Bustelo e a rotunda. Portanto, é uma responsabilidade da Indáqua. E portanto será à Indáqua que caberá assumir essa responsabilidade, porque foi a Indáqua que aceitou essa alteração do plano de investimentos e que validou que a adutora não necessitava de intervenções. E, portanto, nessa perspetiva, será a Indáqua que assumirá integralmente a reparação dessa adutora. Mas, deixe-me dizer-lhe que há uma questão de fácil resposta e já aqui foi dada: Quem paga isto tudo é sempre o consumidor. São os oliveirenses, como é óbvio, que pagam isto, pagam os 21.000.000,00€ de lucro que a concessionária tem que ter nos 30 anos de concessão (agora não são 21M mas são 17M). E paga todos os aumentos tarifários que decorrem dos investimentos que vão sendo feitos, nomeadamente aqueles que estavam previstos já em sede de concessão: lembram-se de 5% ao ano, no terceiro, quarto e quinto ano; e lembram-se também dos que decorre do aumento do tratamento das águas residuais entregues no sistema em alta na Associação de Municípios de Terras de Santa Maria que foi aceite que passassem de 0,07€m³ para 0,25€m³, ou seja, um aumento de mais de 300% no custo do tratamento. Bom, porque é que não está aqui previsto aquilo que deveria ter sido previsto em sede de concessão, nomeadamente o fornecimento de água às IPSS. Porque isso implica uma perda de receita para a concessionária que tem que ser refletida no aumento do tarifário, é tão simples quanto isso. Portanto, se nós lhes retirássemos uma centenas de milhares de euros de proveitos anuais, eles teriam que os compensar de outra forma. E isso passaria por um aumento do tarifário ou, então, por uma indemnização compensatória no final do ano, caso os proveitos mínimos garantidos não fossem atingidos. E portanto, dizer-lhe que, não faz sentido nesta fase estarmos a discutir isso. Isso deveria ter sido discutido numa fase inicial, deveria ser alvo do processo negocial e devia fazer parte do contrato concessão. Não o tendo feito, neste momento é tremendamente difícil fazê-lo. Perguntou também se o contrato POSEUR, que tem uma taxa de 25%, ou seja, uma grande parte do investimento também está a ser suportado pela própria Câmara Municipal - R7, R17 e R24. Mas, deixe-me dizer-lhe que, a reflexão desse investimento aqui na redução de tarifário é de menos (-0,85%), não chega sequer a 1%, digamos que é quase residual. Sublinhar que estes 12.1% representam um aumento de 52% da nossa situação atual; se nós temos estes 42% de taxa de cobertura e de tratamento é evidente que quando aumentamos 12.1% estamos a aumentar 25% da realidade atual. Eu julgo que isto é significativo. E julgo que é muito importante. Em relação às questões colocadas pelo Senhor deputado Bruno Aragão: Quando é se iniciam as obras ou quando é que se assina, digamos assim, este aditamento? Sendo

aprovado hoje, na segunda-feira será assinado. As obras avançarão já. Por exemplo, em Bustelo vão avançar já. E vão avançar já, não só na perspectiva da reparação de parte da adutora, mas também na instalação da rede de água e na rede de saneamento. Que prazo é que nós estimamos para estas obras? Bom, mais uma vez depende de um conjunto de fatores que nós não controlamos. Mas se aparecer empreiteiro, não havendo nenhum tipo de litigância no processo, julgo que em um ano a Indáqua conseguirá ter esta rede disponível para explorar e, portanto, nós esperamos que esse seja um prazo razoável para fazer este investimento. A rede viária sofrerá muito com este investimento. Muito mesmo. Drasticamente. Pedimos a paciência das populações. Pedimos a paciência dos senhores presidentes de junta. É evidente que aquilo que vamos procurar fazer é aproveitar, nos casos onde as estradas intervencionadas estejam já muito degradadas, adquirir estofo financeiro, capacidade financeira para fazer a sua requalificação integral. As estradas onde o piso está em boas condições, razoáveis condições, aquilo que nós procuraremos fazer é uma reposição de vala com qualidade para que as pessoas não sejam prejudicadas. Quanto é que continuaremos a precisar, depois de feito estes investimentos, para termos as nossas metas alinhadas com aquilo que são as metas do PENSAAR (antigo PEASAAR)? É um investimento na ordem dos 35.000.000,00€ / 40.000.000,00€, é quanto precisaremos para investir numa proporção de 4 para 1. Ou seja, 7.000.000,00€, 8.000.000,00€, 10.000.000,00€ para a rede de água e 4 vezes mais para a rede de saneamento. Portanto, estaremos a falar em valores na ordem dos 30 e poucos milhões de euros para a rede de saneamento; entre 7 a 10 milhões de euros para a rede de água. Mas será esse o esforço financeiro que será necessário fazer para termos as taxas de cobertura de 95% e 90%, para rede de água e para a rede de saneamento, respetivamente. ==

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto doze à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento dos Serviços da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais no Município de Oliveira de Azeméis.** =====*

*===== **Ponto treze: - Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais do Município de Oliveira de Azeméis (I/6621/2020) - Autorização;** =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:
- A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis lançou um concurso limitado por prévia qualificação para a concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e da recolha, tratamento e rejeição de águas residuais do Município de Oliveira de Azeméis, tendo a concessão sido adjudicada à candidata INDÁQUA - Indústria e Gestão de Águas, S.A., que, por sua vez, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Caderno de Encargos, detém integralmente a sociedade concessionária INDÁQUA Oliveira de Azeméis; - No dia 5 de julho de*

2013, foi celebrado, entre Sociedade Concessionária e Município Concedente o Contrato de Concessão, nos termos do qual foi atribuído àquela a Exploração e Gestão conjunta dos Serviços Concessionados, incluindo todos os trabalhos de reparação, renovação e manutenção de todas as Instalações, Infraestruturas e Equipamentos que compõem os Sistemas concessionados, bem como, a realização de todas as Obras necessárias à execução do Plano de Investimentos, que constituía o Anexo 11; - O Plano de Investimentos sob a responsabilidade da Concessionária compreendia uma dotação de 17,3 M€ para investimento em diversas áreas, num total de € 6.732.835 (seis milhões setecentos e trinta e dois mil e oitocentos e trinta e cinco euros) em obras de abastecimento de água e obras de drenagem de águas residuais. - No ano de arranque, a Concessionária realizou os investimentos relativos à sua constituição e instalação, à sua dotação dos meios necessários à atividade, bem como iniciou os investimentos de reabilitação e benfeitoria nas instalações e infraestruturas existentes, e de renovação do parque de contadores. - As premissas subjacentes ao racional que sustentou a conceção do Plano de Investimentos sofreram alterações posteriores à entrada em vigor do Contrato de Concessão. - Desde logo, e no que diz respeito às obras em sistemas de abastecimento de água e saneamento, tendo em consideração a expectativa da população do Município de Oliveira de Azeméis em dispor de uma cobertura mais abrangente dos serviços de abastecimento de água e de recolha de águas residuais, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis à data, considerou ser oportuno e economicamente vantajoso analisar a possibilidade de o Município se candidatar aos fundos comunitários disponíveis no âmbito do POSEUR, de forma a permitir a realização de obras adicionais conducentes a um aumento da cobertura dos serviços no concelho. - Tal facto levou a que durante os anos de 2014 e 2015 a Concessionária tenha adiado, a pedido do Concedente, a concretização das obras constantes do Plano de Investimentos, não obstante ter desenvolvido as atividades preparatórias necessárias para o lançamento dos concursos com vista à adjudicação das empreitadas; - Previamente no Plano de Investimentos, um cronograma físico e financeiro de execução de Obras, que pelos motivos atrás enumerados, não foi possível o cumprimento deste cronograma; - O utilizador Lactogal está suficientemente servido com sistemas privativos devidamente licenciados, pelo que se decidiu suprimir do Plano de Investimentos as obras referentes ao abastecimento à Lactogal, integradas na Obra 1 da rede de abastecimento de água; - À data do acordo para a Revisão do Plano de Investimentos, a Obra 2 de abastecimento de água, adutora Cesar/Bustelo não se revelava necessária, porquanto a conduta existente estaria em boas condições de funcionamento, pelo que se decidiu suprimir do Plano de Investimentos a execução da referida obra de abastecimento de água; - Por necessidade de resolução de problemas ambientais que subsistem no Concelho de Oliveira de Azeméis, identificados em data posterior ao início do Período da Concessão, decidiu-se rever o Plano de Investimento da Concessão, no sentido de consubstanciar as alterações necessárias à sua resolução, nomeadamente: 1. a alteração do traçado do Intercetor do Ínsua (Obra 3 - AR), que permite uma otimização da solução, tendo em vista a possibilidade de garantir pontos de entrega para outros aglomerados que atualmente não dispõem de rede

pública de drenagem de águas residuais, bem como reduzir significativamente a travessia de terrenos privados; 2. a alteração do traçado do Intercetor de Cesar (Obra 1 - AR), que permite uma otimização da solução tendo em vista a possibilidade de garantir pontos de entrega para outros aglomerados que atualmente não dispõem de rede pública de drenagem de águas residuais, bem como reduzir significativamente a travessia de terrenos privados; 3. a alteração do traçado dos Intercetores de S. Roque e Cercal (Obra 2 - AR), que permite uma otimização da solução tendo em vista a possibilidade de garantir pontos de entrega para outros aglomerados que atualmente não dispõem de rede pública de drenagem de águas residuais, bem como reduzir significativamente a travessia de terrenos privados; - Por necessidade de aumentar a cobertura da rede de abastecimento de água, decidiu-se rever o Plano de Investimento da Concessão, nomeadamente: 1. execução de trabalhos adicionais na Empreitada de «Construção das Redes de Conduta Adutora para o Reservatório R24 (Pinheiro da Bemposta) e Caixa de Derivação para R22 e ZI de Loureiro no Concelho de Oliveira de Azeméis», que se insere na Obra 1 - Abastecimento de Água, no sentido de permitir a ligação da rede de água à Zona Industrial do Loureiro e às urbanizações da Avenida Espírito Santo e do Casal; 2. a execução de Obras de prolongamento de rede de abastecimento de água no concelho de Oliveira de Azeméis, freguesias de Fajões, Cesar, Pindelo, Nogueira do Cravo, Ossela, Ul e Macinhata da Seixa - O Município candidatou-se aos fundos alocados ao POSEUR (Portugal 2020) - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - os seguintes projetos de execução de infraestruturas de abastecimento de água não previstos no plano de investimentos da concessionária: 1. Rede de Abastecimento de Água a partir do R17 e prolongamento da Rede do R24 (S. Martinho da Gândara, Madaíl, parte de Ul e Travanca), com o valor estimado de € 2.306.150,00, a que acresce IVA à taxa legal; 2. Prolongamento da Rede Abastecimento de Água em Cucujães a partir do R7, com o valor estimado de € 671.550,00, a que acresce IVA à taxa legal; - A candidatura referida no considerando antecedente foi aprovada por decisão/deliberação de 10.3.2017 da Comissão Diretiva do POSEUR e que a mesma tem por objetivos: extensão do serviço de abastecimento de água a populações ainda não servidas; a disponibilização de um serviço básico aos habitantes que garanta uma melhor qualidade da água que consomem; a capitalização de investimentos anteriormente efetuados e que se relacionam diretamente com o serviço de abastecimento de água à população alvo; o aumento da população servida pelo sistema de abastecimento de água municipal; o aumento da qualidade de vida e a redução de risco para a saúde das populações da Vila de Cucujães, de S. Martinho da Gândara, de Madaíl, Ul e Travanca; - As cláusulas 43ª e 85ª a 87ª do Contrato de Concessão outorgado a 5 de julho de 2013 preveem a possibilidade de revisão do Plano de Investimentos, verificando-se no presente caso os requisitos de que as disposições contratuais fazem depender tal alteração; - Que a alteração não obsta qualquer disposição legal, designadamente constante do Código dos Contratos Públicos; - Tendo em consideração, a experiência adquirida das Partes Outorgantes e a vontade expressa do Município de tornar mais abrangente a cobertura de rede de abastecimento

de água e a resolução de problemas ambientais, considerou o Município de Oliveira de Azeméis ser pertinente e adequado instruir a Sociedade Concessionária para proceder à Revisão do Plano de Investimentos, visando, desta forma, melhor servir o interesse público. - Na perspetiva de aumentar significativamente a taxa de cobertura da rede pública de drenagem de águas residuais no Concelho, a Indáqua Oliveira de Azeméis, de acordo com a instrução do Concedente, estudou um cenário de ampliação do Plano de Investimento por forma a promover um aumento de cobertura da referida rede. - A ampliação de investimento, que salvaguarda o estipulado na alínea c) do art.º 54º do DL 194/2009, de 20 de agosto, encontra-se plasmada no novo Plano de Investimentos, constante do Anexo 11-A, por razões de interesse público. - A Concessionária aceita acordar uma nova TIR Acionista, no valor de 9,89%, o que representa uma redução de 1,6p.p. face à TIR Acionista prevista no Anexo 20 do Contrato de Concessão outorgado a 5 de julho de 2013. - Foi enviado o processo à ERSAR para esta se pronunciar acerca das alterações e ajustamentos a introduzir na Concessão, nos termos do disposto no artigo 54.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que veio a emitir o seu parecer com a referência 0-009202/2019, de 09 de dezembro de 2020. - Nos termos conjugados do disposto na Cláusula 83ª do Contrato de Concessão e no artigo nº 54 do Decreto-lei nº 194/2009, de 20 de agosto, foi solicitado parecer à Comissão de Acompanhamento da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais do Município de Oliveira de Azeméis. - O presente “Aditamento”, convencionou as alterações e ajustamentos a implementar na “Concessão” por força da: 1. Alteração do Plano de Investimentos que constitui o Anexo 11 ao Contrato de Concessão. 2. Integração das redes das freguesias de Madaíl, São Martinho da Gândara, Travanca, Ul e Cucujães, que serão integradas no objeto da Concessão, passando a estar sob gestão e exploração da Concessionária. - O presente “Aditamento”, convencionou, ainda, as alterações e ajustamentos a implementar na Concessão, por força da reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão decorrente da alteração do Plano de Investimentos, referido na alínea a) do número anterior, e da Integração das redes, prevista na alínea b) do número anterior, nomeadamente ao nível do Anexo 6 - Caso Base, Anexo 11 - Plano de Investimento, Anexo 13 - Pressupostos macroeconómicos, demográficos e fiscais, Anexo 14 - Proveitos Mínimos, Anexo 20 - TIR Acionista e do aditado Anexo 23 - Contrato de Suprimentos. Propõe-se, para os devidos efeitos, nos termos das cláusulas 43ª e 85ª a 87ª do Contrato de Concessão outorgado a 5 de julho de 2013, aprovação do Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais do Município de Oliveira de Azeméis (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) e posterior aprovação em Assembleia Municipal.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto treze à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração do Primeiro Aditamento ao**

Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais do Município de Oliveira de Azeméis.=

===== ***Ponto catorze: - Minuta de Protocolo de colaboração tendo em vista a celebração de contrato interadministrativo para as novas instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Cesar (I/81494/2019) - Autorização; =====***

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que as instalações do Posto Territorial da GNR de Cesar, não dispõem das condições adequadas à plena execução da missão desta força de segurança; - O Ministério da Administração Interna tem vindo a promover, através da Secretaria - Geral da Administração Interna, a execução de um programa de modernização e operacionalidade das forças e serviços de segurança, no quadro da Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança do Ministério da Administração Interna (Lei nº 10/2017, de 3 de março), o qual visa atuar nos locais previamente identificados como desadequados; - Que os Municípios constituem parceiros privilegiados do Governo, na manutenção de um Estado seguro; - O interesse público municipal em face da finalidade, segurança das populações melhoria das condições do serviço público a prestar pelas forças de segurança; - A designação do trabalhador Humberto Graça, como Gestor do presente Protocolo (art.º 290.ºA do CCP). Propõe-se: Ao abrigo da alínea r) do n.º1 do art.º 33º e alínea k) do n.º 2 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 e posteriores alterações, conjugados com o n.º5 e 6 do art.º 22º da Lei n.º73/2013, e posteriores alterações, a aprovação da minuta do Protocolo de colaboração a celebrar com a Secretaria Geral de Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com vista a assegurar a construção de novas instalações do Posto Territorial da GNR de Cesar, em condições funcionais e operacionais adequadas ao cumprimento da missão pública desta força de segurança, nos termos e condições ali estabelecidas.” =====*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *Eu queria pedir desculpa aos senhores deputados. E queria pedir desculpa, sobretudo ao Carlos Almeida que está em substituição do José Campos e eu não dei a explicação que o José Campos tinha sido substituído pelo Carlos Almeida. Eu não tive oportunidade de o cumprimentar porque ele não estava aqui no início. Mas, peço desculpa por o não ter referido. Dar uma nota muito breve: Conforme referiu a Senhora Presidente estamos a falar do contrato interadministrativo para as novas instalações do Posto Territorial de Cesar. Esta é uma solução diferente da solução que foi encontrada para Cucujães. Em Cucujães reabilitou-se um edifício público, edifício das antigas finanças. Aqui estamos a falar de um Posto de raiz. Embora, também*

tenhamos ensaiado, numa primeira fase, com a junta de Freguesia de Cesar que prontamente disponibilizou a casa para o efeito, uma solução semelhante. Essa solução não foi bem encarada pela Tutela, pelo Ministério da Administração Interna, porque obrigava a um investimento enormíssimo. Optou-se pela construção de um Posto de raiz. A Câmara disponibiliza o terreno, paga o projeto de execução. E neste momento o processo está do lado da Administração Interna. Portanto, nós fizemos um anteprojecto que foi entregue. Tive a oportunidade de com um técnico da Câmara ir apresenta-lo a Lisboa ao Ministério da Administração Interna. Foi avaliado. Foram sugeridas um conjunto de alterações. Foram implementadas essas alterações. Neste momento vamos reunir na próxima semana, desta vez com o Comandante do Destacamento Territorial de Oliveira de Azeméis para ouvirmos algumas sugestões que ele próprio tem a fazer, no sentido de perceber se elas são acomodáveis. Eu queria aqui realçar e sublinhar o empenhamento permanente da Junta de Freguesia de Cesar em todo este processo. Portanto, A Junta de Freguesia de Cesar, através do Senhor Presidente, foi incansável na pressão, por um lado, exerceu na Câmara Municipal e na própria Tutela para que esta solução viesse a ser encontrada, mas, naturalmente, na disponibilidade permanente para conjuntamente com a Câmara Municipal nós fazermos este caminho de dotarmos a Freguesia de Cesar de um novo Posto de GNR, tranquilizando todos aqueles que temeram e vaticinaram, alguns vaticinaram, o fecho do Posto na Freguesia. Portanto, estamos em condições de concretizar esta aspiração. Aquilo que nós pretendemos é ter por parte do Ministério da Administração Interna a aprovação do anteprojecto para lançarmos o projeto a concurso e depois, naturalmente, desenvolvamos o processo para a construção do Posto. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Helga Correia, José Ribeiro, Augusto Moreira e Bruno Aragão. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Dizer, Senhora Presidente, antes de iniciar a discussão do ponto catorze e porque há bocado já ia longo o período do PAOD e longo vai também o Período da Ordem do Dia, mas tenho mesmo que dizer e lamentar que, nesta Assembleia quando não se tem nada a dizer ou a acrescentar - e refiro-me à recomendação do Partido Social Democrata, se parta para o ataque pessoal aos deputados da oposição, num ato de deselegância - senhor deputado. Nunca foi essa a minha postura nas Assembleias Municipais nem em qualquer lugar. Não me revejo nesse tipo de posturas. Nunca me vão ver nesta Assembleia Municipal nem na Assembleia da República a ter esse tipo de comportamento, nem em qualquer fórum que eu participe. A função de um deputado municipal é fiscalizar o trabalho da Câmara, alertar quando necessário e, também, quando necessário, parabenizar por tudo aquilo que é feito e que é pertinente. E, nesse sentido, Senhor

Presidente, já o disse na Assembleia da República, e digo aqui hoje, é com agrado e satisfação que vejo o agendamento deste ponto para aprovação da minuta de protocolo de colaboração tendo em vista a celebração do contrato interadministrativo para as novas instalações do Posto territorial da Guarda Nacional Republicana de Cesar. Só que, quanto a esta minuta, Senhor Presidente, há algumas dúvidas que suscitam, nomeadamente alguns esclarecimentos sobre a cláusula sete - diz nessa cláusula: o presente Protocolo caduca se não avançar a obra no prazo de 2 anos. Esta cláusula levanta-nos algumas questões, porque o projeto de execução será - como disse - da responsabilidade da Câmara Municipal, mas está sujeito a aprovação do Ministério da Administração Interna e também da Guarda Nacional Republicana. Primeira questão: Em que fase é que estamos? O projeto de execução já se iniciou ou não? O presente protocolo já foi assinado ou não, porque essa informação, pode ser desconhecimento meu, não a consegui obter, quando é que vai ser assinado? E chegados a esta fase: todos nós esperamos, o Município espera que as obras se iniciem o mais rapidamente possível e no prazo destes 2 anos, Senhor Presidente a pergunta que lhe faço é: no caso de não avançarem, por infortúnio de algum entrave que por vezes acontece, o que é que o Município está a pensar fazer nesse caso? Muito obrigada. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **José Ribeiro**, do PS. =====*

===== Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, membros da mesa, executivo, colegas deputados, presidentes de junta, senhoras e senhores. Todos sabemos da importância das forças de segurança no nosso território e da sua necessidade para segurança das nossas populações. Este serviço, imprescindível, é prestado no nosso território pela Guarda Nacional Republicana através de 1 quartel na cidade e 2 postos territoriais, um em Cucujães, outro em Cesar. No ponto que agora discutimos, falamos em concreto do posto territorial de Cesar que serve cinco freguesias de Oliveira de Azeméis e três de Arouca representando uma área territorial com elevada densidade populacional, na ordem dos 19.000 habitantes. Todos sabemos das condições de funcionalidade e operacionalidade do posto, não vale a pena voltar a referir o mesmo. Já por diversas vezes, aqui e noutras locais, o posto da GNR de Cesar foi notícia e não pelas melhores razões. As condições deste posto são, de facto, mais do que sofríveis. Não prestigiam as forças de segurança, não lhes dão condições de trabalho e, sobretudo, não facilitam a sua capacidade operacional. Em 2017 Oliveira de Azeméis tinha dois postos da GNR por requalificar. Todos se lembrarão do ruído que se gerou, do alarmismo que se criou e do fatalismo que se tentou passar. O posto da GNR de Cesar estava condenado ao encerramento e o de Cucujães condenado a não ser requalificado. A autarquia sempre disse que não desistia de nenhum dos postos, do esforço pela sua manutenção e pela requalificação das infraestruturas. O de Cucujães é já uma realidade no terreno e o de Cesar tem agora um passo importante. Com recato, com a serenidade que estes processos merecem. Hoje, vejo como alguns dos que venderam

fatalismos, se apropriam com muita facilidade dos méritos. Há coisas que não se percebem. O executivo soube aproveitar a oportunidade e estabelecer os contactos necessários para a resolução deste problema. Calmamente, com o bom senso necessário, mas convictos no objetivo de resolver a situação do posto de Cesar e garantir as melhores condições para quem lá trabalha e para quem precisa de se deslocar ao posto. Foi assim com o posto de Cucujães, será assim com o posto de Cesar, esperamos, mas conscientes de que esta é apenas uma fase de um longo processo, para o qual temos que continuar a trabalhar. Não pode haver inaugurações de papel. Falamos agora de uma construção de raiz e não da reabilitação do posto atual, conforme chegou a ser equacionado. Sr. Presidente, não duvidamos da sua determinação para resolver mais este problema, assim como não duvidamos no caso do posto de Cucujães, ou do caso do Centro de Saúde, do Zé da Curva, entre outros. Todos sabemos que estas coisas demoram tempo, que precisam de tempo, mas no pouco tempo que já passou neste mandato, este é mais um assunto que pelo qual nos congratulamos por, finalmente, começarmos a discutir a solução e não o problema.

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Augusto Moreira** - Presidente da Junta de Freguesia de Cesar. =====

===== *Quero aproveitar esta ocasião para congratular-me e agradecer o trabalho e a contribuição que todos deram para a resolução deste problema. E verificar que neste momento já se vê alguma luz ao fundo túnel. Agradecer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal pelo empenho na condução deste processo. Ao longo deste tempo a Junta de Freguesia esteve sempre serena, mas tem feito o trabalho de casa estabelecendo contactos e pontes entre o Município, o Governo e GNR e os Presidentes de Junta desta área de intervenção do Posto de GNR. E muito importante foi o esforço que temos feito para garantir o funcionamento do atual Posto. Porque, por várias vezes houve espectro de ele fechar por falta de condições. E a Junta de Freguesia tem gasto muitos milhares de euros, por ano, para minorar e melhorar as condições dos militares que estão a atuar no Posto de GNR de Cesar. Temos feito obras nos telhados, janelas, pisos portas, WC, saneamento. Até no aquecimento do Posto temos intervindo, porque o material para o aquecimento a lenha vem sempre quando eles não precisam, quando precisam não têm. E lá está a Junta de Freguesia a socorrê-los. E, ainda por cima, uma viatura porque têm uma área de intervenção enorme e também não tinham viaturas e até isso a Junta de Freguesia foi capaz de providenciar uma viatura para que o trabalho destes militares tivesse algum impacto na população. Mais uma vez agradecer a todos. Mas, isto é uma etapa, temos todos de lutar afinadamente e contar com o esforço de todos para que esta obra seja uma realidade. Muito obrigado.* =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== *Senhora Presidente, é rápido. Como faço sempre nestas ocasiões, seja em defesa da honra, seja em deselegância, olhos nos olhos e no sítio próprio, sou sempre a primeira pessoa a pedir desculpa se de facto fui deselegante. E reconheço que o possa ter sido. Devo dizê-lo e, portanto, fica aqui publicamente o meu pedido de desculpa. Efetivamente, não deveria ter dito que a senhora deputada não tinha feito nenhuma intervenção nos 4 anos do último exercício, não deveria ter dito que a senhora deputada só fez intervenções já com este exercício e portanto, devo pedir desculpa por isso. Mas reconhecerá também que no exercício de um cargo publico o nosso trabalho passa muito para lá do que são estas reuniões formais ou reuniões de outros fóruns. E várias vezes, em várias matérias, e são três, e são sistemáticas, e sobre isso não me devo alongar, o que tem acontecido sistemática e reiteradamente é que assuntos que são da natureza do município tenha servido para aproveitamento politico que só tem prejudicado muito do trabalho. Eu podia dar o exemplo da Escola de Fajões. E sobre isso, nós, procuramos sempre manter a tranquilidade. Foi nesse âmbito que eu procurei fazer aquela intervenção. Já percebi que foi deselegante - eu próprio reconheço-o, e, portanto, fica aqui, publicamente, o meu pedido de desculpa.*=====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores.*=====

===== *Senhora deputada Helga, a minuta do protocolo obviamente que não foi assinada porque tem que ser aprovada aqui na Assembleia Municipal e só depois disso é que estaremos em condições de a assinar. Portanto, seria extremamente deselegante e incorreto assinarmos um protocolo sem que a Assembleia Municipal, que é o órgão próprio para o aprovar, o fizesse. Bom, em relação ao projeto de execução: O projeto de execução também só pode ser lançado a concurso depois de a Câmara Municipal obter por parte do Ministério da Administração Interna a sua concordância, e naturalmente a GNR, em relação ao próprio projeto. Porque, como sabe, estes projetos têm um conjunto de especificidades, que não são fáceis, nomeadamente com a sala de armamento, com a sala de interrogatório, com a localização das celas, com a própria sala do Comandante, com os acessos ao equipamento, tem que ter acessos autonomizados. Portanto, há aqui um conjunto de questões que o projeto tem que observar, para além, obviamente, das trespostas sociais que tem que ter, ginásio, cantina, dormitório. Aquilo que nos competia foi feito em tempo recorde. Nós fizemos numa semana, desde o desafio, - o desafio aconteceu na reunião com as equipas de projetos do Ministério da Administração Interna - até a apresentação de um anteprojecto em Lisboa; Nós numa semana pusemos o anteprojecto em Lisboa. Neste momento a bola, está a meio, está do lado de cá e está do lado de lá. Porque, obviamente, estamos para promover essa reunião na próxima semana, já segunda-feira, com o senhor Comandante de Destacamento Territorial de Oliveira de Azeméis. Portanto, ouvidos os seus contributos, nós*

vamos continuar a pressionar o Ministério da Administração Interna para que nos dê autorização para lançar a obra a concurso - a obra: estou a falar do projeto de execução. Mas, naturalmente que, para isso, precisamos da assinatura deste protocolo, desta minuta deste protocolo, para que seja possível desenvolver o processo. Mas eu estou confiante que as coisas vão avançar e vão avançar rapidamente. Isto, sinceramente, não são precisas medalhas, não são precisas estátuas, nem são precisos agradecimentos, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar. Porque isto é o resultado de um trabalho de várias pessoas, meu, da minha equipa, dos senhores vereadores do executivo, dos membros da assembleia municipal, do Senhor Presidente de Junta, dos senhores deputados dos diferentes partidos e, portanto, este é um mérito que deve ser naturalmente reconhecido a todos. E o que importa é que efetivamente tenhamos esta resposta no nosso concelho que, a concretizar-se, permitirá que nós fiquemos com os três Postos que temos instalados no nosso território em boas condições. Isso é relevante e é isso que importa aqui sublinhar. Muito obrigado.=====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto catorze à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração da minuta de protocolo de colaboração com a Secretaria Geral de Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana, com vista a assegurar a construção de novas instalações do Posto Territorial da GNR de Cesar.*** =====

===== **Ponto quinze: - Minuta de Protocolo a celebrar com TIP - Transportes Intermodais do Porto-ACE (Produtos Andante) (I/81022/2019) - Autorização/ Ratificação;** ==

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:*
- O Programa de Apoio à Redução Tarifária implementado pela Área Metropolitana do Porto alargou o Sistema Intermodal Andante [SIA] a todo o território da AMP; - Este alargamento tornou necessária a ampliação da cobertura territorial da rede de vendas Andante, essencialmente através: i) do alargamento da rede de revendedores Payshop; ii) da venda de títulos intermodais nas bilheteiras e MVA da CP Urbanos do Porto; e iii) de uma rede de postos de personalização localizados em alguns Municípios da AMP. - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações nos diferentes domínios e atribuições previstas na lei (Art.º 2º, do anexo I, da Lei nº 75/2013 e posteriores alterações); - Que a prossecução das atribuições e o exercício das competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais devem respeitar os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado, (Art.º 4º, do anexo I, da Lei nº 75/2013 e posteriores alterações); - Que os municípios dispõem de atribuições, no domínio dos Transportes e Comunicações e Promoção do

Desenvolvimento (alínea c) e m) do n.º 2 do art.º 23º do anexo I, da Lei nº 75/2013 e posteriores alterações); - O disposto no art.º 156º e 164º do C.P.A.; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008 de 29.01 alterado e republicado D.L. n.º 111-B/2017 de 31.08, tendo em conta o objeto do contrato; - Ao abrigo do artigo 5º, 55º e 200º, do CPA e normas retrocitadas da Lei nº 75/2013 (e respetivas alterações); Propõe-se: Que seja aprovada a minuta Protocolo a celebrar com o TIP - Transportes Intermodais do Porto-ACE (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), que tem por objeto fixar os termos e condições da implementação do sistema intermodal Andante no Município de Oliveira de Azeméis, decorrente do Programa de Apoio à Redução Tarifária da Área Metropolitana do Porto, ratificando-se e convalidando-se todos os atos, com efeitos á data a que respeitam ou foram praticados, ao abrigo do mesmo.” =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Como sabem, nós fazemos parte da Área Metropolitana do Porto, temos um concurso público que está a ser preparado para implementarmos os transportes metropolitanos. Temos um programa de apoio à redução tarifária. Temos um título designado por “Andante” que permite que as pessoas andem em três zonas contíguas do mesmo território ou territórios adjacentes e por 40€ andem em todo o território da Área Metropolitana do Porto. E o município de Oliveira de Azeméis foi um dos que resolveu ter no seu GAM uma loja de venda dos títulos “Andante”. Está previsto, na empresa que vai gerir os transportes metropolitanos, um comissionamento pela venda dos títulos “Andante”. E, portanto, aquilo que estamos aqui a fazer é autorizar esse comissionamento, essa percentagem, essa comissão - que eu julgo que é de 2% sobre cada título vendido; que essa comissão possa ser paga ao município de Oliveira de Azeméis.*

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Albino Martins.*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD.* =====

===== *Senhor Presidente da Câmara, o protocolo a celebrar com os Transportes intermodais do Porto, cuja minuta aqui vem hoje, não nos merece qualquer reparo porque se trata apenas da venda de produtos Andante na área do nosso município. Como dissemos aquando da discussão desta medida governamental, ela é benéfica para as populações e contribuí para a crescente utilização dos transportes públicos. Para Oliveira de Azeméis nem tanto porque não temos uma rede de transportes à altura das necessidades. Ainda assim, naquilo que temos era bom poder*

usufruir das mesmas condições. Vejamos: O Andante seria benéfico para os oliveirenses se, numa deslocação ao Porto em autocarro, pudessem fazer um percurso direto sem demorarem tanto ou mais daqui a S. João da Madeira do que de S. João da Madeira ao Porto; se numa viagem de comboio pelo Vouguinha pudessem chegar ao Porto em metade do tempo que hoje levam para chegar a Espinho; se pudessem utilizar efetivamente o Andante em todas as deslocações dentro da Área Metropolitana do Porto. Apraz-nos registar que o TUAZ já está incorporado no Andante mas com o Vouguinha não é assim. Se um dia, como se promete, a Linha do Vouga for modernizada não pode ficar de fora do andante. Até lá também devia estar contemplada para ter maior procura. Já basta a degradação em que caiu e o mau serviço que presta para afastar os utentes. Senhor Presidente, Por falar no transporte público municipal, esse sim, um serviço cada vez mais utilizado, permito-me dois pequenos reparos para a sua melhoria: os postes das paragens foram recentemente limpos de todos os painéis, publicidades, horários, restando apenas as estruturas. Gostava de saber se vão ser afixados os novos horários já em vigor há mais de um ano. É que já muitos oliveirenses utilizadores deste meio de transporte ficaram nas paragens à espera do autocarro que não chegava. Os novos horários estão melhores, reconhecemos, e os utilizadores diários rapidamente se habituam a eles. Mas não há só utilizadores diários. Com o horário afixado, sabe-se com o que se conta, desde que, como também já aconteceu, o transporte não passe antes da hora só porque, não havendo passageiros na paragem anterior, foi ganho algum tempo. Portanto, são pequenos reparos, pequenas achegas, no sentido da colaboração. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

===== Bom, há qui um equívoco, todos os transportes metropolitanos estão incluídos no sistema Andante, todos fazem parte do sistema Andante. Uma outra nota: Nós não podemos falar sobre a rede atual, porque não é isso que está em causa. O concurso público não é para a rede atual. O concurso é para a rede atual expandida. E portanto, nós vamos ter um reforço substancial da rede no nosso concelho. Portanto, vai haver uma melhoria substancial, naquilo que são as respostas ao nível dos transportes públicos e ao nível da interligação entre o nosso território, entre as diferentes zonas do nosso território. Aquilo que está a acontecer nas nossas paragens é, efetivamente, uma mudança da imagem onde vamos ter para além da afixação dos horários uma outra novidade que a seu tempo será devidamente publicitada e terão a oportunidade de perceber. E, portanto, esta situação é uma situação que está neste momento em produção. Portanto teremos nos próximos tempos esse problema resolvido. Deixar aqui uma nota clara, em relação ao desafio enorme que representa para os municípios este programa de apoio à redução do tarifário, este concurso público que vai ser lançado muito recentemente a concurso: Estamos a falar de um concurso público de, números redondos, 50.000.000,00€. Percebem a dimensão deste concurso, a importância deste concurso. Estamos a falar de um concurso enorme que vai mudar

completamente o paradigma dos transportes metropolitanos. E portanto, hoje é evidente que existem um conjunto de dificuldades, de constrangimentos. A linha do Vale do Vouga não é a resposta que ambicionamos. Mas está no Plano Nacional de Investimentos 2030 considerada a sua requalificação. Ouvimos muito recentemente anunciar um investimento de 800.000.000,00€, que poderá chegar a 1000.000.000,00€ com um investimento de 200.000.000,00€ no MetroBus. E caberá também aos municípios apresentarem projetos agora para convencerem a Tutela a fazer esse investimento. Mas, o que importa que nós percebamos é que, aquilo que se pretende é que nós tenhamos as ligações na área metropolitana muito mais baratas. Isso já se consegue com este programa de apoio à redução tarifária, independentemente desses constrangimentos que o senhor deputado Albino Martins referiu, porque, hoje, as pessoas que pagavam 100€ por um passe pagam 40€ por um passe. Essa é que é a realidade. E portanto isto é uma economia substancial para as famílias. Deixe-me dizer-lhe que, ontem, na reunião da Área Metropolitana do Porto, aprovamos também o passe família. Onde, basicamente, aquilo que acontece, só para que percebam: é que aquilo que hoje custa 30€ para os chamados 3Z e 40€ para todo o território da área Metropolitana do Porto, passará a custar 60€ e 80€ para as famílias. Portanto as famílias terão acesso a esta resposta, independentemente do seu agregado familiar, pagando o dobro do passe intermodal que existe consoante estejamos a falar de uma zona 3Z ou da Área Metropolitana do Porto. Isto é um apoio inequívoco ao orçamento das famílias e é também, claramente, uma mudança completa do paradigma da mobilidade na Área Metropolitana do Porto. Sendo certo que, isto vai constituir um desafio financeiro, um esforço financeiro enormíssimo para os municípios. Não tenho dúvidas nenhuma sobre isso. Agora, é importante que nós percebamos que as respostas de mobilidade são fundamentais. Reforçarmos a aposta no transporte público em detrimento do transporte individual é uma meta que nos é exigida. E portanto, nós temos que prosseguir e dar passos firmes, determinados, no sentido de cumprir aquelas metas que somos obrigados em termos de redução das emissões de dióxido de carbono. E, portanto, esta é, claramente, uma aposta da Área metropolitana do Porto. É um dos dossiers mais importantes que temos neste momento entre mãos. E, portanto, aquilo que nós esperamos é que, o concurso tendo o desfecho que nós esperamos venha a ter, com o incremento brutal que estamos a ter na procura, estamos a ter um aumento substancial no número de títulos vendidos... Nós estamos a ter dificuldades terríveis. Como compreende, são os municípios que estão a indemnizar os operadores deste diferencial de perda de receita que eles estão a ter entre um passe de 130€ e um passe de 40€. São os municípios que estão a financiar. E nós fizemos contas. Mas o que é um facto é que o sucesso da medida está a originar encargos adicionais, não previstos, para os municípios. Mas que os municípios, naturalmente, terão que resolver. E, portanto, era isto que eu tinha para vos dizer. Senhora Presidente, só um esclarecimento que é para nós percebermos: A obrigatoriedade da adoção dos títulos Andante para todos os operadores, estendeu-se a todos operadores. Estamos a falar de investimento forte. Ma há operadores que tem alguma dificuldade em aderir numa primeira fase ao sistema andante. E portanto, é perfeitamente possível. E há um ou outro operador

rodoviário e há um ou outro operador ferroviário que não teve possibilidade de implementar o sistema de venda de títulos, o sistema Andante, e portanto esses constrangimentos existem. Eles têm um prazo para os implementar. Período que ultrapassado os impede de concorrer ao concurso e de ser um dos operadores a prestar o serviço.=====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração da **Minuta de Protocolo com o TIP - Transportes Intermodais do Porto-ACE (Produtos Andante)**.* =====

===== **Ponto dezasseis:** - *Aquisição de serviços de seguros (proc. nº133/19) - Compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico (I/18197/2020) - Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, no seguimento da aprovação, pelos órgãos executivo e deliberativo, da Proposta de Deliberação n.º I/54607/2019 (assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico) referente ao concurso público com publicidade internacional para a “Aquisição de serviços de seguros, pelo período de 24 meses” (Proc. 82/19 - PI/5278/2019), e dos trâmites inerentes ao procedimento com vista à adjudicação, verificou-se a ausência de apresentação de proposta para os ramos: acidentes de trabalho (pessoal do quadro); multirriscos; responsabilidade civil viaturas, tendo o procedimento, por esse motivo, sido objeto de não adjudicação nesses lotes; - Que, nos termos legais, e conforme apresentado na RQI n.º 497, se torna necessário proceder à contratação, pelo período de 12 meses, com possibilidade de prorrogação por um período de 6 meses, de serviços de seguros para os seguintes ramos: responsabilidade civil viaturas; multirriscos e acidentes de trabalho. - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante, tendo por base a consulta preliminar efetuada ao atual prestador de serviços para a celebração do referido contrato é de 227.250,00€ (duzentos e vinte e sete mil, duzentos e cinquenta euros), isentos de IVA, sendo a verba distribuída do seguinte modo: a) ano de 2020 (julho a dezembro) - prevê-se uma verba de 75.750,00€ (setenta e cinco mil, setecentos e cinquenta euros), isentos de IVA. b) ano de 2021 (janeiro a junho) - prevê-se uma verba de 75.750,00€ (setenta e cinco mil, setecentos e cinquenta euros), isentos de IVA. c) ano de 2021 (eventual prorrogação: julho a dezembro) - prevê-se uma verba de 75.750,00€ (setenta e cinco mil, setecentos e cinquenta euros), isentos de IVA. - Que, nos termos da alínea b), n.º 1, do artigo 63.º, da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (LOE 2019), ainda em vigor, por força do disposto no artigo 12º-H da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) - Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto e posteriores alterações, verifica-se que os serviços a prestar mostram-se equivalentes em termos de objeto de contrato vigente em 2019, sendo ultrapassados os preços então praticados, conforme resulta da consulta preliminar efetuada. - Os valores*

encontram-se previstos na rubrica 01030901 e 020212, através da Proposta de Cabimento n.º 392; - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22.º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação. - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Deste modo, propõe-se que Órgão Executivo: a) autorize, conforme previsto no n.º 4, do artigo 63.º, da LOE 2019, a dispensa do disposto no n.º 1, do já citado diploma legal. b) submeta à autorização do Órgão Deliberativo: 1. O compromisso plurianual, de acordo com os valores indicados supra, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, conjugada com a alínea b), do artigo 3.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e posteriores alterações, podendo ocorrer variações de acréscimo e/ou de redução aos valores referidos em função do início da vigência do procedimento, o que implicará os ajustamentos respetivos na repartição de encargos no primeiro e último ano de vigência do contrato, sem que ultrapasse o limite total máximo previsto do encargo plurianual global. 2. A repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados acima indicados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, podendo ocorrer variações de acréscimo e/ou de redução aos valores referidos em função do início da vigência do procedimento, o que implicará os ajustamentos respetivos na repartição de encargos no primeiro e último ano de vigência do contrato, sem que ultrapasse o limite total máximo previsto do encargo plurianual global.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== É para dizer que nós tivemos um concurso que ficou deserto e, por isso, temos que lançar este procedimento por 12 meses, prorrogável por mais 6 meses, para aquisição de serviços de seguros de acidentes de trabalho multirriscos e responsabilidade civil viaturas. Como estamos a falar de um período de 12 meses repartido por dois anos económicos, estamos a falar também de um compromisso plurianual que carece da vossa aprovação. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dezasseis à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar os compromissos plurianuais, bem como a repartição dos encargos em mais do que um ano económico.** =====

===== **Ponto dezassete: - Aquisição de combustíveis rodoviários a granel - Gasóleo Simples e Gasolina 95 (Proc. n.º 3/20) - Compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico (I/21043/2020) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, conforme apresentado na PAQ n.º 24 (I/17341/2020), se torna necessário proceder à abertura de procedimento para a aquisição de combustíveis a granel, nomeadamente, de gasóleo rodoviário e gasolina sem chumbo 95, para um período de vigência (estimado) de 36 (trinta e seis) meses. - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante, tendo por base os valores de referência da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)) para a celebração do referido contrato é de 389.565,00€ (trezentos e oitenta e nove mil, quinhentos e sessenta e cinco euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, sendo a verba distribuída do seguinte modo: 1. ano de 2020 - prevê-se uma verba de 53.871,00€ (cinquenta e três mil, oitocentos e setenta e um euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. 2. ano de 2021 - prevê-se uma verba de 129.855,00€ (cento e vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. 3. ano de 2022 - prevê-se uma verba de 129.855,00€ (cento e vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. 4. ano de 2023 - prevê-se uma verba de 75.984,00€ (setenta e cinco mil, novecentos e oitenta e quatro euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor - Os valores encontram-se previstos na rubrica 02010201 e 02010202, através da Proposta de Cabimento n.º 475; - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação. - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Deste modo, propõe-se que o Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo: 1. o compromisso plurianual, de acordo com os valores (estimados) indicados supra, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, conjugada com a alínea b), do artigo 3.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e posteriores alterações, podendo ocorrer variações de acréscimo e/ou de redução aos valores referidos em função do início da

vigência do procedimento, o que implicará os ajustamentos respetivos na repartição de encargos no primeiro e último ano de vigência do contrato, sem que ultrapasse o limite total máximo previsto do encargo plurianual global. A repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados acima indicados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, podendo ocorrer variações de acréscimo e/ou de redução aos valores referidos em função do início da vigência do procedimento, o que implicará os ajustamentos respetivos na repartição de encargos no primeiro e último ano de vigência do contrato, sem que ultrapasse o limite total máximo previsto do encargo plurianual global.” =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhora Presidente é exatamente a mesma coisa, em termos da necessidade da vossa aprovação. Trata-se, neste caso, de um compromisso para 3 anos económicos, para aquisição de combustíveis rodoviários a granel. Estamos a falar de uma compra de cerca de 390.000,00€ mais IVA de combustíveis, repartido por 36 meses. E portanto, carecemos da vossa aprovação para assumir este compromisso plurianual que se reparte por 3 anos económicos.* ==

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dezassete à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar os compromissos plurianuais, bem como a repartição dos encargos em mais do que um ano económico.*** =====

===== **Ponto dezoito: - Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Pinheiro da Bemposta e do respetivo projeto de Operação de Reabilitação Urbana, através de instrumento próprio, que contém a Estratégia de Reabilitação Urbana, para uma Operação de Reabilitação Urbana Simples (I/76094/2019) - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis deliberou, por unanimidade, em reunião pública de 22 de agosto de 2019, aprovar em simultâneo a proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Pinheiro da Bemposta e o respetivo projeto de Operação de Reabilitação Urbana (ORU), através de instrumento próprio, que contém a Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU), para uma operação de reabilitação urbana simples; Mais deliberou submeter a discussão pública o projeto de Operação de Reabilitação Urbana, nos termos do disposto no artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º*

80/2015, de 14 de maio e, em simultâneo, remeter ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, IP (IHRU), para emissão de parecer não vinculativo; O período de discussão pública decorreu entre os dias 23 de outubro de 2019 e 22 de novembro de 2019, inclusive, tendo sido apresentada apenas uma participação relativa ao documento “Área de Reabilitação Urbana do Pinheiro da Bemposta - Proposta de Delimitação”. Relativamente à “Operação de Reabilitação Urbana da ARU do Pinheiro da Bemposta” não se registaram participações; Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 a 6 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, findo o período de discussão pública “a Câmara Municipal pondera e divulga os resultados da discussão pública, designadamente, através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio da internet e elabora a versão final da proposta para aprovação”; Considerando o supra exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere o seguinte: 1. Apreciar e aprovar o “Relatório de Ponderação dos Resultados do Período de Discussão Pública” do projeto de Operação de Reabilitação Urbana Simples a desenvolver na Área de Reabilitação Urbana do Pinheiro da Bemposta; 2. Proceder à divulgação, através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e da respetiva página institucional da internet, bem como, através de afixação de Aviso nos lugares de estilo, dos resultados do período de discussão pública, nos termos do n.º 6 do artigo 89.º do RJIGT; 3. Remeter, a versão final da proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Pinheiro da Bemposta e do respetivo projeto de Operação de Reabilitação Urbana, através de instrumento próprio, que contém a Estratégia de Reabilitação Urbana, para uma Operação de Reabilitação Urbana Simples à Assembleia Municipal, para aprovação, ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana; Junta, em anexo: a) Relatório de Ponderação dos Resultados do Período de Discussão Pública; b) Versão final da proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Pinheiro da Bemposta e do respetivo projeto de Operação de Reabilitação Urbana Simples.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== A Senhora Vereadora Ana de Jesus está mais habilitada do que eu para falar sobre este assunto. Mas, na prática, estamos a aprovar a versão final da Área de Reabilitação Urbana do Pinheiro da Bemposta e o seu projeto Operação de Reabilitação Urbana. Portanto é apenas e só isto. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dezoito à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a versão final da proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Pinheiro da Bemposta e do respetivo projeto de Operação de Reabilitação Urbana, através de instrumento próprio, que contém a Estratégia de Reabilitação Urbana, para uma Operação de Reabilitação Urbana Simples.** =====

===== **Ponto dezanove: - Reconhecimento de interesse municipal para os efeitos previstos na alínea e), do nº 2, do artº 40º do PDM Projetos de Investimento da empresa “Quinta de Carcavelos - Empreendimentos Turísticos, SA” (I/1410/2020) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os projetos que se encontram instruídos e a decorrer sob os: PI/4228/2019 - Construção de um centro de estágio desportivo; PI/4263/2019 - Centro de eventos; PI/4215/2019 - Alteração de edifício para Hotel de Charme; - que o art. 40º do PDM, apenas confere viabilidade construtiva em espaços florestais desde que cumpridas, cumulativamente, as condições impostas no nº 2 deste artigo, sendo que uma destas abrange a construção de edifícios reconhecidos como de interesse municipal em Assembleia Municipal; - o parecer técnico emitido sob o I/73643/2019; Considerando ainda que, no âmbito das suas atribuições, compete à Câmara Municipal, no que respeita ao planeamento e desenvolvimento económico, promover e apoiar projetos de investimento com impacto positivo no e para o Município, reconhecendo-os por isso, como de interesse municipal, Propõe-se que seja aprovado pelo Executivo Municipal remeter à Assembleia Municipal para deliberação, o reconhecimento do interesse municipal dos edifícios e respetivas utilizações, conforme projetos propostos sob os processos acima identificados.” =

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Conforme é informado nos considerandos, estamos a falar de uma intenção por parte do investidor de na Quinta de Carcavelos fazer um projeto turístico, com um projeto ligado também a um Centro de Estágios de Futebol e também um projeto que visa a realização de eventos. Estamos a falar na criação de 20 postos de trabalho; Um investimento - segundo o investidor - de 7.000.000,00€. E aquilo que nós estamos aqui a pedir-vos é o reconhecimento do interesse municipal deste projeto. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dezanove à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.** =====

===== **Ponto vinte: - Reconhecimento de interesse municipal para projeto de investimento (empreendimento turístico) (I/18717/2020) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O requerimento E/6872/2020;- Que no âmbito das suas atribuições compete à Câmara Municipal, no que respeita ao planeamento e desenvolvimento económico, promover e apoiar projetos de investimento com impacto positivo no e para o município reconhecendo-os por isso como interesse municipal. Proponho que seja aprovado, pelo executivo municipal, remeter à Assembleia Municipal para deliberação o reconhecimento de interesse municipal dos edifícios e respetivas utilizações, conforme projeto proposto sob o requerimento acima identificado.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== É uma situação semelhante, mas desta vez na Freguesia de Nogueira do Cravo. Estamos a falar também de um investimento turístico que prevê, 32 quartos, 10 postos de trabalho e um investimento de 2.000.000,00€. Que carece também do reconhecimento de interesse municipal.

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto vinte à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.** =====

===== Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi proposto que a análise e discussão do ponto vinte e um ao ponto vinte e seis fosse efetuada em conjunto, o qual foi aceite por unanimidade. =====

===== **Ponto vinte e um: - Pedido de colocação de sinais de trânsito na Rua do Tornadouro - Freguesia de Macieira de Sarnes (I/81517/2019) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art. 33.º, n.º1, alínea qq); - Melhorar a circulação na Rua do Tornadouro; - O pedido registado no E/36658/2019 da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes que pede sentido único para esta rua. Proponho: Que seja aprovada a colocação na Rua do

Tornadouro os seguintes sinais: - Sinal H3 - Trânsito de sentido único, colocado no início da rua (lado sul, entroncamento com a EN 327) - Sinal C1 - Sentido proibido - colocado do lado norte, no cruzamento com a rua da Cabine. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto são pedidos das Juntas de Freguesia. São avaliados pelos nossos serviços técnicos. Pretensões legítimas. E estamos a submeter à aprovação a colocação destes sinais.* ===

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto vinte e um à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.*** =====

===== **Ponto vinte e dois: - Pedido de colocação de sinalização de lugar para cargas e descargas - Rua Professor Veiga Simão - Freguesia de Fajões (I/4809/2020) - Aprovação;** ===

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1 - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); 2 - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art. 33.º, n.º 1, alínea rr); 3 - Que, nos termos do número 1, alínea a), do artigo 4.º, do Regulamento sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, a Câmara Municipal pode definir lugares de estacionamento para cargas e descargas de mercadorias; 4 - O pedido do Município Miguel da Rocha Pinho para implementar lugar para cargas e descargas de mercadorias na rua onde tem comércio (E/15433/2019); Propõe-se: a) A colocação do sinal H1a (estacionamento autorizado), com a inscrição “Cargas e descargas, dias úteis e sábados, das 8h00 às 20h00” do Quadro XXI X do D. Regulamentar 22-A/98 de 1 de Outubro, no final da baía de estacionamento existente junto ao n.º 11 da rua do Castelo, na Freguesia de Fajões. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.”* =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto vinte e dois à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.** =====

===== **Ponto vinte e três: - Pedido de colocação de sinalização vertical para a Rua Vítor Ferreira Santos - Vila de Cucujães (I/4747/2020) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); b. A necessidade de prevenir acidentes na Rua Vítor Ferreira dos Santos, na Vila de Cucujães. c. O pedido registado através do E/33926/2019, que relata a confusão que a rua sem saída existente nessa rua causa nos utentes da mesma. Propõe-se: A colocação do sinal vertical H4 - Via pública sem saída no acesso desta rua particular, cuja entrada é a seguir ao n.º 70 da rua Vítor Ferreira Santos na Vila de Cucujães. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto vinte e três à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.** =====

===== **Ponto vinte e quatro: - Pedido de colocação de sinalização de lugar de estacionamento para deficientes motores na Rua da Lousada junto à Igreja, em Pindelo - União e Freguesias Nogueira do Cravo e Pindelo - (I/9117/2020) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos”, (art. 33.º, n.º 1, alínea rr); - Que, na alínea a) do número 2, do artigo 4.º, do Regulamento sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, a Câmara Municipal pode definir locais de estacionamento gratuito para veículos de cidadãos deficientes. - O pedido registado no E/3406/2020 da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo para um lugar de estacionamento para portador de deficiência motora. Propõe-se: - Que o lugar mais próximo do acesso por rampa à Igreja, na Rua da Lousada seja reservado e adaptado para lugar de estacionamento para deficientes motores. - Este lugar para deficientes motores deverá ter as dimensões mínimas de 3,5 x 5 m e ser identificado através de sinal H1A “Estacionamento

autorizado” com placa adicional 2.22 “Símbolo universal da Acessibilidade” juntamente com marcação horizontal do referido símbolo. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto vinte e quatro à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.** =====

===== **Ponto vinte e cinco: - Pedido de colocação de sinalização de lugar de estacionamento para deficientes motores e alteração à postura de trânsito na freguesia de Cesar (I/15003/2020) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos”, (art. 33.º, n.º 1, alínea rr); - O pedido da Junta de Freguesia de Cesar, através do E/29347/2019, para as ruas: da Gândara; Fundadores da Feira; Abílio Campos; Dr.º Francisco Portal e Silva e Central de Cesar, na Freguesia de Cesar, a fim de beneficiar a circulação automóvel e evitar acidentes. Propõe-se: 1. A marcação de um lugar de estacionamento para deficientes motores frente ao n.º 235 da Rua da Gândara, com as dimensões mínimas de 3,5 m. x 2,5 m., com o sinal vertical H1a “Estacionamento autorizado” e placa adicional 2.22 “Símbolo universal da Acessibilidade” juntamente com marcação horizontal do referido símbolo; 2. Na rua Fundadores da Feira: Sinal C1 - Sentido proibido - colocado do lado norte; Sinal H3 - Trânsito de sentido único, colocado no início da rua (lado sul). 3. Na rua Abílio Campos: colocação do sinal H3 - Trânsito de sentido único - do lado norte, a seguir à entrada do n.º 232; sinal C1 - Sentido proibido - junto ao entroncamento com a rua de Mirões, com a placa adicional Mod. 1 “a 100 m”, mais um sinal C1, colocado a 100 m a norte do anterior. 4. Na rua Dr.º Francisco Portal e Silva: Sinal C11b - Proibição de virar à esquerda - no entroncamento com a Rua Central de Cesar. (Obriga a ir à rotunda do Centro Cívico). 5. Na Rua Central de Cesar: Sinal C11b - Proibição de virar à esquerda - antes do entroncamento com a Rua Dr.º Francisco Portal e Silva. (Obriga a ir à rotunda de S. Pedro). Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto vinte e cinco à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.** =====

===== **Ponto vinte e seis: - Pedido de colocação de sinalização de alteração do sentido de trânsito em parte da rua da Igreja Matriz - Oliveira de Azeméis (I/17381/2020) - Aprovação;** ==

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos”, (art. 33.º, n.º 1, alínea rr); - Que bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal”, (art. 33.º, n.º 1, alínea qq); - O pedido registado no E/5577/2019 de Augusto Ribeiro Moreira, para a alteração da postura de trânsito na Rua da Igreja Matriz em Oliveira de Azeméis, para poder ter acesso automóvel ao seu conjunto de habitações; - Permitir este acesso sem causar muita alteração na postura existente; Propõe-se: 1. A colocação de uma placa adicional Mod. 1 com a inscrição “20 m”; no sinal C1 existente no entroncamento com a rua Padre Joaquim Salgueiro; b. A 20 m do entroncamento com a rua Padre Joaquim Salgueiro, a colocação de um sinal C1 - Sentido proibido - e o sinal A25 - Trânsito nos dois sentidos; c. Retirar o sinal C11b - Proibição de virar à esquerda - existente na rua Padre Joaquim Salgueiro, antes do entroncamento com a rua da Igreja Matriz. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto vinte e seis à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.** =====

==== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de António José Santos Silva. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António José - Presidente da Cerciaz. =====

===== Boa tarde. Senhor Presidente, um cumprimento e um cumprimento a todos os presentes. Portanto, o que me traz cá hoje. Antes de mais apresentar-me, sou o Presidente da

Cerciaz de Oliveira de Azeméis. O que me traz cá hoje é precisamente falar sobre esta matéria e falar diretamente com o Senhor Presidente. Antes do início, só uma nota à Senhora Vereadora Ana de Jesus, no sentido de que já não preciso da reunião que ela, enfim, há cerca de ano e meio, depois de eu lhe levar um projeto e estar com um projeto que ela me prometeu nessa semana e, palavras dela - que nessa mesma semana sairia uma resposta fosse ela de que forma fosse e que me daria seguimento. Portanto, a Senhora não se precisa de preocupar mais porque a instituição já terminou com esse projeto e não foi para a frente com esse projeto, infelizmente. Eu estou cá hoje e pensei seriamente de que forma é que deveria estar: Se deveria estar cá? Se não devia? Deixe-me dizer que: Estou na Cerciaz como voluntário há dezasseis anos e, não me recordo, mesmo pela história que a Cerciaz me deixou e que me deixa, não me recordo de existir, efetivamente, um Presidente do Município de Oliveira de Azeméis que atue discriminadamente desta forma com a Cerciaz. E eu, obviamente, estou aqui hoje para falar diretamente, olhos nos olhos, com Vossa Excelência Senhor Presidente da Câmara Municipal, porque acho que é o momento perante esta plateia de podermos discutir, denunciar, o que lhe quiser chamar. Obviamente o discurso é dele e é sempre pomposo e de circunstância. Só lhe queria pedir uma situação: Que não levasse isto para um conteúdo político, efetivamente - que já hoje aqui se quis levar nas apreciações para um conteúdo político, porque eu não sou político e não sei fazer política e peço desculpa se não consigo, enfim, responder politicamente aquilo que as pessoas ou que, eventualmente, como político o Senhor Presidente pretende. Portanto, dito isto, o que eu estava a dizer: tive que vir cá porque a instituição, como sabem, merece o maior carinho, respeito por todos. A instituição faz este ano, e eu faço aqui uma retificação, já foi aqui dito que é em março, não, é em maio, quarenta anos de existência. E essa existência a todos nós nos traz um pouco. Portanto, temos aqui várias pessoas, temos vários elementos, com várias idades e, obviamente trata-se de ter algo que por vezes algumas pessoas que não compreendem e Vossa Excelência o Senhor Presidente não compreende isto. Não sei porquê? Que eu dou carinho e paixão. Portanto, trato com carinho e paixão. Quando trato com carinho e paixão obviamente o meu tom e às vezes a minha insistência para com Vossa Excelência é, de facto, se calhar, mais acutilante. Não quero deixar aqui com isso dizer que obviamente já não tivemos boas conversas e que, obviamente, não poderemos ter boas conversas, estou sempre disponível enquanto Presidente da instituição para ter abertura para essas mesmas conversas. Chegado a esta parte, obviamente que, então, pensei - e voltando ao assunto - se podia estar aqui. E efetivamente devo estar cá nesta sala e perante vocês, Vossas Excelências, todos que estão cá presentes, devemos discutir um assunto que é sério e que pertence a todos, pertence à comunidade. E que não é menos ou mais importante se o trabalho - e como eu referi aqui inicialmente, por exemplo o trabalho da Senhora Vereadora, que está a ser paga pelo município, que me atendeu e depois acha que o meu trabalho que é voluntário não tem o mesmo valor que tem o da Senhora Vereadora. Portanto, eu quero deixar aqui um bocadinho explanado, que o meu trabalho como voluntário é exatamente igual ao das pessoas que estão a ser remuneradas. E que sou um grande pagador para este país

de impostos. Posso afirmar isso, porque é verdade. Conclusão: O Senhor Presidente, quando ainda não tinha tomado posse da sua eleição, fez uma visita à Cerciaz. Eu tive o cuidado de o receber, assim como a toda gente que pediu para ser recebida, obviamente, para sentir os problemas. Perfeitamente normal. Foi uma conversa, no meu entendimento, muito boa, muito cordial. Uma disponibilidade imensa do Senhor Presidente para sentir os problemas, para tentar perceber até que fosse um problema muito pequeno. Bom, com esse entusiasmo, também obviamente e os senhores e as senhoras percebem que também me cria entusiasmo a mim. Pois, eu estou a dar o meu melhor, este entusiasmo vindo do Senhor Presidente: Ótimo. É para isso que temos que caminhar e andar. Bom, tudo isto é ao contrário. O Senhor Presidente tratou isto de uma forma discriminativa. E eu não posso aceitar que o Senhor Presidente - E eu enquanto Presidente da Cerciaz permita que o Senhor Presidente, olhos nos olhos, trate a Cerciaz discriminadamente. Não posso aceitar. O Senhor até pode ter as razões todas que tiver. Então, no sítio certo e no momento certo, faz favor, trata-as. Agora, não pode é estar à espera que eu, hoje, ao fim de dois anos e tal, tenha que vir aqui porque é o único sítio que devo vir, e entendo que devo vir, explicar e colocar questões porque é que o Senhor discrimina a Cerciaz. Uma resposta agora há bocadinho, ao senhor deputado, que o Senhor Presidente deu, aliás duas: O Senhor diz assim: Bom, os utentes - isto a propósito dos utentes da Cerciaz - os utentes da Cerciaz se tiverem um acidente numa rotunda, como é que se resolve? Ó Senhor Presidente, imagine o Senhor que tinha visitado os utentes / trabalhadores da Cerciaz numa rotunda e nessa mesma rotunda o Senhor Presidente tinha um acidente. Exatamente igual. Como é que o Senhor resolvia? Obviamente que é com o seguro que o senhor tem de acidentes de trabalho, pagos, e que a companhia de seguros tinha que resolver. É exatamente igual como o senhor há um bocadinho aqui, altivamente, perguntou: como é que se faz? Como é que se faz? Trata-se com os seguros, obviamente. E na Cerciaz e com os utentes da Cerciaz que faziam o trabalho para a instituição e neste caso para o município, publicamente, é exatamente igual. Nem mais nem menos. Penso que tem a resposta e não carece do seu comentário acerca desse assunto para não perdermos muito tempo. Bom, depois acerca do assunto das chaves. Ouça, eu não quero efetivamente estar a colocar o Senhor Vereador - permita-me uma expressão que não quero que lhe cause nenhum tipo de transtorno, mas não quero colocar o Senhor Vereador Rui Luzes no mesmo patamar de Vossa Excelência porque ele efetivamente é um homem diferente. Diferente, obviamente, para que institucionalmente ele sinta os problemas. Deixe retificar-lhe uma coisa: o Senhor quando pergunta as chaves. Então, repare uma coisa: o Senhor corta ... =====

*===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra para dizer: =====*

===== Senhor António, eu só lhe pedia, se fosse possível, tentar ser objetivo na questão que quer colocar. E compreendo que está acalorado, mas que tente também se controlar um pouco para não dar um ar muito agressivo à intervenção. =====

===== *O Senhor **Antônio José** - Presidente da Cerciaz - continuou a sua intervenção.*=====

===== *Obrigado. Peço desculpa. O que é que acontece aqui - para ser então o mais rapidamente - Sobre as chaves que o Senhor coloca e que foram entregues. Obviamente, Senhor Presidente: se o senhor ou se alguém nos entrega umas chaves de uma escola que, neste caso existia um projeto para o local, para trinta alunos e temos uma lista, infelizmente, de 46 utentes, o Senhor como Presidente do município é responsável. Porque o senhor ao retirar o edifício que estava devidamente focado e que a Segurança Social não pode depois dar seguimento a esse protocolo. Obviamente o Senhor tem que se lembrar de uma coisa: Então, como é que o senhor faz com a lista de 40 e tal utentes que a instituição tem e que não dá resposta? - Então, o Senhor tem que ser responsável por isso: - O Senhor tem que vir a público dizer: Olhe - a Cerciaz efetivamente não fez por este motivo ou por aquele, mas eu sou responsável. E fui eu quem tomou conta deles. Ótimo. Se o senhor presidente tomou conta, ótimo. Agora, por favor Senhor Presidente, eu peço-lhe uma coisa: e é a minha questão final, olhos nos olhos, - não faça mais mal à Cerciaz. Por favor. Quer que eu lhe faça mais alguma coisa que o Senhor ache que é ...; - já estou publicamente a pedir; - Eu posso-lhe implorar também. Não tenho problemas nenhuns. Sabe que eu trato-o por amor e paixão. Não há problema nenhum de lhe implorar. Agora, se é este o caminho que o Senhor quer, eu tenho que dizer hoje aqui isto, para, enfim, caminhar para o final, que é o seguinte: Eu percebo, e isto é muito difícil para mim, e só o percebi há algum tempo, o Senhor quer fechar a instituição. Isso é verdadeiro. Sim, Senhor Presidente. Não olhe para mim. Porque eu vou dizer aqui determinadas coisas, na hora tardia, obviamente. Sou eu que estou negligente na situação? Então? O Senhor é que quer. Olhe: o Senhor começa por cortar todos os protocolos, tínhamos alguns. Todos. Por isso é que se entregou a chave. Quando os senhores terminam todos os protocolos tem que se entregar as chaves. Veio o senhor vereador, excelente, não vou comentar, pedir se eu ficava com a chave de um pequeno espaço que nós tínhamos no centro da cidade. Eu disse-lhe a ele, expliquei-lhe os motivos. Alias, nós temos falado muito sobre os motivos que me traz hoje aqui da Cerciaz. Durante este percurso de dois anos e tal temos falado muito, eu e o Senhor Vereador. Efetivamente acho que não se revê nisto, em boa-fé digo isto, não se pode rever e não se revê com certeza. Entregou-se as chaves todas. Obviamente, se os senhores terminam com todos os protocolos devem, obviamente, querer receber todas as chaves. Olhe, dou-lhe os parabéns. O senhor continua lá com a escola devoluta - permita-me a expressão: a apodrecer, e a Cerciaz não deu encaminhamento a uma listagem de trinta e tal crianças com problemas de deficiência, onde hoje poderia estar a dar uma resposta. E sabe o que é que acontece? Eu tenho os pais todos os dias lá a questionar quando é que lhe dão resposta. Isto é que é preciso, Senhor Presidente, pensar e depois na sua intervenção dizer-me por favor se o Senhor deu resposta a esses trinta utentes. Porque a listagem é de trinta e tal. Se o senhor deu resposta: Ok, muito bem. Peço por favor que me informe, porque eu gostava de saber. Outra*

situação, acerca do fecho Pois com certeza que sim. O senhor cria-nos problemas destes: fim dos protocolos? O senhor acha normal um protocolo que acaba passado e dois ou três meses e o senhor não lhe dê conclusão? Quando eu pedi uma reunião e o Senhor me disse que, efetivamente iria ver, de uma forma genérica, porque o protocolo não estava bem. E eu expliquei a Vossa Excelência que as coisas foram feitas pelo município, pelos técnicos do município, pelos advogados, se houvesse alguma coisa que não estivesse bem fazia-se como já se fez no passado - E na minha ótica bem: era uma ata, ou uma adenda, onde se diria lá: “onde se lê legislação tal ou procedimento tal, passa-se a ler o procedimento tal”. Assinávamos todos, estava tudo bem. O senhor não. O senhor simplesmente já perguntou o que é que a Cerciaz faz depois com o fim destes protocolos, que o senhor terminou indevidamente? E que não devia ter terminado - digo eu, no meu entendimento. Esperava que terminassem e depois, então, se não desse continuidade, seria outra situação. Mais, o Senhor acha normal, o senhor dar indicação, depois de tudo isto, onde aparecem hoje consecutivamente técnicos da Câmara Municipal a fazer vistorias ilegais - deixe-me dizer: ilegais, na presença da GNR e na presença da Indáqua: Onde o Senhor a propósito do corte da água diz: “nós não podemos financiar motivos correntes, contas correntes a fornecedores”. Está bem, mas o senhor pode fazer uma participação. Porque o senhor sabe, porque eu expliquei-lhe quando me visitou, ainda não era como presidente, eu expliquei-lhe tudo e abri-lhe completamente jogo. E aí o Senhor entusiasmou-me, queria saber tudo e mais alguma coisa. E depois, de repente, o Senhor enganou-me. Sim, porque eu hoje sinto-me enganado. Eu expliquei-lhe todos os problemas que tínhamos desde a água, desde os transportes, tudo. E o senhor o que é que fez? Pega nisso e usa contra a Cerciaz. Então isso não é fechar? O senhor sabe que os seus serviços, há dias, se apresentaram com a Indáqua, onde, inclusive, os senhores não o podem fazer porque a Câmara Municipal, só tem - e corrija-me se estou enganado - só tem responsabilidade sobre as águas pluviais, não tem qualquer responsabilidade sobre o saneamento. E, aparecem todos, no cumprimento com a legislação, todos com a GNR. Veja só ao ponto onde chegamos: onde peço a todos que me deem um documento: o que é que vêm lá fazer? Sim, vêm à instituição, aparecem todos de surpresa. A legislação Senhor Presidente diz assim: que tem que avisar com antecedência de dez dias em carta registada, dizer à instituição o que é que vêm lá fazer e o que é que querem verificar. Ouça, não foi por isso que eu não deixei ver tudo o que quisessem ver. Sabe qual foi o procedimento que tiveram a seguir? Olhe: a Indáqua mandou dezassete mil euros de saneamento que nós nunca usamos. Uma fatura de dezassete mil euros. Então, isto não é fechar a instituição? Com a sua ajuda? Estavam lá também os seus técnicos. E o senhor não pode dizer que não, faz parte do relatório. Quer outra: Vossa Excelência chega e diz: fechar a instituição, não. É. O senhor corta a água, o senhor corta algum benefício que se faça, corta protocolos, discrimina completamente a instituição. Diz-me: Ouça, nós vamos fazer uma coisa genérica, que também não sei muito bem como é que se faz, com todas as instituições. Oh, Senhor Presidente: então, o Senhor ainda a nenhuma instituição deu qualquer benefício? Que eu saiba, sim. O senhor já deu alguns benefícios a outras instituições. Veja lá qual é o motivo

porque é que deu às outras e não deu à Cerciaz. Se isto é discriminatório ou não é. No meu entendimento, é. E o senhor deve ter o cuidado de não fazer este tipo de procedimento porque desestabiliza a instituição, onde todos nós trabalhamos, onde todos nós trabalhamos voluntariamente, onde eu trabalho voluntariamente e dou o meu melhor. Há trabalho lá para todos. E se o Senhor Presidente entender que quer vir também como voluntário trabalhar dentro da instituição; Ouça, eu faço-lhe o convite, hoje: Se o senhor quiser como voluntário fazer parte da instituição? Venha que nós recebemo-lo de braços abertos. Aliás, próximo do seu discurso quando o Senhor nos visitou inicialmente. Repare: o Senhor só pegou nos nossos problemas e tentou encerrar a instituição. O Senhor em que é que ajudou a instituição? Nada. Portanto, a Instituição, este ano, vai fazer quarenta anos. E eu mais uma vez e hoje publicamente, efetivamente foi o sítio, e acho que é o sítio adequado para nós podermos ter esta conversa, porque não temos outro sítio - Eu peço-lhe - porque o senhor não tem mais mal que faça à Cerciaz - Eu também estou aqui hoje, um bocadinho, porque em termos de Cerciaz, de fazer mal à instituição o senhor não tem mais nada. Já terminou tudo. Eu gostava que o senhor confirmasse se efetivamente esta discriminação é para continuar, se nós temos que, definitivamente, terminar com isto ou, se temos efetivamente que chegar a um consenso e dizer assim: Olhe, eu como Presidente da Câmara não me vou colocar em mais situação nenhuma e vou ver qual é o procedimento que o município e que a Câmara tem para com a instituição e definitivamente sanar estes problemas. Porque efetivamente com as coimas, com as multas que estão já programadas pela Câmara a fim de vir ver não sei quê.... É a programação que me dão. Ouça, nós realmente não temos hipótese de pagar. Senhor Presidente, obrigado e agradeço mais uma vez que tenha em boa consciência o que lhe falei que é muito importante. E fixe uma coisa: amor e paixão é uma coisa que eu cultivo na Cerciaz - sempre lhe disse isso, olhos nos olhos. E quando o Senhor quiser ter uma conversa comigo digna e quer possa ter algo que o Senhor possa dar de bom à instituição, eu recebo-o e estarei lá à sua espera para quando o Senhor assim o entender. Obrigado, Senhora Presidente.=====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Senhor Presidente da Direção da Cerciaz: Naturalmente que repudio todas as afirmações e acusações que fez, por uma questão muito simples: Porque são falsas. São falsas, não são verdadeiras. Seria interessante, se o Senhor me desse autorização que eu faculte aos membros desta Assembleia os últimos emails que mandou para a Câmara, o Senhor dá-me autorização para o fazer? Então, vou facultar a todos os membros da Assembleia e na próxima Assembleia teremos a oportunidade de perceber todos os emails que foram enviados por Vossa Excelência ao Presidente da Câmara, o tom em que o fez e da forma como o fez. E vão ter também oportunidade de perceber que no dia 14 de outubro, no dia 14 de novembro e no dia 15 de

novembro, foram solicitadas a Vossa Excelência reuniões para discutirmos todas as dúvidas que subsistiam em relação a um comportamento reiterado que nós vínhamos percebendo, nomeadamente através das questões que eram colocadas não só neste fórum mas em sede da própria reunião de executivo camarário. E nós queríamos esclarecer todas essas questões. Bom, vamos ao que interessa: Que protocolos foram revogados pelo atual executivo camarário? O Senhor refere um conjunto de protocolos. Portanto, gostaríamos de perceber a que protocolos é que se está a referir. Eu já fui claro em relação ao protocolo que foi revogado. O Senhor refere que existe uma atitude persecutória deste executivo, em relação à sua instituição. Bom, a instituição Cerciaz é a instituição que tem os dois maiores apoios da Câmara Municipal no programa “Cultura para Todos” e no programa para “Equipamentos Sociais”. É a instituição do concelho que nós contemplamos com mais verba: 200.000,00€. O Senhor diz que nós apoiamos outras instituições. Bem, eu desconheço a que tipo de apoios se refere. Porque se forem apoios desta natureza, da natureza que aqui falamos esses apoios não se têm verificado garantidamente. E, portanto, agradeço que os possa elencar. Mas deixe que lhe diga: foi-lhe explicado o porquê da revogação dos protocolos em vigor. E, quando os protocolos são ilegais e colocam em causa o bom nome não só das instituições, como das pessoas que estão à frente das instituições, - foi exatamente isto que foi dito nesses termos, - os protocolos não é para esperarem pelo seu fim devem serem revogados imediatamente. Porque uma ilegalidade não tem prazos de vigência. Uma ilegalidade deve ser imediatamente cortada. E foi isso que foi feito. O senhor diz: (...) bem, mas nós temos seguros tal como o senhor quando vai a uma rotunda. Bem se o senhor consegue ter um seguro que lhe assegure danos pessoais quando essas pessoas trabalham em espaços públicos? - O senhor tem o seguro de acidentes de trabalho para os colaboradores das Cerciaz que trabalhavam em espaços públicos. - O senhor fará o favor também depois de o mostrar a esta Assembleia para que esta Assembleia perceba efetivamente o que é que estava em causa. Em relação às despesas correntes: As câmaras não podem por lei pagar contas correntes, seja de que instituição for. E, portanto, essa situação é uma situação ilegal que pode trazer problemas e consequências sérias não só para a Cerciaz, como para a própria Câmara Municipal. E foi isso que lhe foi dito e foi isso que lhe foi explicado. E, portanto, não pode ter ficado surpreendido. O senhor diz-me que nós falamos genericamente de uma coisa: senhor presidente, nós o que dissemos é aquilo que nós estamos a fazer. Da mesma maneira que criamos normas disciplinadoras para regular a atribuição de subsídios às coletividades desportivas que, bem ou mal, estão em vigor, da mesma maneira que hoje aprovamos aqui o regulamento de apoio com benefícios sociais aos nossos bombeiros, da mesma maneira que temos aqui um regulamento de apoio ao empreendedorismo, nós vamos e estamos a trabalhar num regulamento de apoio às nossas IPSS's, naquilo que é possível apoiar. Não há uma comparticipação do género: leva lá este dinheiro sem se perceber para quê. Essas comparticipações têm que estar enformadas na lei. E isso tem a ver com investimentos de apoio a obras: estamos neste momento para apoiar uma instituição do nosso concelho que são os bombeiros voluntários de Fajões, tem que apoiar planos

de atividade. É para isso que os apoios públicos servem. Portanto, é isso que nós estamos disponíveis para fazer com a Cerciaz, como estamos disponíveis para fazer com qualquer outra instituição. O senhor diz que: se for necessário implora. Quem tem implorado por uma reunião sou eu. E o senhor nunca se disponibilizou para permitir que a Câmara Municipal conjuntamente com a direção da Cerciaz, à qual o senhor preside, pudéssemos reunir e é isso que está plasmado nesses e-mails. Eu disponibilizei-me nesses três e-mails, para reunir com a direção da Cerciaz e consigo, para esclarecer todas estas questões. Porque esse sim é o local certo para as discutir. O senhor vedou-me essa possibilidade. O senhor responde nos termos em que as pessoas vão ter oportunidade de verificar. Eu gostaria muito que esta conversa não tivesse acontecido porque, muito sinceramente, disse-o, reafirmo e repetirei sempre e não preciso de ser voluntário da Cerciaz para o afirmar que: continuarei disponível para trabalhar para que a missão da Cerciaz seja cada vez uma missão mais eficaz, mais importante para o público a que se dirige. E estarei sempre disponível, sempre, para apoiar todos os projetos de investimento da Cerciaz, como estarei sempre disponível para apoiar todos projetos de investimento seja de que instituição for. E por isso eu lanço-lhe o desafio, senhor presidente, isto é um desafio simples aqui perante toda a gente: apresente-me as coisas que quer ver financiadas, apresente-me os desafios. É isso que eu preciso que o senhor me faça. Agora, perceba que eu só apoiarei iniciativas que tenham enquadramento legal porque é isso a que eu sou obrigado. Mas estou totalmente disponível. Por isso, senhor presidente, com todo o respeito que o senhor me merece, naturalmente que não existe nenhuma atitude persecutória. Eu já lhe disse e já disse a todos os presentes: eu não tenho essa forma de estar na “coisa pública”: “O senhor fornece-me informações e eu com essas informações utilizo-as para prejudicar a instituição”. Olhe: eu tenho tanta informação, tanta informação que o senhor nem imagina, que prejudicaria individualmente as pessoas e as instituições se a usasse. Portanto, perceba que isso não é forma de estarmos nestas coisas. A forma de estarmos nestas coisas é com respeito uns pelos outros, é procurando fazer um trabalho em prol da comunidade. E é isso que eu estou disponível para fazer. Não existe aqui nenhuma atitude, nenhuma predisposição, não existe aqui nenhuma perseguição porque, até repare senhor presidente, o senhor seria o único. É a primeira vez que alguém me dirige uma acusação dessa natureza. É a primeira vez. E também é a primeira vez que alguém me diz que me apresentou projetos válidos, projetos objetivos que não tenham merecido a minha atenção. Agora, naturalmente que, terão que me desculpar não poder naturalmente acudir a todos. Mas, garanto-lhe, fica aqui esse compromisso que se esses projetos forem determinantes para a instituição, forem projetos meritórios, terão seguramente o nosso apoio. Tudo farei para os concretizar. Porque é essa a minha forma de estar nas coisas. O senhor teria evitado este tipo de intervenção se se tivesse disponibilizado para falar comigo. Repare: o senhor acabou por dizer que eu sou uma pessoa intratável, uma pessoa, enfim, maquiavélica, até com pensamento para congeminar uma estratégia que visa fechar a instituição - Veja lá. Esse é realmente o pior atestado que me pode passar a minha educação, a minha formação. Sou filho de gente humilde, mas gente que sabe respeitar e que foi educada para

respeitar. O senhor acabou por dizer mal quase de todo o executivo camarário, fazendo aqui uma salvaguarda em relação ao senhor Vereador. Bom, olhe, é a primeira vez que o nosso executivo camarário recebe esse tipo de notas. Porque, efetivamente, eu tenho nos meus vereadores pessoas disponíveis, pessoas dedicadas para ajudar a resolver os problemas das instituições, das organizações e das pessoas. São pessoas tremendamente focadas nisso. E portanto, muito me surpreende que o senhor consiga encontrar neste executivo tanta carga negativa, tanta atitude negativa que leva a que nos passe sequer pela cabeça, - olhe mesmo que eu o quisesse fazer em relação a si, porque por qualquer motivo eu tinha este tipo de mentalidade doentia, - nunca o faríamos em relação aos destinatários e a quem sofreria as consequências da nossa ação irresponsável que são os utentes da instituição. Portanto, senhor presidente todos os projetos que o senhor nos apresentar serão bem-vindos, serão totalmente acarinhados e terão o mesmo respeito que qualquer projeto que nos seja apresentado. Peço-lhe desculpa, nós não fizemos nenhuma inspeção à Cerciaz, nesta questão das águas, não tivemos nenhuma atitude, não mandamos para lá os nossos funcionários porque, como sabe, não o fizemos em relação a nenhuma instituição, também não o faríamos em relação à Cerciaz. O que aconteceu foi que a Indáqua solicitou uma vistoria ao local, e por isso é que foi lá o Núcleo de Proteção Ambiental, porque a Indáqua tem um caudalímetro na caixa que recebe os afluentes da Cerciaz. E essa caixa de um momento para o outro deixou de receber afluentes. Eles, naturalmente que monitorizam essas questões e fizeram essa denúncia, exigiram esta vistoria. E a Câmara participou nesta vistoria conjuntamente com o Núcleo de Proteção Ambiental. E esteve presente o senhor presidente e esteve presente a senhora diretora de acordo com a informação que me deram há pouco. Eu, sinceramente, desconhecia essa vistoria. Está a ver a preocupação do assunto que eu até desconhecia essa vistoria. Mas estou preocupado com as consequências da vistoria. Isso estou preocupado. Efetivamente o que é que a vistoria detetou? Detetou que as águas deixaram de ser conduzidas para aquele local, foram conduzidas para nascente, portanto, foram criados novos coletores até aos limites da propriedade da Cerciaz. É isso que tem o documento que eu tenho aqui na minha frente. E portanto, o senhor foi instado a regularizar a situação. E a drenar as águas para o sítio onde têm que drenar que é isso que está no projeto de obras da instituição. Portanto, não há nova rede predial, nem houve um novo pedido para uma nova rede predial. Portanto, a regularização dessa situação tem que ser feita. Agora, o senhor compreende que a água e o saneamento estão concessionadas e, portanto, não é a Câmara que dá autorização ou que indica ou que sugere que se faça essa vistoria à Cerciaz. Foi a Indáqua que começou a ter muito menos águas residuais do que o que tinha, está a pagá-las e quer que o seu cliente as pague se as produz. É basicamente isso. Agora, desconhecia que tinha aparecido uma coima, desconhecia esse processo. Estou disponível para falar consigo e com o diretor da Indáqua Oliveira de Azeméis para tentarmos resolver essa situação. Senhor presidente da direção, para terminar porque já me alonguei demasiadamente, dizer-lhe: que efetivamente - e deixo isto bem vincado - não existe nenhuma atitude persecutória em relação à direção, ao presidente da direção, ou à instituição. Seria uma vergonha, seria uma vergonha para

quem se considera um homem de bem, ter esse tipo de mentalidade. Agora, um homem de bem tem que ter sempre presente o respeito pela lei. Quando nós não temos esse tipo de preocupação acontecem coisas desagradáveis e somos noticiados pelos piores motivos. É apenas e só essa a minha preocupação. E portanto reafirmo, mais uma vez, perante todos, que, estou completamente disponível, estarei sempre disponível para estar presente nas reuniões que o senhor solicitar. Aliás, não faço outra coisa com as mais variadas instituições, coletividades e munícipes individuais. E, estarei disponível para apoiar todos os projetos que a Cerciaz nos apresente, desde que naturalmente tenham enquadramento e façam obviamente sentido. Julgo que a resposta é clara. Mais clara não poderia ter sido. Sinceramente, senhor presidente da direção, não era necessário isto. Isto resolver-se-ia de uma forma simples. Até porque o senhor nunca me solicitou uma reunião. E se o tivesse feito, se o senhor tivesse apresentado a necessidade dessa reunião para que fossem prestados todos os esclarecimentos, essa reunião ocorreria imediatamente, não teria de esperar um ano, meio ano, ou um ano e meio ou tempo que fosse, essa reunião ocorreria imediatamente. Pelo contrário, a pró-atividade partiu de mim, quando confrontado com um email de vossa excelência: Eu disse: Alto. Isto não está bem. O senhor se faz favor disponibilize uma reunião para nós conversarmos. Fiz isto três vezes seguidas. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Vereadora Ana de Jesus, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Só duas coisas muito rápidas: Senhor presidente, não confunda trabalho com voluntariado. Do seu trabalho leva um salário ao fim do mês. E eu do meu trabalho levo o salário ao fim do mês, nem mais um tostão, é o meu salário e nada mais. Sobre voluntariado não fale comigo porque erra na pessoa, eu sei muito bem o que é voluntariado e tenho muita admiração por si, porque é um trabalho que eu faço desde jovem até hoje. Portanto, lições de voluntariado e capacidade de dádiva não a vou receber porque também faço bem a minha parte. Quanto à nossa reunião e que se prende essencialmente com dois lugares de estacionamento, para Táxis, no Centro de Saúde: Foram aprovados, no anterior executivo, dois lugares para carros elétricos. Nada mais foi feito. Não havia uma linha escrita para adjudicar esses dois lugares a ninguém. Entretanto, o senhor falou comigo e eu disse que estava disponível para avançar com o procedimento e o senhor colocou-me uma questão, recorda-se muito bem qual foi, e eu disse-lhe: Eu vou falar com o executivo, se o executivo tiver abertura a isso, está resolvido, se não tiver eu comunico consigo. Foi isto que nós combinamos. Ia dar andamento ao procedimento, desde que houvesse abertura política de satisfazer aquilo que me colocou na questão que eu não vou agora abrir porque você sabe o que foi. E eu, não lhe comuniquei, porque tive dos meus colegas abertura política para isso. E sabe o que eu fiz? Fiz o procedimento. Procedimento que o senhor soube e conheceu e que não concorreu. Amou? Havia problemas com o resto da Câmara? Eu não sei qual foi a motivação. Agora, primeiro tivemos que fazer toda a consulta aos taxistas que estão

adjudicados e que têm preferência nisso. Fizemo-lo. E, depois, a seguir, abrimos para toda a gente, nomeadamente para a Cerciaz. Com a conversa que tínhamos feito não precisávamos de mais nada. Portanto, eu fiz o meu trabalho. Se a Cerciaz desistiu de concorrer: O concurso ficou deserto. Se havia alguma falha de comunicação entre mim e si, se havia algum problema, no dia em que o senhor toma contacto de que há este concurso, que o senhor soube de certeza, ligava comigo e perguntava: Senhora Vereadora, como é que é? A Cerciaz concorre? Avança? Como é que nós estamos? Se achava que eu estava em falha com alguma coisa, que na minha perspectiva eu não estava, o senhor ligava comigo e eu resolvia-lhe isso na hora. Portanto, não veja daqui comportamentos que eu nem sei onde é que isso se foi buscar. Porque eu decididamente fiz o trabalho com que me comprometi que foi, criar o regulamento, fazer a adjudicação do serviço que ficou deserto porque a Cerciaz também não concorreu, nem nenhum outro taxista. É só isso que eu tenho para lhe dizer.=====

*===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra para dizer: =====*

===== Obrigada senhora vereadora. Foram colocadas as questões, foram respondidas as questões. Há espaço para reunirem e para conversarem e se entenderem.=====

*===== Antes de terminar, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====*

*===== Para terminar a Sessão a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** disse: =====*

===== Agradeço a todos e dou por encerrada a sessão. Quero só lembrar que temos agora intervalo para almoço e que da parte da tarde está prevista uma sessão temática com o tema “Desenvolvimento Sustentável e Industria”. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 15 horas e 10 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa.=====